



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo

DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS

*Seminário realizado nos dias 5 e 19 de setembro
e 28 de novembro de 2001, com o objetivo de
debater propostas de redução dos custos
empresariais, especialmente os custos
trabalhistas.*

Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Publicações
BRASILIA - 2002

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: *Afrísio Vieira Lima Filho*

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretora: *Suelena Pinto Bandeira*

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Diretora: *Nelda Mendonça Raulino*

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor: *Silvio Avelino da Silva*

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – CEDI

Coordenação de Publicações – CODEP

Anexo II, térreo

Praça dos Três Poderes

70160-900 - Brasília (DF)

Telefone: (61) 318-6865; fax: (61) 318-2190

publicacoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE **Ação parlamentar** **n. 216**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP) **Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.**

Desoneração da folha de pagamentos. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. 2002.

127p. - (Série ação parlamentar; n. 216)

Seminário realizado nos dias 5 e 19 de setembro e 28 de novembro de 2001, com o objetivo de debater propostas de redução dos custos empresariais, especialmente os custos trabalhistas.

Ao alto do título: Câmara dos Deputados, Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo.

ISBN 85-7365-267-5

1. Encargo social. Brasil. 2. Microempresa, custos, Brasil. 3. Pequena empresa. Brasil.

4. Flexibilização do trabalho. Brasil. 5. Custo trabalhista, Brasil. I. Série.

CDU 334.746.4/.5-.331(81)

ISBN 85.7365-267-5

Sumário

	Pág.
Seminário: Desoneração da folha de pagamentos.....	5
Comissão de Economia, Indústria e Comércio e Turismo.....	7
Apresentação.....	9
5-9-2001	
Expositores:	
Luiz Zottmann.....	14
Cristiano Kok.....	19
Antônio Gonçalves.....	22
Gilson Ismerim.....	24
Luciano Marcos de Carvalho.....	26
Adelmir Araújo Santana.....	29
Antônio Carlos de Araújo Navarro.....	33
19-9-2001	
Expositores:	
Deputado Fetter Júnior.....	51
Valdir Moysés Simão.....	54
Salomão Gawendo.....	62
Luigi Nesse.....	63

28-11-2001

Expositores:

José Pastore.....	86
Vinícius Lummertz Silva.....	99
Luís Roberto Ponte.....	104

SEMINÁRIO: Desoneração da folha de pagamentos

Coordenador: Deputado GESON GABRIELLI (PFL/BA)

5-9-2001

Participantes:

Deputado Marcos Cintra
Deputado Gerson Gabrielli
Deputado Augusto Nardes
Deputado Jairo Carneiro
Deputado Jurandil Juarez
Deputado Pedro Eugênio

19-9-2001

Participantes:

Deputado Marcos Cintra
Deputado Gerson Gabrielli
Deputado Roberto Argenta
Deputado Jairo Carneiro

28-11-2001

Participantes:

Deputado Gerson Gabrielli
Deputado Marcos Cintra
Deputado Divaldo Suruagy
Senhor Gilson Ismerim Silva
Senhor Antônio Neto
Deputado Jairo Carneiro
Senhor Marcos Silva

Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo

Mesa da Comissão

Presidente: Deputado MARCOS CINTRA (PFL/SP)

Vice-Presidentes:

Deputado GERSON GABRIELU (PFL/BA)

Deputado JAQUES WAGNER (PT/BA)

Deputado SÉRGIO BARROS (PSDB/AC)

Membros da Comissão:

DEPUTADO AFFONSO CAMARGO PSDB/PR

DEPUTADO ALEX CANZIANI PSDB/PR

DEPUTADO ALMEIDA DEJESUS PT/CE

DEPUTADO ALOIZIO MERCADANTE PT/SP

DEPUTADO ANTÔNIO DO VALLE PMDB/MG

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO PMDB/PE

DEPUTADO AROLDE DE OLIVEIRA PFL/RJ

DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO PSDB/AM

DEPUTADO AUGUSTO NARDES PPB/RS

DEPUTADO BADU PICAÑO PSDB/AP

DEPUTADO CARUTO MERSS PT/SC

DEPUTADO CHICO SARDELU PR/SP

DEPUTADO DELFIM NETTO PPB/SP

DEPUTADO DIVALDO SURUAGY PST/AL

DEPUTADO EDISON ANDRINO PMDB/SC

DEPUTADO ELOONE BARBALHO PMDB/PA

DEPUTADO EMERSON KAPAZ PPS/SP

DEPUTADO ENIO BACO PDT/RS

DEPUTADO FRANCISCO GARCIA PFL/AM

DEPUTADO GERSON GABRIELLI PFL/BA

DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO PSB/AL

DEPUTADO HERCULANO ANGHINETTI PPB/MG

DEPUTADO JAIRO CARNEIRO PFL/BA

DEPUTADO JAQUES WAGNER PT/BA

DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI PPB/SC

DEPUTADO JOÃO SAMPAIO PDT/RJ

DEPUTADO JURANDILJUAREZ PMDB/AP

DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA PSDB/CE

DEPUTADA LÍDIA QUINAN PSDB/GO

DEPUTADO LUIZ FERNANDO PPB/AM

DEPUTADO MÁRCIO FORTES
DEPUTADO MARCOS CINTRA
DEPUTADA MARIA ABADIA
DEPUTADA MARISA SERRANO
DEPUTADO MÚCIO SÃ
DEPUTADO NAIR XAVIER LOBO
DEPUTADO NELSON PROENÇA
DEPUTADO OSÓRJO ADRIANO
DEPUTADO PAULO OCTÁVIO
DEPUTADO RICARDO BERZOINI
DEPUTADO RICARDO FERRAÇO
DEPUTADO RICARDO FÍUZA
DEPUTADO RONALDO VASCONCELLOS
DEPUTADO RUBEM MEDINA
DEPUTADO RUBENS BUENO
DEPUTADO SÉRGIO BARROS
DEPUTADO VIRGILIO GUIMARÃES
DEPUTADO WALDEMIR MOKA
DEPUTADO YEDA CRUSIUS
DEPUTADA ZILA BEZERRA

PSDB/RJ
PFL/SP
PSDB/DF
PSDB/MS
PTB/RN
PMDB/GO
PMDB/RS
PFL/DF
PFL/DF
PT/SP
PSDB/ES
PPB/PE
PL/MG
PFL/RJ
PPS/PR
PSDB/AC
PT/MG
PMDB/MS
PSDB/RS
PTB/AC

APRESENTAÇÃO

A Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo realizou uma série de seminários sob o título "Desoneração da Folha de Pagamentos", com o objetivo de debater propostas de redução dos custos empresariais, especialmente os custos trabalhistas.

Muitas foram as conquistas alcançadas neste Parlamento para o setor produtivo nos últimos anos. Aprovamos o Estatuto das Pequenas e Microempresas. Aprovamos, na Comissão, o projeto que prorroga o prazo para negociação do Refis. Conseguimos a reedição da medida provisória que instituiu o Refis, mesmo contra a resistência dos contadores. Lutamos pela reforma tributária. No âmbito da Comissão, criamos a Subcomissão Especial da Pequena e Microempresa.

As pequenas e microempresas compreendem o setor que mais emprega mão-de-obra no País, e são também as mais apenadas pelo imposto devido ao alto custo que incide sobre suas folhas de pagamentos.

Na área de serviços -limpeza, serviços de engenharia e serviços em geral- os custos com mão-de-obra chegam a 70, 80% dos custos totais. No setor industrial, a folha de pagamento incide sobre cerca de 20, 30% do faturamento.

Outro entrave ao aumento da produção é o excesso de formalidade aplicado às microempresas. O que o microempresário deseja é um jogo mais livre, mais solto, onde possa encontrar mecanismos que tratem de sua sobrevivência.

Muitos são os problemas enfrentados pelo pequeno e microempresário. Reconhecendo que é este o setor que mais emprega em nosso País, a Comissão se propôs a chamar a atenção do Governo para as necessidades do setor. E oferecer propostas objetivas e realistas de incentivo ao setor, foi a proposta dos seminários realizados.

Deputado *Marcos Cintra*,
Presidente



Da esquerda para a direita. Antônio Carlos de Araújo Navarro, Vice-Presidente do Conselho de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria - CNI; Adelmir Araújo Santana, Presidente da Confederação do Comércio do Distrito Federal e Representante da Confederação Nacional do Comércio - CNC; Antônio Gonçalves, Diretor de Comunicação e Relações Institucionais do Sindicato das Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo; Cristiano Kok, Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Industrial - ABEMI; Deputado Gerson Gabrielli, Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio; Luciano Marcos de Carvalho, Assessor Técnico da Confederação Nacional da Agricultura - CNA e Gilson Ismerim, Presidente das Empresas de Conservação e Asseio

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Declaro abertos os trabalhos do presente seminário realizado pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio, por requerimento do Deputado Gerson Gabrielli, Primeiro Vice-Presidente da Comissão, seminário este destinado a tratar da desoneração da folha de pagamentos, a fim de que os encargos sobre ela incidentes sejam reduzidos. A discussão busca alternativas para este angustiante problema nacional.

Ao meu lado já sem encontra o Deputado Gerson Gabrielli, que irá presidir os trabalhos. Convido a tomar assento à mesa: o Dr. Cristiano Kok, Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Industrial-ABEMI; o Dr. Luciano Marcos de Carvalho, Assessor Técnico da Confederação Nacional da Agricultura - CNA; o Dr. Antônio Gonçalves, Diretor de Comunicação e Relações Institucionais do Sindicato das Micros e Pequenas Indústrias do Estado de São Paulo, um dos mais brilhantes intelectuais sociólogos do meu Estado, meu amigo, a quem muito admiro e respeito; o Dr. Adelmir Araújo Santana, Presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal, que nesta oportunidade representa a Confederação Nacional do Comércio; o Dr. Gilson Ismerim, Presidente do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação - SEAP Bahia; o Dr. Antônio Carlos de Araújo Navarro, Vice-Presidente do Conselho de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria - CNI; e o Sr. Luiz Zottmann, Assessor da Liderança do PPB, um dos brilhantes economistas que ajudam esta Casa na atividade legislativa e autor de estudos que tratam da desoneração da folha em nosso País.

Esclareço aos Srs. convidados e aos Srs. parlamentares que a reunião está sendo gravada. Portanto, peço a todos que falem ao microfone.

O teor deste seminário será publicado numa separata da Casa, para posterior divulgação.

Cada expositor disporá de até 15 minutos para sua manifestação. Terminadas estas, a palavra será franqueada aos Srs. deputados e aos demais convidados que nos honram com suas presenças nesta Casa.

Na próxima quarta-feira haverá outro seminário para tratar do assunto. Estarão presentes vários Srs. parlamentares, representantes da sociedade civil e representantes dos conselhos e sindicatos representativos das várias categorias profissionais.

Passo a Presidência ao Deputado Gerson Gabrielli, que fará uma exposição acerca do objetivo e da importância do tema que estamos discutindo.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Bom-dia. Obrigado, Deputado Marcos Cintra, meu amigo.

Saúdo todos os que, atendendo ao nosso convite, vieram participar deste seminário, no qual debateremos o papel da empresa neste País, tema de fundamental importância, tendo em vista que se faz necessário encontrar respostas para o problema da geração de emprego e renda.

Sem pretender subestimar os amigos que nos honram com sua presença, passo a fazer as seguintes observações: nas últimas três décadas, o Brasil vem tentando sua estabilidade econômica, social e política. Nesse período, fomos envolvidos em planos, pacotes, medidas provisórias, mudanças de Ministros, mudanças de moeda. O Brasil, de maneira trôpega, procura a todo custo encontrar sua estabilidade. Muitas tentativas foram feitas, nenhuma vingou. O setor produtivo vem sinalizando a necessidade do estabelecimento de um plano com alcance de 20 anos, o que não temos no Brasil. Isso foi ratificado agora. Esperávamos a retomada estabilidade econômica. No entanto, com a crise energética, houve falência de projetos de curto, médio e longo prazos para o Brasil.

Há uma década e meia, participei de movimento empresarial. Clamávamos pela aprovação do Estatuto da Pequena Empresa. Enquanto Presidente da Confederação Nacional dos Empresários Lojistas, trouxe à Câmara dos Deputados essa proposição. O tema não foi debatido no Congresso Nacional, naquela oportunidade. Eleito deputado, no primeiro ano do meu mandato persegui o assunto. Consegui, por intermédio desta Comissão, aprovar em oito meses o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. No ano passado, nesta Comissão, aprovamos o Refis, quando muitos julgavam impossível.

Este ano, há indicativo para reabertura do prazo e reedição da medida provisória que institui o Refis. Nosso objetivo é alcançar o maior número possível de empresas. Houve resistência dos contadores, porque a mídia do Governo não conseguiu alcançá-los. Os empresários ficaram fragilizados. Muitos não tiveram acesso à informação e, portanto, deixaram de aderir ao Refis. Os advogados, principalmente os tributaristas, resistiram muito à idéia. Achavam que poderiam ter algum tipo de dificuldade ou prejuízo. Houve resistência de alguns setores da área tributária. Mas lutamos pela reedição.

Nas últimas décadas, lutamos pela famigerada reforma tributária, que se vem tornando desafiadora para o Congresso Nacional. Os parlamentares e a sociedade, em todas as esferas, querem essa reforma. O Governo Federal diz pretender implementá-la, mas no Congresso trabalha contra, principalmente em função do acordo com o FMI, das dificuldades em equilibrar suas contas e dar estabilidade ao País. Diante disto, entendeu-se por bem criar Subcomissão Especial para tratar de parte da reforma tributária, já que na respectiva Comissão não se conseguiu discutir em profundidade o assunto.

Louvo a iniciativa dos Parlamentares Fetter júnior, Marcos Cintra, Alberto Mourão, Walfrido Mares Guia, Roberto Argenta, Roberto Brant, Max Rosenmann, Delfim Netto, companheiros que, de maneira suprapartidária, têm lutado para que a reforma tributária aconteça. Fizemos entre nós acordo para que o processo de aprovação prossiga e o debate em torno da desoneração da folha de pagamentos avance.

Vamos realizar doze seminários, onde serão ouvidos o Governo, os setores patronal e laboral. No final, esperamos ter pelo menos um indicativo que nos possibilite discutir suprapartidariamente, com o espírito desarmando, o que é melhor para as empresas e para o setor laboral do Brasil. Claro que não vamos esquecer o Governo, que está sempre muito atento, já dizia o Prof. Delfim Neto que o Governo tem estômago maior do que a cabeça. Então, preocupamo-nos com o Governo. mas ele está sempre disposto a aumentar impostos, arrecadar muito e não dar contra- partida à sociedade brasileira.

Não sei se todos os expositores têm propostas objetivas e concretas a apresentar, como lhes foi solicitado. Esperamos que todos os setores da sociedade indiquem propostas, sobre as quais esse grupo, alinhavado ao nome deste deputado, possa se debruçar. Temos nossas propostas. Já estivemos conversando com os Ministros da Economia, da Fazenda, da Previdência. Esse grupo de parlamentares tem trabalhado nessa direção. Acreditamos que o Governo não vá aprovar algumas propostas, por serem elas muito boas. Normalmente o Governo não as aprova. Estamos avançando. Ficou inclusive acordado que não faríamos proposição alguma sem primeiro ouvir a sociedade.

Quero ressaltar o papel importante, nesse grupo de trabalho, dos Deputados Fetter Júnior e Jairo Carneiro, que tem estudado a desoneração da folha de pagamento.

Passo a palavra ao Dr. Luiz Zottmann, Assessor da liderança do PPB, para sua exposição inicial, conforme roteiro que me foi entregue aqui. O Dr. Zottmann é tem-se dedicado ao estudo do assunto. Dispõe Sua Senhoria de quinze minutos.

O SR. LUIZ ZOTTMANN - Excelentíssimo Senhor Deputado Gerson Gabrielli, Vice-Presidente da Comissão, Srs. Parlamentares, Srs. Expositores, minhas senhoras e meus senhores, é sempre prazer e honra participar dos trabalhos desta Casa, principalmente no tocante a sério problema por que passa a economia brasileira e que há muitos preocupa há mais de vinte anos.

Precisamente no final da década de 60, o Ipea e o Ministério da Previdência apresentaram estudo conjunto em que se propunha a substituição dos encargos patronais da Previdência pelo então novo e charmoso Imposto sobre Valor Adiciona- do. Isso foi há 22 anos. Infelizmente. a proposta não prosperou. De lá para cá, os problemas se agravaram. Naquela época, a Previdência era superavitária. Hoje é deficitária. E se reduziram muito os graus de liberdade de que se dispunham para tratar de Imposto sobre Valor Adicionado. ainda que novo. Hoje. com imposição de no- vos Impostos sobre Valor Adicionado ou com elevação de alíquotas dos já existentes, corre-se sério risco. Felizmente surgiu a PEC nº 256. relativa ao tema, mas que propõe a substituição desses encargos pelo também novo. mas não tão charmoso, Imposto sobre Movimentação Financeira. Trata-se de imposto muito curioso. Ao contrário do que se esperava. foi mal recebido pela opinião pública brasileira. me- nos pelo imposto em si e mais pela forma como foi introduzido. Elaborado com base na proposta de Imposto Único, acabou por ser adotado como mais um imposto contributivo. Disso resultou que o contribuinte brasileiro tomou-lhe antipatia.

Tudo o que se diga contra esse imposto costuma ser menos do que o contribuinte está disposto a aceitar sem maiores argumentações. Isso leva a uma avaliação injusta desse tipo de tributo e também da PEC nº 256.

Para tentar neutralizar um pouco a questão, pretendo endereçar meus comentários não a PEC nº 256 em si, mas às críticas que se fazem a esse tipo, de tributo.

As principais críticas feitas incidem em seis pontos principais: o imposto é ruim, por ser regressivo e cumulativo; por estimular a desintermediação financeira; por prejudicar o desenvolvimento do mercado de capitais, particularmente das ações ou negócios em bolsas de valores; por distorcer os preços relativos; e, finalmente, por estar na contramão da história, da globalização, o que requer sistemas tributários homogêneos ou harmônicos no cenário internacional.

Os quinze minutos que me foram concedidos não serão suficientes para abordar todos esses itens. Portanto, gostaria de, antes, lembrar algumas características relevantes dos impostos de arrecadação.

O imposto arrecadatário existe com a única e exclusiva função de prover de recursos financeiros o Estado. Portanto, sempre que se analisa um imposto de natureza arrecadatária há que se ter em mente as repercussões de qualquer alteração que se pretenda na capacidade arrecadatária desse tributo. Ou seja, há que se ver sempre quais as repercussões de qualquer medida nas finanças públicas.

A capacidade arrecadatária dos tributos costuma ser bastante limitada, e por algumas razões básicas: primeiro, pela característica intrínseca do tributo; segundo, por conta da administração e do controle desses tributos ou impostos; terceiro, pela influência da cultura de cada povo na capacidade arrecadatária do tributo.

Vou citar um exemplo, comparando o que ocorre no Brasil e nos Estados Unidos. No Brasil, sabemos que nas etiquetas de preço dos produtos encontrados em lojas está incluído o imposto que o comerciante vai recolher. Além disso, o nosso consumidor tem uma característica muito importante, de não dar muita atenção à nota fiscal ou ao tíquete de caixa, ou seja, para ele, com ou sem nota é algo indiferente.

Da conjugação desses elementos resulta uma situação bastante curiosa. Alguém entra numa loja, vê um produto, pergunta o preço e, em seguida, ao iniciar o processo de negociação para reduzir o preço, o que ele ouve do outro lado: "Com nota ou sem nota? Sem nota é muito mais barato." Pronto, lá se foi a arrecadação do imposto declaratório, a ser recolhido pelo comerciante, com a cumplicidade do consumidor.

O que ocorre nos Estados Unidos? Lá, o preço de etiqueta é sem o imposto que será recolhido pelo comerciante. E mais. Qualquer consumidor dificilmente admite a hipótese de deixar a loja com o produto e não com o *recepto*. Obrigatoriamente ele quer os dois. Resultado: sempre que entrar numa loja e for negociar, ele vai negociar o preço antes do imposto. Portanto, o primeiro elemento a ser afastado da negociação é a sonegação fiscal.

No Brasil, o imposto básico tem o nome de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. É o imposto sobre o valor adicionado, é um dito imposto moderno. Nos Estados Unidos prevalece o velho *sales tax*, que é considerado quase que jurássico.

Nessas duas culturas, o nosso imposto de circulação de mercadorias mostra-se muito mais vulnerável à sonegação do que o velho *sales tax*, dos Estados Unidos. Lembrando isso e mais o fato de que em cada país a presença relativa do Estado varia muito - e o Brasil é quase que um campeão mundial no sentido da presença do Estado na economia -, há diferentes necessidades de arrecadação.

Combinados esses sistemas, resulta que cada país tende a ter uma estrutura tributária de natureza arrecadatória que, antes de mais nada, reflete as condições daquela economia e a cultura daquele povo. Nenhum deles terá como referência qualquer estrutura tributária que qualquer economista possa imaginar como sendo a ideal. Não. A estrutura tributária de cada país é própria deles mesmos e, por isso, tende a ser bastante diferenciada de outras estruturas tributárias. Vale dizer: será bastante heterogênea.

Isso nos levaria a um desses pontos da crítica e este gostaria de abordar com detalhe porque, quando se fala dessa homogeneidade do sistema tributário, a história nos mostra que a verdade é outra. Mas como essas coisas se compatibilizariam? É simples. Normalmente, elas se compatibilizam por uma política cambial adequada e inteligente. É a política cambial que compatibiliza não só os diferentes sistemas tributários, quanto outras diferenças que possam existir na economia, tais como a produtividade do fator trabalho.

Essa integração, ou cooperação do câmbio para com essas políticas tributárias, pode deixar de ocorrer, entretanto, em alguns casos. Quando, por exemplo, se pretenda taxas de câmbio fixas; quando, em cima disso, se dê atenção a uma sobre-valorização da moeda nacional, coisas que não são desconhecidas no Brasil há bastante tempo, e uma terceira: quando o país, soberanamente, resolve abrir mão de ter uma moeda nacional, administrado por uma política monetária e cambial independente e isso tende a acontecer nos casos de integração econômica. Nesses casos, pode haver problemas sérios relativos à heterogeneidade dos sistemas tributários.

Como disse, o Brasil enfrentou esses dois problemas e felizmente hoje está com uma nova política de taxa de câmbio e começa a superar a sobrevalorização do real em relação ao resto do sistema, a situação externa melhorou um pouco e, portanto, reduziu-se um pouco esse tipo de problema.

Mas gostaria de lembrar que, apesar disso e pensando na homogeneidade, há que se diferenciar muito entre o que possa ser uma homogeneidade nominal e uma homogeneidade real. E aqui gostaria de, novamente, invocar o caso brasileiro e o nosso ICMS, que é um imposto estadual, mas adotado no Brasil de forma universal. Portanto, sendo um imposto sobre valor adicionado, ele tenderia a ser considerado como um imposto homogêneo no Brasil inteiro.

Porém, ele é administrado por 27 legislações diferentes e, por conta disso, acaba tendo, na sua estrutura, mais furos que queijo suíço. E é por isso que a legislação do ICMS vira quase que o ponto central de qualquer reforma tributária que se proponha no País. Nesses casos, costuma ser o negócio dessas reformas.

No caso da atual reforma tributária brasileira, a grande questão é: haverá uma legislação nacional para o NA, ou não? Vai-se retirar dos governadores a capacidade de tributar, ou não? Então, por cima do interesse da homogeneidade tributária, há uma questão de organização política do Estado.

No Brasil, costuma-se dizer que se retirarmos o poder de tributar dos governadores, estaremos alterando o pacto federativo. E isso leva pessoas, como o Deputado Odelmo Leão, por exemplo, a dizer que não faz sentido pensarmos numa reforma tributária ampla se, antes, não cuidarmos de uma reforma do Estado em que se possa definir as responsabilidades dos três tipos de governo e a forma de financiar ou de se conseguir dinheiro para que atendam a essas necessidades.

Mesmo o argumento de homogeneidade em situações que se imagina a integração econômica de um país, como o Brasil, há que se examinar com muito cuidado. O argumento não costuma ter a força com que as pessoas o apresentam.

No caso da PEC nº 256, isso se torna tanto mais relevante quando se considera que a proposta básica é substituir os encargos patronais à Previdência por um imposto sobre a movimentação financeira. E por que isso é relevante? Porque, embora não lide com a homogeneidade, ele vai lidar com uma outra coisa muito mais cara a nós, quando pensamos em um sistema integrado nacionalmente, que é a influência do sistema tributário nos preços relativos.

Com relação a PEC nº 256, gostaria de lembrar o seguinte, sem entrar no mérito de ser ou não "distorcivo" esse imposto sobre movimentação financeira. Dados do IBGE de que disponho relativos a vendas, folha de salários etc., indicam com toda clareza que a substituição dos encargos patronais propiciará em todo o sistema produtivo, desde o setor da indústria até o comércio, uma substancial redução de custos, ou seja, a incidência dos encargos sociais, hoje, sobre os custos de produção, é nitidamente mais acentuada do que será a sua substituição por uma contribuição sobre a movimentação financeira.

Se essa substituição for acarretar alguma mudança dos preços relativos, será uma conjunção muito curiosa, ela só ocorrerá se os empresários não absorverem para si, não englobarem apenas no ganho de capacidade produtiva essa redução de custos. Vale dizer, se eles não repassarem para o consumidor os ganhos que estão tendo com essa redução dos custos.

Vai daí que essa alteração dos preços relativos só ocorrerá por redução dos preços absolutos dos produtos e isso implicará. Necessariamente, redução do custo de vida. Disso resultará, necessariamente, melhoria do poder aquisitivo da população. Disso resultará, sem dúvida, um estímulo ao pleno emprego e a um maior desenvolvimento econômico.

Portanto, em relação a essa PEC, parece-me um pouco supérfluo, nessa altura, que se queira discutir se esse tipo de tributo, ou se a PEC nº 256 será "distorciva" ou não.

Seria ótimo se, no mundo, todas as distorções dos preços relativos fossem alcançadas por redução dos preços absolutos das mercadorias, sem que nisto esteja envolvido nenhum favor fiscal, ou seja, que essa redução se de por diminuição dos custos de produção, vale dizer, por aumento da produtividade. Nesse sentido, a PEC parece-me inatacável.

Quero abordar ligeiramente dois aspectos relativos ao mercado de capitais, onde é mais crítica a situação. Nesse ponto, gostaria de lembrar que dois estudos empíricos recentes do Banco Central mostram que, como se imagina, o imposto sobre movimentação financeira tem alguns efeitos nocivos. Sem dúvida, ele inibe um pouco a mobilidade dos agentes financeiros; eleva o custo do dinheiro; altera a remuneração dos ativos financeiros e, finalmente, pode causar o encolhimento da própria base tributária em que se apóia.

Essas evidências vão na direção do que se imaginava, seria algo observável na economia brasileira. Por isso, a PEC nº 256, nos seus dispositivos, prevê a isenção das operações do mercado financeiro quanto a esse novo tributo. Portanto, ainda que em tese possa representar um problema, não será em relação a PEC nº 256 ou à substituição dos encargos patronais.

Um outro efeito desse tipo de imposto sobre o sistema financeiro é o de que ele facilitaria ou estimularia a "desintermediação" financeira, que tendem a se dar por dois mecanismos. O primeiro seria o início do uso dos cheques e das ordens de pagamento como um novo meio circulante. Ao invés de descontar no banco, começo a endossar o cheque, que circula. Assim, não há movimentação financeira e não se gera o imposto. O segundo instrumento seria a substituição de depósitos em bancos por dinheiro no bolso.

O primeiro desses caminhos, reconhecido como possível, também é bloqueado pela PEC nº 256, na medida em que determina que, a partir da sua promulgação, os cheques deverão ser obrigatoriamente nominais e não endossáveis. E mais: que as operações - quaisquer que sejam as naturezas - acima de um certo valor, só se considerem judicialmente liquidadas se derem por movimentação nas contas correntes dos agentes diretamente envolvidos na transação. Vale dizer: ficam bloqueados todos os caminhos para esse tipo de "desintermediação". Restaria a troca de dinheiro no banco por dinheiro no bolso, o que tende à ser visto por muitas pessoas como um caminho viável, ainda mais agora que a CPMF está sendo usada pela receita como instrumento de fiscalização da evado do Imposto de Renda. As pessoas, principalmente as que devem alguma coisa à sociedade, tem algo a temer e podem fugir dos bancos. Quanto a esse caso, a PEC em si não tem nenhum dispositivo de proteção, mas vale lembrar que aqui está envolvida uma relação custo/benefício, que vai determinar a natureza do evento.

Segundo esses estudos do Banco Central, a alíquota máxima admissível para esse imposto sobre movimentação financeira - que não causaria perda de receita - seria igual a 0,69%. Da PEC nº 256, resulta que a alíquota para esse imposto seria de 0,12% que, somada a CPMF de hoje - 0,38%, daria 0,5%, abaixo, portanto, da alíquota máxima para elevar a arrecadação desse tipo de tributo.

De novo, nesse ponto a PEC está do lado seguro da equação, do lado favorável. Não se deveria temer qualquer reação nesse sentido enquanto prevalecer essa relação custo/benefício. Eu poderia mostrar aos senhores. depois, a evolução no Brasil recente dos depósitos a vista. *vis-à-vis* moeda em poder do público. E, ali, não há nenhuma evidência dessas distorções. Não vou ter tempo de abordar os outros itens. Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Logo depois da apresentação inicial, o senhor voltará para concluir.

Para fazer uma correção de datas, gostaria de registrar que no dia 12 iremos realizar aqui um seminário sobre evasão de pesquisadores versus desenvolvimento econômico, da Subcomissão de Política Industrial. Custo Brasil e Assuntos Relacionados à Empresa no País. É um assunto também correlato à preocupação que estamos tendo de queda de atividade. produtividade. queda de emprego e evasão dos nossos pesquisadores.

E no dia 19, aí, sim, teremos a segunda reunião sobre desoneração da folha de pagamentos.

Quero registrar a presença do Dr. Manuel Alexandre. Diretor-Executivo da BASE. Superintendente do Sebrae no Brasil, assim como o Dr. João Martins, Diretor-Executivo da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas.

Informo aos senhores que está havendo sessão do Congresso Nacional e os parlamentares têm de votar. por isso. teremos uma alteração da participação dos deputados neste plenário.

Passo a palavra ao Dr. Cristiano Kok, Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Industrial- ABEMI. para sua exposição, por 15 minutos.

O SR. CRISTIANO KOK - Deputado Gerson Gabrielli. Presidente desta Mesa; Deputado Marcos Cintra. Presidente desta Comissão: demais componentes da Mesa. senhoras e senhores, senti-me extremamente honrado com o convite, na qualidade de presidente de uma associação que congrega as empresas de engenharia que constroem e fazem a montagem de toda a infra-estrutura brasileira. para estar presente a essa Comissão para discutir sobre um problema para nós extremamente grave, que é o custo que incide sobre a folha de pagamento das empresas, particularmente daquelas que são as maiores empregadoras de mão-de-obra e que são, coincidentemente. as mais apenadas pelo imposto em razão do emprego de mão-de-obra.

Esse fato levou à distorção de que. da população economicamente ativa brasileira, de 72 milhões de pessoas. apenas 35%, cerca de 22 milhões. integram o mercado formal de trabalho. Dois terços da nossa população economicamente ativa acha-se alijada do mercado formal de trabalho e, portanto, fora da proteção de um sistema de previdência social que deveria ser universal.

Nossa proposta é extremamente simples. Gostaríamos de reduzir a zero a alíquota do INSS: reduzir a zero a alíquota do chamado "Sistema S", que é um sistema extremamente eficiente, bem administrado, que deve ser mantido, porque permite dar treinamento e qualificação à mão-de-obra, assim como o salário educação. É um sistema que tem permitido financiar a educação básica no Brasil. Nossa proposta não é acabar com esse sistema, mas criar um novo mecanismo de financiamento a esse sistema, que não seja a incidência dessa alíquota sobre a nossa folha de salários.

Hoje, temos alíquotas de cerca de 35,3 a 37,3% recolhidos pelas empresas, pelo empregador, para cobrir: INSS, 20%; Sistema S (SESI, SESC, SENAI, SENAC e SEBRAE), 3,3%; salário educação, 2,5% e seguro de acidentes de trabalho, que merece uma discussão à parte porque temos um sistema que arrecada dinheiro para pagar indenizações e não está cuidando nem um pouquinho da prevenção de acidentes. Deveríamos, sim, ter um sistema voltado para prevenir acidentes de trabalho e não para pagar indenizações na ocorrência deles. Assim, temos o total de 35 a 37%.

Se esse número for comparado à experiência internacional, veremos o seguinte. Na Irlanda é em torno de 12%; Estados Unidos, 21,5%; México, 24,4%; Argentina, 32% e Brasil, 37,3%.

A proposta que fazemos levaria essa alíquota para um valor entre 9,5 e 11,5%, já contemplando o aumento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para 8,5%, que ocorre a partir do mês de outubro, já aprovado em lei, e que seria feito via transferência dessa necessidade de arrecadação do INSS e do Sistema S. Este sistema eleva a CPMF em 0,12%, ou seja, passa de 0,38 para 0,50%, que permitiria arrecadação de 6,2 bilhões de reais, basicamente o custo incorrido hoje pelo Sistema S mais o custo do salário-educação. Além disso, a majoração de 1,5% da Cofins, criada para financiar a Previdência Social, e, portanto, não exige alteração de Constituição para vigorar, que permitiria cobrir a necessidade de arrecadação do INSS de 22 bilhões de reais. A majoração de 3 para 4,5% atenderia a essa necessidade de caixa. Manteríamos a contribuição descontada na folha do empregado e recolhida pelo empregador, hoje na faixa de 10 bilhões de reais.

Em relação a acidentes de trabalho, embora mantidas alíquota e arrecadação na mesma proporção da atual, propomos profunda revisão do sistema, provavelmente através da criação de mútuas, com a participação tripartite de Governo, empregados e empregadores e administração de profissões de risco equivalentes. Profissões de alto risco teriam alíquotas maiores e seriam administradas pela comissão tripartite, uma sociedade mutuante, que arrecadaria recursos e pagaria indenizações, além de ter a função primordial de atuar na prevenção, reduzindo o número de acidentes. À medida que houvesse redução, atuariamente, do nível de acidentes de trabalho em cada setor, as necessidades de subvenção de seguro poderiam ser gradativamente reduzidas. A partir de trabalho conjunto entre patrões, empregados e Governo a sinistralidade poderia ser reduzida. Nosso problema não está em pagar indenizações, mas reduzir a ocorrência de acidentes de trabalho.

Essa proposta traria como benefícios diretos redução de custos. Faço minhas as palavras de Luiz Zottmann quando se referiu à capacidade de essa modificação reduzir custos reais. A construção civil poderia reduzir custo real em 8%, porque sua folha de salários incide cerca de 50% sobre o custo total, o que implicaria habitação, escolas, creches, energia e todo custo de saneamento mais baratos. Até mesmo todo custo de infraestrutura poderia ficar 8% mais barato. Seria muito expressiva a redução.

Na área de serviços em particular -limpeza, serviços de engenharia e serviços em geral- com conteúdo de mão-de-obra em tomo de 70, 80% poderiam proporcionar redução de custos de 13%, porque se o peso da mão-de-obra é muito alto o seu efeito também o é.

No setor industrial. cuja folha de pagamento o incide sobre cerca de 20, 30% do faturamento, a redução de preços poderia atingir 2% em toda a cadeia industrial. Como se vê, haveria efeito direto sobre o preço, redução extremamente importante.

Assim, em relação à mão-de-obra, todos os setores com incidência menor que 7% teriam benefícios com essa proposta. Apenas setores que fazem exclusivamente intermediação. repasse de faturamento, seriam prejudicados. Com a nova estrutura, esses setores deixariam de existir, porque não haverá mais necessidade de re- passar faturamento de um setor para outro.

Haveria potencial- é a nossa idéia - para duplicar o mercado formal de trabalho. Ou seja, a médio prazo, 20 milhões de pessoas poderiam ingressar nesse mercado. Não estaríamos criando empregos. mas, sim. formulando relações de trabalho formais, o que significaria aumento da arrecadação do INSS na faixa de 10 bilhões. ou seja, dobraria a arrecadação do que é retido dos empregados. Devo esclarecer que esse valor não está computado naquelas contas que apresentei no começo. Seria um ganho adicional que contribuiria decisivamente para acabar com o problema do déficit da Previdência Social e permitiria universalizar o seguro de acidentes de trabalho. Hoje, esse sistema de seguro de acidentes do trabalho cobre apenas 35% da população. O restante está a mingua. No caso de acidentes não recebem nenhum tipo de indenização. Permitiria ainda ampliar a arrecadação do Fundo de Garantia sem aumento de alíquotas, simplesmente com o aumento da base de em- pregos formais em cerca de 9 bilhões de reais por ano. Por fim, permitiria aumentar o imposto retido na fonte em cerca de 15 bilhões de reais/ano.

Trata-se de proposta com enorme alcance social, porque reduz o preço de bens e serviços de interesse popular, amplia a arrecadação tributária direta e indireta e universaliza o seguro de acidente de trabalho. Essa proposta pode ser alterada nas suas composições, no volume destinado à CPMF e ao faturamento. mas o objetivo primordial é transferir a incidência sobre a folha para uma base mais universal que permita desonerar o emprego. Devo dizer que não existe processo mais cumulativo de arrecadação do que a incidência sobre a folha. Cada vez que uma empresa presta serviços para outra, ela inclui aquela taxa de encargos no seu preço. É, portanto, o imposto mais cumulativo do que a crítica que se faz à própria CPMF ou à contribuição social. Não existe imposto mais regressivo e mais cumulativo ao que essa contribuição sobre a folha.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Passo imediatamente a palavra ao Dr. Antônio Gonçalves, representante e Diretor de Comunicação do Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias do Estado de São Paulo.

O SR. ANTONIO GONÇALVES - Boa tarde. Vou falar especificamente sobre a micro e pequena empresa e como conseguimos avançar na década de 90.

Aproveito a presença de alguns deputados que tiveram muito a ver com a construção desse novo cenário e vou citar três Deputados - perdoem-me os demais -, numa homenagem a todos que se interessaram e se aprofundaram no tema da pequena empresa. Augusto Nardes, Marcos Cintra e Gerson Gabrielli, entre tantos outros, são vistos como símbolos em se tratando de micro e pequena empresas, no cenário legislativo.

Ao contrário do que muitos dizem sobre o fracasso da pequena empresa, acredito que ela avançou bastante na década de 90. Como disse o Deputado Gerson Gabrielli o Estatuto foi pano de fundo necessário e importante, como também o fórum permanente criado como canal de comunicação com o Governo Federal. Sinto a falta apenas de espaço para intermediação também com o Poder Legislativo, algo que poderia ser agregado ao trabalho do fórum permanente. Acho que presença do Legislativo deveria ser articulada. Os Deputados poderiam ajudar mais. Deixaria de ser uma discussão bilateral, empresários e executivos. Para nós seria importante a presença, o contato permanente com o Legislativo. Já que existe o fórum, acredito que essa função deveria ser agregada.

Outro avanço foi o Simples. Houve, realmente, profunda simplificação. O pequeno empresário tem verdadeira fascinação pelo Simples e também pela proposta do Deputado Marcos Cintra sobre o Imposto Único, tese que realmente desperta interesse muito grande.

De alguma forma, os três aspectos que levantei - Estatuto, fórum permanente e Simples - tocam em algo relevante para o pequeno empresário: a simplificação. A tradição do Estado brasileiro é ser profundamente pesado, onipresente. Talvez nem seja com a tributação que o empreendedor se sinta incomodado, mas com os múltiplos entraves que fizeram desaparecer cerca de 60% das empresas num intervalo de três a cinco anos, e também, paradoxalmente, criando dificuldades imensas até para o fechamento delas.

Na realidade, quando se trata de desoneração, o pequeno empresário pleiteia maior organicidade desse sistema, mais aproximação e diálogo permanente, uma relação de trabalho mais séria do Sebrae com as entidades de representação, com seus sindicatos, incluindo os de pequenos empresários, com as associações e federações, ou seja, mais articulação entre as entidades de apoio e as de representação. O pequeno empresário ainda não se sente devidamente representado nos conselhos e em todos os órgãos.

Estou à vontade para dizer, em nome de duas entidades nacionais ligadas ao setor, que o pequeno empresário não tem nada contra o Sistema S; o pequeno empresário está contra a forma de representação embutida no Sistema S, ou seja, é preciso ampliar esse leque. As queixas são variadas - aliás, encomendamos pesquisa sobre o tema e, depois, vou passá-la ao Presidente, Deputado Gerson Gabrielli. Eles, na realidade, aprovam tanto a existência do Sebrae, como do Senai e do Sesi. Para o pequeno empresário todas essas entidades são úteis, necessárias e importantes. A queixa está exatamente na operacionalização, na dificuldade que eles vêm de se sentirem representados nesse mecanismo. É pelo aperfeiçoamento desse mecanismo de representação que se deveria caminhar, no nosso entender.

Talvez mais como nossa preocupação, maior do que as propostas de desoneração apresentadas, trago o drama daqueles que têm organização e dos que não têm organização, ou seja, dos setores organizados versus os não-organizados. Parece-me ser este o grande drama nacional, o que divide os dois "Brasis" reais. Existem setores organizados, que, muitas vezes, se estruturam de forma corporativa, fechada, tentando justamente proteger interesses e reduzir sua ação. E existem os setores não organizados. A quem estes vão recorrer? Esses setores não organizados representam possivelmente a maioria. Não se vê, por exemplo, centrais sindicais de trabalhadores interessadas pelo segmento não organizado. As centrais procuram segmentos mais fortes para estruturar seus trabalhos.

Por outro lado, no sistema empresarial, percebe-se também esse mesmo fenômeno. Quer dizer, o interesse maior é pelas grandes empresas, aquelas que vão contribuir com exportação etc. Então, essa reversão de quadro, essa revolução copernicana, é que deveria ser produzida, quer dizer, realmente encontrar fórmulas para estruturar a maioria.

Lanço então uma proposta polêmica. Tentar formalizar demasiadamente microempresas parece ser uma discussão muitas vezes com o cheiro de onipresença do Estado. O que o microempresário deseja realmente é um jogo mais livre, mais solto, que ele possa encontrar mecanismos que tratem de sua sobrevivência. É o camarada que gera trabalho, esperança e expectativa de vida para duas ou três pessoas, e assim por diante. É preciso deixar o empreendedor mais solto, mais livre, sem tantas amarras, sem tantas preocupações. À medida que esse pano de fundo for interiorizado, este País, talvez, deverá tomar-se mais capitalista, pelo menos no sentido de incentivar o empreendedorismo, quer dizer, dar validade à figura do empreendedor, e não, como hoje, o empreendedor sentindo-se amarrado desde o nascimento. É difícil abrir empresas, é difícil sobreviver após seu nascimento e é difícil até fechá-la. Por aí se vê que há muita coisa errada na estruturação.

Outro dado importante: a relação do pequeno empresário com seus trabalhadores é fraternal, é uma relação totalmente diferenciada. Todos os anos fazemos pesquisas. E nos sindicatos em que fazemos coordenação, verificamos sempre certa aflição na época de se pagar o décimo terceiro salário. Invariavelmente, é um dado constante. A primeira coisa que eles retiram é o pagamento para o trabalhador, o resto vão pensar depois, mas este é sagrado. Por que é sagrado? Porque é a pessoa exatamente, com quem ele está em contato, com quem ele mantém relacionamento, com quem ele tem obrigações. Para o pequeno empresário o Estado é algo distante, que, de repente, vem ali sugá-lo. O outro, não, o seu funcionário é um parceiro na produção, é uma pessoa que está com ele e que lhe dá condições de desenvolvimento.

Concluindo, volto a me referir ao Sistema S. Francamente, nosso desejo é ver o Sistema S desempenhando suas funções cada vez melhor. Queremos que Sebrae, Sesi, Senai, Sesc e Senac continuem funcionando bem e que não se retire o que foi conquistado, mesmo atuando de forma precária, para apresentar outra alternativa, que, certamente, não vingará. Vai ser uma luta dos Parlamentares, da sociedade e das entidades organizadas reconquistar algo parecido com essa estrutura, uma conquista de mais de meio século que tem de ser preservada. Obrigado.

O SR. OOORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Meu prezado Antônio Gonçalves, pude observar, desde que entrei no Congresso Nacional, a postura da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, dos seus Presidentes e Deputados, de que querer efetivamente participar das decisões do País. Um grupo de Parlamentares vem atuando suprapartidariamente e não vêem com bons olhos a intervenção do Estado, principalmente na Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

Pude denunciar aqui, e vou reiterar, que assessores do Governo Federal vêm muitas vezes para cá e sopram no ouvido dos Parlamentares o que devem e o que não devem votar. Repudio esse tipo de postura, pois viemos aqui para legislar com independência. Os parlamentares desta Comissão querem ajudar o País e não seremos tutelados pelo Estado brasileiro. Quero reiterar a independência de Parlamentares desta Comissão.

Só para fundamentar o que Vossa Senhoria disse há pouco, soubemos que esta semana o Ministério da Indústria e Comércio está alterando, ou tentando alterar, o Estatuto da Pequena e Microempresa. Algumas pessoas foram convidadas a comparecer ao Ministério, onde tiveram uma surpresa. Uma dessas pessoas ainda questionou a alteração, estranhando o porquê de aquele assunto não ter passado primeiramente por esta Comissão, que aprovou o Estatuto e gerou o Refis.

Sei que há assessores da Secretaria da Indústria e Comércio presentes. Vou aproveitar este momento para lhes mandar um recado: é melhor que nos procurem, porque, se vier para cá, vamos obstruir. Primeiro, tem que passar por aqui, e não pelo Executivo. Não terceirizaremos para o Governo as iniciativas do Parlamento e desta Comissão.

Quero registrar nossa satisfação pela honrosa presença do Prof. Josic Pastore. Seja bem-vindo. É uma honra tê-lo aqui, pessoa muito querida e muito respeitada no Brasil.

Vamos ouvir agora o Dr. Gilson Ismerim. Para termos uma visão de conjunto, panorâmica, vamos ouvir depois as três confederações: a Confederação da Indústria, a da Agricultura e a do Comércio do, aqui representadas. Antes, vamos ouvir o Dr. Gilson Ismerim, líder empresarial de um setor importantíssimo para o Brasil. Ele é Presidente do SEAP.

O SR. GILSON ISMERIM - Nobre Deputado Gerson Gabrielli, Presidente da Mesa, batalhador incansável das questões em pauta; Deputado Marcos Cintra, Presidente da Comissão; demais Deputados aqui presentes, especialmente o Deputado Jairo Carneiro - como baiano, não poderia deixar de registrar sua presença; demais representantes de diversos segmentos, minhas senhoras e meus senhores, o setor de limpeza e conservação emprega hoje aproximadamente 2 milhões de pessoas no Brasil. Portanto, é um setor bastante representativo, preocupado no dia-a-dia com suas questões, e que emprega, para conhecimento dos senhores, em tomo de 50% mão-de-obra feminina.

Não vejo a iniciativa da desoneração de folha de pagamento como um bicho-de-sete cabeças. A questão é simples, desde que o Governo acabe com a voracidade fiscal, que tem consequências altamente prejudiciais. A primeira delas é a sonegação fiscal. Está provado que essa voracidade aumenta a sonegação fiscal, conseqüentemente atingindo os trabalhadores, pois aumenta o número de desempregados.

Na planilha de custo do setor, a mão-de-obra representa 60%. Ora, se vivemos numa economia estável, não faz sentido que algumas taxas, alguns impostos, continuem como se ainda estivéssemos na época da inflação alta. Por exemplo, em alguns Estados, o ISS é de 5%, e temos uma inflação anual da ordem de 7%. É preciso rever isso, meus senhores.

Essa situação é grave. Essa guerra fiscal é altamente desfavorável, uma vez que onera as planilhas de custo e termina criando uma situação que não é boa para ninguém. Temos que partir para uma linha mais razoável, dentro do bom senso, para que não fiquemos discutindo problemas cujo cerne está justamente na questão dos impostos, dos tributos. Para se ter uma idéia, a incidência cumulativa dos impostos na folha de pagamento é da ordem de 41%, isso sem levarem conta os encargos sociais. Não é justo que continue essa situação. Ela é ruim. Dessa forma, não vamos chegar a lugar nenhum.

Procuramos desenvolver a planilha detalhada num contexto razoável, de forma a diminuir o Custo Brasil, que realmente é preocupante. Os países vizinhos têm um percentual de encargos muito menor.

Senhoras e Senhores Deputados, não vou me alongar porque, como disse o Presidente, a Comissão vai promover doze reuniões. Poderemos condensar essas informações de todo o Brasil e passá-las a Vossas Excelências a fim de chegarmos a um denominador comum, de forma que o nosso setor e os demais saiam favorecidos.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Muito obrigado, meu querido Gilson Ismerim. Realmente, precisamos equacionar esse problema da dura econômica e da ditadura executiva no Brasil, para que as empresas possam, efetivamente, tocar o País e gerar os empregos necessários.

Estava conversando há pouco com um parlamentar dizendo que, além da carga tributária que temos e da necessidade de rever a CLT, temos o chamado imposto da ilusão. É brincadeira o que é retirado semanalmente do Brasil pela jogatina oficializada pelo Governo Federal. É Loto, Papa Tudo, Mega Sena, Sena. São milhões

e milhões de dólares subtraídos da economia nacional para essa jogatina. Enquanto isso, o setor produtivo agoniza; as empresas nacionais, fragilizadas, são vendidas às empresas multinacionais.

Vamos ouvir agora os representantes de nossas confederações. Neste painel, a visão das três entidades - CNA, CNC e CNI - será muito importante para nós. Começaremos com a Confederação Nacional da Agricultura. Se agricultura vai bem, o resto vai tudo bem. Primeiro temos que salvar a agricultura do Brasil; em consequência, tudo ficará em paz.

Chamamos para fazer uso da palavra o Dr. Luciano Marcos de Carvalho, assessor técnico da Confederação Nacional da Agricultura, que nos honra com a sua presença.

O SR. LUCIANO MARCOS DE CARVALHO - Deputado Gerson Gabrielli, demais parlamentares, senhores convidados, inicialmente, gostaria de agradecer o convite à Confederação para participar deste evento, que nos deu a oportunidade de estarmos aqui discutindo esse importante tema.

A nossa intenção é apresentar um curto retrospecto sobre a folha salarial no setor agropecuário, que é bastante diferenciada dos demais setores, e algumas propostas que seriam importantes para o conhecimento de todos. Primeiramente, vou apresentar algumas características típicas do setor rural, que talvez seriam por demais óbvias - na CNA, às vezes gastamos mais tempo repetindo essas características óbvias do que qualquer outra coisa.

Nem sempre as leis, nem sempre o que se edita, o que se faz obedece a essas características fundamentais, que são delimitantes para o processo legislativo. A primeira delas é a produção a céu aberto. É óbvio que só essa característica dificulta o controle da mão-de-obra numa intensidade maior do que nos demais segmentos. A segunda é a impossibilidade de alterar o processo produtivo. Não se pode, como no setor urbano, mudar o processo produtivo uma vez implantado. Esse é um contingenciamento forte do setor. A terceira é a sazonalidade e a quarta é o uso intensivo de mão-de-obra. Esses são aspectos condicionantes que têm que ser levados em consideração dentro do processo legal.

Este outro quadro demonstra a utilização de mão-de-obra no setor. Segundo dados da PEA - População Economicamente Ativa -, a agricultura é o setor que mais utiliza mão-de-obra em comparação com os demais segmentos econômicos. A agropecuária tem 17,3 milhões de pessoas a PEA.

Esse dado tem uma característica importante. Dentro desses 17,3 milhões, em torno de 500 mil são produtores, são empregadores. Grande parte deles toca a produção por conta própria. Os empregados representam um contingente em torno de 4,4 milhões, sendo que, de maneira formal, são 1,1 milhão. Esses números dão a dimensão e a importância do emprego e da ocupação da mão-de-obra do setor.

Entramos agora no elenco contributivo incidente sobre a folha, formado por quatro elementos fundamentais: a contribuição para seguridade social e o SAT, as contribuições para terceiros, a contribuição previdenciária do empregado e a contribuição para o FGTS. Vamos analisar rapidamente cada um desses componentes, porque o setor agropecuário apresenta algumas características ímpares.

A primeira delas é em relação à seguridade social e ao SAT - Seguro de Acidente de Trabalho. Apresentamos um curto quadro da evolução legal. Diferentemente do setor urbano, as contribuições para a seguridade no setor rural incidem sobre o valor da produção agropecuária. Os 20% da seguridade no setor rural se deram num curto período, de novembro de 1991 a dezembro de 1992, em que houve a incidência sobre folha de salários, e podemos dizer que foi um grande fracasso. Isso prevalece desde 1975 e, até hoje, conseguimos manter essa forma de contribuição.

Aqui estamos apresentando quais são as contribuições e sua incidência. Vejam que, para a pessoa física, são 2,1% e, para pessoa jurídica, são 2,6% sobre o valor da produção comercializada, como se fosse possível distinguir a produção agropecuária, isto é, ir ao armazém e querer comprar a batata do produtor, pessoa física, cuja incidência é de 2,1 %, enquanto a da pessoa jurídica é de 2,6%. Portanto, estranhamos essa diferenciação. Ainda se fosse feita em função de algum produto, mas não: é em função da natureza do contribuinte.

Outra característica do setor agropecuário é que, das 4 milhões e 500 mil propriedades, grande parte são pessoas físicas, daquele universo entre 450 a 500 mil produtores/empregadores. Há também uma contribuição diferenciada, por força da lei nº 10.256, a da agroindústria, que faz incidir 2,6% não sobre o valor da produção comercializada, mas sobre o produto final. No caso de uma usina de açúcar ou álcool, há uma incidência de 2,6% sobre o produto final e não sobre a cana.

Dentro do quadro de contribuições para terceiros, que penso são comuns a todos, temos o FNDE, com salário-educação, 2,5%; o Incra, 0,2%, que depois vamos

entrar em detalhe, e o SENAR - o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural -, que também é convertido sobre o valor da produção comercializada, sendo 0,2% do valor da produção das pessoas físicas e 0,25% das pessoas jurídicas para manter aquela mesma equivalência contributiva, que são aqueles índices de 2,1 % para pessoa física e 2,5% para pessoa jurídica. Portanto, como se mantém essa equivalência, re- produziu-se essa contribuição diferenciada em função da natureza do contribuinte.

Com relação ao salário do empregado, a situação é exatamente a mesma do ambiente urbano, das empresas urbanas, portanto não vamos entrar em detalhes.

Na contribuição para o FGTS também há um diferencial de 8% e mais 0,5%; sendo que este adicional de 0,5% incide apenas para os empregadores com faturamento acima de 1,2 milhão, semelhante ao que acontece nas micro e pequenas em- presas. Portanto, houve uma equivalência.

Finalmente, dentro do elenco da desoneração, a substituição da incidência sobre a folha pela incidência sobre o faturamento tem-se demonstrado bastante eficiente para () setor. O valor da produção agropecuária dos 25 produtos que a CNA acompanha mais de perto representa entre 80 a 100 bilhões de reais por ano. Portanto, teríamos um potencial contributivo de cerca de 2 bilhões/ano, o que seria, pelas nossas avaliações e da própria Previdência, o suficiente para manter uma relação contributiva saudável. Portanto, essa troca foi saudável para o setor. Usando ainda alguns dados do Caged, do Ministério do Trabalho, podemos demonstrar que, no setor rural, a formalização tem acontecido de uma maneira bastante voraz, até superior a muitos segmentos econômicos clássicos. Até junho, praticamente 50% dos novos empregos gerados no Brasil se deram no setor agropecuário.

Vamos concluir com esses dois quadros. O que se deseja? Primeiro, a diferenciação de alíquotas. Embora hoje a incidência não se dê sobre salário, o que se deseja são formas diferenciadas de contribuição de acordo com o produto. Usando esse exemplo, para o mesmo empreendimento gerador de uma produção de 120 mil reais/ano, temos diferentes folhas de pagamento. É uma proposta antiga da CNA às alíquotas diferenciadas para os produtos. É lógico que aquelas culturas intensivas de mão-de-obra, a exemplo do café, cacau e cana-de-açúcar, se dê uma alíquota maior, e àqueles setores pouco demandantes de mão-de-obra, como a avicultura, suinocultura, onde a participação da mão-de-obra no custo de produção é da ordem de 2% ou 3%, se daria alíquotas menores. Essa diferenciação de alíquotas é interessante e fácil até de ser implementada. Já existem precedentes, como o do próprio IPI, e poderíamos buscar essa fórmula de diferenciação por produto da alíquota da contribuição para a seguridade social, o que a própria Ementa Constitucional nº 20 permite.

Finalmente, temos a contribuição ao Incra. Chamamos a atenção não só da agropecuária, mas do comércio e da indústria, para o fato de que essa é uma contribuição, desculpem-me o tendo, que nos parece uma excrescência.

Não sei se senhores já questionaram a origem dessa contribuição, que, aliás, são duas: uma de 0,2% sobre o valor da folha de salários, que incide sobre comércio, indústria, prestação de serviços, e uma outra, de 2,5%, que incide sobre as cooperativas e as agroindústrias. Essa contribuição se originou da lei nº 2.613, de 1955, quando se criou o Serviço Social Rural- morto e enterrado, sepuko. Depois, surgiu o Senar estatal, o Senar nacional, o Senar privado, o Senar administrado pela confederação, e, estranhamente, essa contribuição prevalece até hoje. Ninguém explica por que. Não existe mais o Serviço Social Rural e continua essa contribuição, que onera em 0,2% todos os brasileiros e, no caso das agroindústrias, 2,5%.

Enfim, são essas as nossas reflexões, Deputado. Gostaria de continuar participando e também de apresentar essas alternativas de uma maneira mais organizada e profícua.

Muito obrigado a todos.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Eu gostaria de acolher a proposta para que pudéssemos fazer o memorial desta reunião. A assessoria parlamentar já está trabalhando na síntese dessas propostas.

Pediríamos também que, nas próximas reuniões, nos próximos seminários, as confederações e as entidades pudessem estar presentes por meio de seus representantes, por que iremos ouvir o Governo, o Sebrae, o setor laboral. Isso é importante porque depois iremos fazer um foro maior, onde iremos apresentar a síntese do que for debatido nesses seminários para que possamos ter uma visão um pouco mais global da proposta de cada setor.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Pois não, Deputado Augusto Nardes.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Senhor Presidente, amigo Gerson Gabrielli, quero fazer um convite a todos. Na próxima semana, estaremos realizando, juntamente com a Comissão, simpósio nacional da pequena e microempresa, que será realizado no Auditório do Conselho de Contabilidade. Estarão presentes todos os representantes de federações e entidades de todo o País. Estamos convidando toda a Comissão para participar do evento. Há pouco distribui folheto a todos os Parlamentares, inclusive o Deputado Gerson Gabrielli é um dos debatedores desse simpósio, para que possam participar do grande encontro nacional, articulado pelo Monampe, com apoio da Comissão e da Frente Parlamentar da Pequena Empresa, que coordenamos na Câmara dos Deputados. Portanto, convido a todos os Parlamentares, as entidades presentes, pois temos uma representação muito importante da média, pequena e micro empresa.

Além disso, quero dizer que iremos analisar a abertura do Simples, tentar abrir mais o Simples, discutir a implementação de medidas a favor dos pequenos empresários, ou seja, aquilo que é divulgado e que muitas vezes não é implementado. Portanto, esses serão alguns dos temas. Está aberto o seminário. Convido a todos que possam participar a comparecer ao Auditório do Conselho de Contabilidade, no Setor de Autarquias Sul de Brasília, Distrito Federal.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Registro que o querido Augusto Nardes é um dos mais laboriosos e competentes Parlamentares da Casa. Há alguns anos Sua Excelência vem perseguindo a libertação da pequena e microempresa no Brasil, um dos mentores intelectuais e físicos das conquistas da micro- empresa no Brasil. Estaremos presentes.

Queremos, com muita satisfação, ouvir o Dr. Adelmir Araújo Santana, Presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal, que também representa, neste ato, a Confederação Nacional do Comércio.

O SR. ADELMIR ARAÚJO SANTANA - Excelentíssimo Deputado Gerson Gabrielli, digníssimo Vice-Presidente desta Comissão, que preside este seminário, egresso da área que nós representamos neste momento, uma vez que sabemos de sua luta na Confederação dos Dirigentes Lojistas e também Vice-Presidente da Federação do Comércio da Bahia, S e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, naturalmente que se aqui estivesse o Presidente da Confederação Nacional do Comércio certamente teria outro brilho, mas tentaremos externar o ponto de vista da Confederação sobre a matéria.

Eu estou me referindo à desoneração da folha de pagamentos. A presença de todos nós neste evento tem como escopo a desoneração da folha de pagamentos: algo que imaginamos seja desejado por todos os segmentos empresariais como forma de descompressão que trouxesse alívio às empresas, de modo que pudessem adquirir vantagem competitiva e, em decorrência, que o País experimentasse período fértil de crescimento.

A busca de uma fórmula para esta desoneração, melhor se diria desgravação, algo que está gravado há muito tempo -, que se traduza por uma "panacéia universal" é o ideal inspirado por todos nós. Eis a questão do nosso encontro. Os meios e os modos propostos:

As iniciativas na direção dessa desgravação, ao invés de desoneração, tem-se configurado por verdadeira substituição do modelo existente por modelo alternativo.

A questão se prende, contudo, à eficácia arrecadatória desse modelo alternativo, que pode ser apenas troca daquilo que já se conhece pelo novo sobre o qual não se pode afirmar ser ele capaz de manter o volume da arrecadação existente atualmente.

Não compreendemos que se possa considerar desoneração da folha de pagamento a mera substituição de alíquotas e contribuições sobre ela incidentes por outro imposto, ainda que com diferente base de incidência, como no caso da movimentação financeira.

Tudo indica que estamos diante de um paradoxo: é necessário e imperioso desgravar; porém é necessário e imperioso manter o nível da arrecadação propiciada pelo modelo que se tenta superar.

A realidade atual:

Vivemos momento em que se discute largamente o chamado Custo Brasil - essa frase foi dita inúmeras vezes pelos meus antecessores - apontando como principal fator que impede o crescimento econômico, o aumento da produtividade e, ainda, a competitividade de nossos produtos no mercado internacional.

A carga de contribuições incidente sobre a folha de salários é apontada como uma das barreiras a serem ultrapassadas para que se propicie o tão esperado desenvolvimento.

Os reflexos da desgravação, contudo, não têm sido adequadamente avaliados, deixando-se de considerar que algumas das atuais contribuições incidentes sobre a folha de salário tem história completamente diversa da simples oneração, único alvo visível aos olhos daqueles que se preocupam exclusivamente com o aparente sem se prender ao que de positivo existe em decorrência de situação suposta- mente adversa, mas que comporta no seu bojo outras realidades. Senão vejamos.

A realidade econômica em 1945 - vamos retardar um pouco.

Quando a Segunda Grande Guerra chegava ao seu fim, cresceu a preocupação com as conseqüências da paz, diante dos grandes problemas econômicos e sociais que se afiguravam prementes.

Dentre eles, por exemplo, o problema do emprego e da melhoria das condições sociais, culturais e educacionais da mão-de-obra.

Diante deste quadro, ficou evidente que a solução dos problemas que se apresentavam para a sociedade não deveria ser apenas responsabilidade do Estado - o senhor bem disse isso aqui, não quero o Estado envolvido com isso -. mas a empresa privada também deveria contribuir para o mesmo objetivo.

Esse problema tinha caráter internacional, haja vista a preocupação com a criação de órgãos que em nível mundial pudessem encarregar-se de tratar da questão.

Portanto essa preocupação refletiu-se também em nosso País, de modo que os empresários. em iniciativa pioneira. na "Conferência das Classes Produtoras", realizadas em Teresópolis, no ano de 1945, discutiram amplamente o papel que as empresas deveriam assumir na reconstrução econômica e social do pós-guerra.

A iniciativa das classes produtoras: Daquele evento resultou a chamada "Carta da Paz Social", na qual podemos identificar a presença do princípio da Responsabilidade Social da Empresa.

Conscientes dessa responsabilidade, as classes produtoras tomaram a iniciativa de solicitar ao Estado que as tornassem submissas ao seu Poder de Império, instituindo contribuição a ser paga pelos empregadores que passou a incidir sobre a folha de pagamento de seus empregados.

Trata-se, como é público e notório, da instituição de obrigação tributária por solicitação dos próprios obrigados à sua realização.

Ou seja. os empresários pediram a criação da contribuição compulsória, a ser paga por eles mesmos, a título de favorecer a classe trabalhadora, no que foram atendidos pelo Estado.

Esta contribuição tem sido, nos últimos tempos. vista. erradamente, como custo pesado da atividade de produção e comercialização de bens e serviços, quando efetivamente não o é tratando-se, antes de mais nada, de investimento da classe empresarial em capital humano. que é a base fundamental do desenvolvimento econômico e social, fator de redução das iniquidades e injustiças sociais. Não se pode ignorar atuações. tais como a do Senac. que só no ano de 2000 recebeu 1 milhão e 842 mil alunos, em números redondos. em seus cursos de qualificação profissional, tendo o Sesc - outro braço da Confederação Nacional do Comércio -. no mesmo período, dispensado atendimento a 2 milhões e 182 mil pessoas. Tudo isso proporcionado por meio de 1.026 unidades diversificadas de ensino e de lazer, cujas portas encontram-se abertas a todos os senhores.

Destaque-se ainda relevante dado histórico pouco divulgado. que é a quantidade de profissionais formados pelo Senac durante toda sua existência. São mais de 34 milhões. senhoras e senhores. Não é pouco para um período de cinquenta anos de vida.

E qual o cenário atual? Não é diferente o que vivemos nos dias atuais daquilo que viviam, em 1945, as classes empresariais.

O mundo sabe e a realidade mostra que persiste ainda hoje a grande necessidade do investimento da iniciativa privada no fator capital humano. Isso porque o Estado tem se mostrado, ao longo do tempo. incapaz de atender a toda a demanda neste setor, razão pela qual se justifica plenamente a atuação da iniciativa privada ao seu lado, propiciando o atendimento das necessidades do capital humano, gerando recursos que tomam possível o atendimento de tais necessidades, pois sem esse atendimento dificilmente estaríamos no rol das oito maiores economias do mundo, medido em termos de PIB e geração de renda.

Logo, as classes produtoras são as que melhor percebem as necessidades geradas a partir do desenvolvimento econômico e, dentro desse contexto, não se pode esquecer que está inserida aquela da formação profissional, educacional e social da mão-de-obra, como é feito inclusive hoje por grande grupo financeiro. Estou me referindo ao Bradesco, por meio de sua fundação.

Para tanto, há que se considerar estarem ainda presentes as mesmas razões que justificaram, na sua origem, a bem-sucedida parceria da iniciativa privada com o Estado a fim de propiciar a criação de sistema pioneiro e vitorioso como o é aquele integrado pelas entidades privadas de formação profissional e de assistência social.

Nesse sentido, há que se compreender que se trata de institutos que ajudaram, ajudam até hoje e continuarão a desempenhar a história deste País. Sistema este criado em caráter privado, revestido de tal natureza jurídica, porém fiscalizado pelo Estado, por meio do Tribunal de Contas da União e da participação majoritária do Governo em seu Conselho Fiscal, além da própria fiscalização que sobre si mesmo exerce, por meio de seu controle interno.

Fundamentos da desoneração:

Argumenta-se com a necessidade da degravação das pequenas e microempresas - aliás, uma luta sua, Deputado, e de outros companheiros, mas encabeçada por Vossa Excelência -, vocação de nossa economia, esquecendo-se de que a lei do Simples já se encarregou de tomá-las isentas de tais contribuições. Considere-se que o segmento das pequenas e microempresas representam 15% da arrecadação das instituições no comércio, e são responsáveis pelo extraordinário número da desoneração de 1 milhão e 700 mil dessas empresas.

Argumenta-se que é necessário desonerar sem se pensar que, como subproduto da pretendida desoneração, se colocará de volta nas mãos do Estado a busca pela solução de um problema que se encontra devidamente equacionado pela iniciativa privada, por meio de tais instituições.

Esquecem-se de que o Estado se encontra hoje em sentido oposto, transferindo para a iniciativa privada diversos encargos que hoje lhe cabem, em virtude de sua notória impossibilidade de dar solução à totalidade das solicitações que lhes são feitas em decorrência das necessidades da sociedade e do próprio desequilíbrio fiscal, apesar de sofrermos hoje uma das maiores cargas tributárias do planeta - acima de 33% do PIB.

Por tais razões é que, antes de se pensar em desoneração, há de se pensar também na preservação das instituições históricas que, por usufruírem a compulsoriedade das contribuições, cuja obrigação os empresários solicitaram ao Estado, foram capazes de construir um passado glorioso e um profícuo trabalho em prol do bem-estar social do Brasil.

Corroboram os nossos pensamentos o conceito adotado pela Fundação Pitágoras, instituição educacional que a grande maioria deve conhecer em Belo Horizonte, ao sublinhar que "a dimensão social é o segundo nível de atuação estratégica da empresa socialmente responsável. Nessa dimensão, a empresa contribui para o fortalecimento da sociedade e construção da cidadania, participando de projetos comunitários e de parcerias educacionais (.)"

É o que as classes produtoras, representadas pela Confederação Nacional do Comércio, vêm fazendo há mais de meio século.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Agradeço ao companheiro Adelmir Araújo Santana a contribuição. Peço a Vossa Senhoria que deixe cópia de sua exposição com a assessoria para que possamos juntá-la às demais contribuições dos expositores.

Com a palavra o Dr. Antônio Carlos de Araújo Navarro, Vice-Presidente do Conselho de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria - CNI.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO NAVARRO - Senhor Presidente, Deputado Gerson Gabrielli, agradeço a Vossa Excelência o convite feito ao nosso Vice-Presidente. Deputado Carlos Eduardo. Nobres Deputados presentes, companheiros de mesa, vou falar rapidamente sobre os pontos enfocados pela CNI como ônus da folha de pagamento.

Falou-se muito nas contribuições diretas da folha, mas existem outros ônus causados por todo o sistema. legislação trabalhista, principalmente a Constituição de 1988, em que muitas obrigações foram criadas para as empresas e que hoje, a partir do momento do minuto da contratação, passam a gerar passivo trabalhista do qual a empresa é responsável. Então, quando esta Casa for discutir a desoneração. creio que obrigatoriamente. ao correr de toda a discussão do processo, esse assunto e os temas relativos a esses ônus causados pelo sistema da legislação trabalhista e outras regulamentações virão a ser discutidos. Não vou entrar nos detalhes. mas creio que, quando formos discutir desoneração, essa questão vai ter de entrar no contexto.

Por outro lado. quanto à posição da CNI, principalmente no que se refere à contribuição do Sistema "5", somos inteiramente favoráveis a que essa contribuição continue, porque, como histórico feito pelo Sr. Adelmir Santana, isso foi criado por interesse próprio dos empresários. É uma contribuição feita pelas empresas ao seu próprio interesse e dos trabalhadores. Logicamente como se trata de opção, não creio que seja esse o ônus tão pesado da folha de pagamento, até porque a somatória desses percentuais representa valor muito pequeno em relação a todo o restante das contribuições.

É 16gico que nossa posição enfoca principalmente direitos e contribuições inegociáveis. Nossa proposta é a de que, a partir daí, isso passe a fazer parte flexivelmente da negociação coletiva ou até de acordo trabalhista que possa elevar ou até aumentar as contribuições e benefícios aos trabalhadores, por meio da própria negociação.

Tenho certeza de que, no âmbito final da discussão, há de se encontrar posição inegociável, ou seja, aquele ponto em que os direitos e contribuições serão garantidos para a manutenção do Sistema. e que a partir dali tudo passe a fazer parte das negociações coletivas. No caso do interesse de ambas as partes. ou seja, em prol da produtividade. da necessidade da sazonalidade e das várias características que fazem com que as empresas difiram uma da outra. recai o processo da negociação coletiva. Trouxe, inclusive. estudo comparativo das contribuições sociais no Brasil em relação aos outros países, feito pelo Prof. José Pastore, e, se a Mesa me permitir, gostaria de rapidamente passar a palavra a Sua Senhoria. para que o explique.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - O professor pode até fazê-lo, mas Sua Senhoria já está na nossa lista de ilustres convidados para a próxima exposição sobre o tema, pois suas idéias são importantes para nós. Mas, claro. será uma honra ouvi-lo nesta manhã.

O SR. JOSÉ PASTORE - Obrigado. Sr. Coordenador e Dr. Navarro. O sistema que estamos discutindo é o de proteção social ao trabalhador, composto por várias partes. Uma delas diz respeito às obrigações sociais propriamente ditas. como previdência social, fundo de garantia, seguro contra acidentes, formação profissional etc. Outra refere-se à proteção do tempo não trabalhado. que é o caso das férias. feriados, remuneração de fim de semana e assim por diante.

No Brasil, há cerca de vinte itens compulsórios, mandatórios por lei, ou seja, obrigações da empresa para contratar legalmente o empregado. Esses itens geram despesa de contratação, que alguns chamam de encargos sociais, salário indireto ou custo social da contratação, mas que proponho chamar de despesas de contratação.

Essas despesas, como a notificação do Fundo de Garantia, que passou de 8% para 8.5%, e a indenização de dispensa, que passou de 40% para 50%, atingem 103.46% do salário nominal. Assim, para cada 1.000 reais de salário nominal. a empresa tem um gasto adicional de 1.030 reais.

O Brasil possui, portanto. amplo sistema de proteção social, garantido pela Constituição e pela legislação. Infelizmente, apesar de amplo e até generoso, esse sistema cobre uma parte da força de trabalho cada vez menor. Antes da Constituição de 1988. tínhamos 47% da força de trabalho no mercado informal: hoje, apenas 60%. Além disso, há mais 6% de desempregados. Portanto, 66% dos brasileiros estão fora dessa proteção.

Esse número aumenta cada vez mais e não há jeito de interromper sua progressão, mesmo quando há retomada da economia, como ocorreu no ano passado:

para cada 100 postos de trabalho criados, oitenta estavam no mercado informal, pois empregados e empregadores resolveram dar as costas ao sistema e fazer sua própria vida.

É um problema que dificilmente poderá ser combatido na sua inteireza pela fiscalização, pois se trata de 48 a 50 milhões de brasileiros. Isso não será resolvido por conta da compulsoriedade; Indireta, por meio de imposto ou da proibição de se passar uma escritura, digamos assim, porque a maior parte da informal idade já está fora do sistema.

É muito oportuna esta série de seminários que a Câmara está patrocinando, para estudar uma fórmula para solucionar a questão. A tendência é transferir as obrigações sociais para algum tipo de tributo sintético, que recolheria uma alíquota, conforme disse o Dr. Zottmann, da ordem de 65% a 69% -hoje 38%, no caso da CPMF -, ou algo parecido, e fazer nova distribuição.

É um exercício interessante, mas gostaria de adiantar que, no campo trabalhista, são raros os países que praticam esse tipo de estratégia. Ela existe, por exemplo, na Escandinávia, onde verificamos que, em geral, as alíquotas são muito altas.

Além disso, esses países utilizam o Imposto de Renda para dele derivar toda a proteção social. Isso implica uma prática de alíquotas bastante elevadas para o Imposto de Renda, principalmente para pessoas físicas, o que se torna Viável por se tratar de países pequenos e muito ricos, com 28 a 30 mil dólares de renda *per capita*. Assim, eles podem repassar alíquotas muito altas para a pessoa física e derivar recursos, mas a grande parte deriva os da Previdência e do salário-desemprego da folha de salário.

Assim, repito, é um exercício interessante, mas gostaria de deixar o alerta de que esbarraremos com o problema da desigualdade de renda no País e da pobreza da própria força de trabalho, cujo rendimento médio está, hoje, em torno de 700 reais por mês, equivalentes a mais ou menos 300 dólares, muito aquém do que ocorre nos países ricos.

Se compararmos o Brasil a outros países que utilizam a metodologia que gera despesas de 103,46% sobre o salário nominal, ele é campeão: em segundo lugar, conforme podemos ver no texto do Dr. Navarro, está a França, país bastante regulamentado, com 79%; depois, a Argentina, com 70%; a Alemanha, 60%; e, muito atrás, os Estados Unidos, com 9,3%.

É claro que esses países pagam salários mais altos. A grande questão é saber se estaremos trocando seis por meia dúzia, pois, para o empresário, aparentemente, tanto faz pagar 100 de salário e 100 de outras despesas ou 200 de salário.

Esses países optaram por pagar mais salário e menos despesas indiretas por uma razão muito simples: quando chega a hora da negociação, troca-se, do lado do empregador, produtividade e, do lado do trabalhador, remuneração. Então, para haver uma troca mais fluida e objetiva possível, esses países colocam na mesa grande quantidade de salário, para que a troca seja feita de maneira mais precisa entre remuneração e produtividade.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Agradeço ao Prof. José Pastore a contribuição.

O SR. ANTONIO CARLOS DE ARAÚJO NAVARRO - O processo da informalidade - há uma parcela dele quase natural- vem crescendo a cada dia e a complexidade da legislação trabalhista, além da oneração do custo da folha de pagamento, é sua maior incentivadora.

É essa nossa proposta, Sr. Presidente.

Continuamos à disposição para futuras discussões sobre o assunto.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - já temos alguns Deputados inscritos para usar da palavra.

Estou muito satisfeito ao ver as entidades patronais e laborais representadas neste evento, além do próprio Governo. Devido à minha origem em entidade de classe, acredito que precisamos sair do discurso interno e passar para a ação externa, que precisa ser feita nesta Casa legislativa.

Tenho reiteradamente dito que o empresário. muitas vezes. não por formação, mas por deformação. pensa que. ficando preso em sua empresa, estará salvando-a. Por falta de atenção dos empresários, o Congresso Nacional aia leis que acabam constringendo e até fechando empresas.

Estou contente por estarmos trabalhando de forma suprapartidária, como afirmei inicialmente. no sentido de que o Estado pare de nos atrapalhar, como é sua tradição. O equilíbrio entre poder público e civil no Brasil tem de ser revisto. Não queremos um Estado forte, que nos destrua, nem fraco, que nos faça afundar; queremos equilíbrio nas relações dele com a sociedade.

Outro ponto ainda não mencionado, mas que com certeza o será pelos Parlamentares, refere-se ao impacto das ações trabalhistas no custo das empresas. Ficou patente. nas discussões internas. que os próprios trabalhadores refutam a conquista permanente de ganhos sociais ocorridos na época da Constituição Cidadã de 1988. como o vale-transporte, vale-refeição e outros.

Se não houver uma desoneração econômica das empresas, uma revisão da CLT e da política econômica recessiva e forte do País, que beneficia apenas o Estado, daqui a pouco teremos vale-cueca, vale-meia, vale-cinto, vale-sapato, vale-tudo, o que não é solução para o Brasil.

Queremos geração de emprego e renda. Estamos unidos suprapartidariamente nesta Comissão, por acreditar que nenhum trabalhador deve ter perdas e que a economia obtida com a redução dos encargos deve ser traduzida em ganho real para aquele. para que aumente sua capacidade de consumo. ative as empresas e, conseqüentemente, o emprego.

Seguindo a lista de inscrição. passo a palavra ao experiente. querido e respeitado Deputado Jairo Carneiro, que tem honrado seu mandato nesta Casa ao defender. com muito brio. sua visão da atividade parlamentar.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Congratulo-me com Vossa Excelência,

Deputado Gerson Gabrielli, coestadano Coordenador deste Seminário, pelo brilhante trabalho que tem realizado no exercício do mandato. Saúdo também os membros da Mesa, os colegas e os demais presentes.

Este é um momento oportuníssimo para o debate de questão tão atual, que aflige a sobrevivência da empresa no País, preocupada em gerar empregos e rendas públicas, no conflito com o Estado, que sempre pretende ampliar sua arrecadação.

Temos proposições em tramitação na Casa. Ouvimos o comentário de um dos expositores a respeito da PEC de autoria do Deputado Fetter júnior e outros, e as explicações dos eminentes convidados.

É fundamental que a Casa legislativa receba objetivamente as contribuições dos setores produtivos da sociedade, escute o clamor dos trabalhadores e reflita sobre as teses e propostas governamentais. Não teremos propostas mais eficazes se estas não partirem, principalmente, dos agentes do cenário econômico: trabalhadores e empregadores.

A iniciativa é louvável, sob todos os aspectos. Queremos cristalizar as proposições de forma mais didática e realista, trazendo-as para o seio da Comissão e desta Casa legislativa, para que possam ser objeto de elaboração, diante do intento do Governo.

Lanço algumas questões para reflexão e eventual intervenção dos membros da Mesa.

Que alternativas podemos oferecer? Uma delas é a criação ou a elevação de tributos e alíquotas com incidência mais forte sobre bens considerados supérfluos, os de luxo, os nocivos à saúde, como tabaco e bebida alcoólica, sobre grandes fortunas e altas rendas, que possam contribuir para a redução da incidência em setores produtivos geradores de emprego, fundamentais para a sociedade.

O representante da agricultura abordou o tratamento diferenciado em função de setores de atividades, para fomentar o desenvolvimento em áreas menos desenvolvidas do País. São questões que merecem atenção dos componentes da Mesa.

É fundamental termos maior conhecimento de Direito Comparado, para que saibamos precisamente as diferenciações, desigualdades ou disparidades nas legislações de outros países, que afetam nosso grau de competitividade, elevam nossos custos e nos impedem de exportar mais, gerando divisas para o País e melhorando as condições da balança de pagamentos.

A carga tributária, mencionada pelo Dr. Gilson e pelo Dr. Adelmir, beira, na sua voracidade incontida, 34,5% do PIB. Que coragem e ousadia devemos ter para mostrar que será mais inteligente um governante ou um candidato à Presidência da República cuja plataforma substantiva e consistente inclua a redução dessa carga tributária e demonstre cabalmente a razoabilidade de proposta dessa natureza?

São pontos fundamentais para que possamos romper os canais que obstruem e dificultam os avanços e a melhoria das condições de sobrevivência da empresa e da geração de emprego em nosso País.

As contribuições da indústria, do comércio, da agricultura e do setor de serviços, enfim, de todas as áreas, precisam chegar até nós. Devemos gerar, nesta Comissão, propostas concretas para a discussão efetiva e a modificação do cenário da legislação injusta e cruel, que tem dificultado o crescimento e a distribuição de renda no País.

Assim entendo e peço a contribuição de todos os senhores nesse sentido. Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Passo a palavra imediatamente ao Deputado Jurandil Juarez, que tem experiência no assunto, pois foi Presidente da Federação do Comércio do seu Estado. É um dos mais atuantes parlamentares desta Casa. que tem, na Comissão de Economia. emprestado o seu talento e conhecimento para o crescimento da visão da economia e ação social do PaCs.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sr. Presidente da Mesa, Deputado Gerson Gabrielli, muito do que Vossa Excelência disse tem a ver com a bondade com que trata todos os parlamentares desta Casa. De qualquer maneira, fico grato pelas referências.

Meus caros colegas Deputados, Sr. Presidente da Comissão, Deputado Marcos Cintra, Srs. expositores, quero, inicialmente, saudar o Deputado Gerson Gabrielli pela iniciativa e dizer que este, de fato, é o fórum adequado para a discussão de proposta que tenha por objetivo desonerar a folha de pagamento.

Preocupa-me - não é uma crítica - o fato de estarmos ouvindo de representantes da iniciativa privada apresentações - a apreciação não é depreciativa -, com um viés governamental.

O Secretário da Receita Federal disse, em relação a nossa proposta de atualização da tabela do Imposto de Renda. que, para a arrecadação não cair, teremos de aumentar as alíquotas.

Ora, temos um aumento irreal de 45% da arrecadação do Imposto de Renda só pelo congelamento da tabela. É irreal porque não representa nenhum incremento da economia; e é ilegítimo, espúrio, porque agride a individualidade, é cobrado compulsoriamente. Foi assim que agiu o Governo português ao estabelecer no tempo do Brasil Colônia a quantidade de impostos que o brasileiro deveria pagar, sem se preocupar com a sua possibilidade de pagamento. Como não conseguiu receber, fez a derrama, a cobrança compulsória, independentemente da existência .de produção.

Não me parece correto procurarmos, ao corrigirmos a tabela do Imposto de Renda para desonerar a folha de pagamento, alternativa para manter a arrecadação nos níveis atuais, como, por exemplo, o aumento da CPME Não diria que estaríamos trocando seis por meia dúzia, porque estaríamos, ao elevar a alíquota de um tributo especialmente cruel com quem ganha menos, cobrando a diferença de toda a sociedade - desculpem-me, dirijo-me diretamente à representação da Abemi, que pro- pôs o aumento da CPMF e da Cofins. Esse tipo de proposta se faz por uma esperteza do Governo, que pretende, em mais um ataque à Federação, sustentar suas arrecadações em contribuições. A elevação de impostos, em vez de contribuições, pelo menos preservaria o espírito federativo, consagrado na Constituição de 1988, por- que estados e municípios se beneficiam dessa arrecadação. Criar mais contribuições, aumentar a alíquota de contribuições significa violentar cada vez mais o princípio federativo brasileiro, porque fortalece a União e enfraquece os Estados.

Não estou, repito, criticando. Sou originário da iniciativa privada. Mas procuro exercer meu mandato com a responsabilidade, delegada por meus companheiros, de procurar saídas nesta Casa. Consagradamente, sabemos todos que não adianta ficarmos nas nossas federações - sou do Sistema Confederativo do Comércio - propondo soluções, pois as decisões saem daqui.

Por isso, gostaria que fôssemos mais ousados. Se eventualmente houvesse a necessidade de contrariar o Governo, contrariaríamos, não vejo problema quanto a isso. Não acho que perseguir a manutenção do *status* arrecadatário atual signifique que estejamos sendo inventivos. Não se vai muito longe, quando se vê, por exemplo, a invenção das empresas estrangeiras ou das grandes empresas brasileiras, que se acostumaram a pagar seus grandes executivos com bônus, sob os quais, como se sabe, não incide nenhum encargo trabalhista.

Não sei se isso seria um começo, mas certamente é uma vitória que existe no mercado e talvez pudéssemos ser copiadores de uma boa idéia.

Preocupou-me muito a posição conservadora das duas confederações com referência às contribuições do Sistema S. Sou gratíssimo a tudo o que o Sistema S vem fazendo, o meu Estado está deslanchando, está espetacular, faz, inclusive, uma boa imagem da minha pessoa como agente político. Mas entendo que precisa ser discutido, sim, senão quanto à arrecadação em si, se há incidência sobre a folha de pagamento. E aí temos o caso do simples, que já retirou mesmo, talvez fosse oportuno que abrissemos para essa discussão.

Fico preocupado com posições conservadoras. Não que estejamos fechados a tal ou qual posição, mas podemos discuti-las, sim, até porque são tão pequenas! Acho que, da mesma maneira que estamos discutindo nesta Casa, em razão de o próprio sistema confederativo ter permitido, o Imposto Sindical, podemos discutir também as contribuições.

Senhor Presidente, gostaria de, *en passant*, apresentar estes pontos, embora um pouco fora de foco - gostaria de colocá-las no foco -, porque não podemos raciocinar como o Dr. Everardo Maciel, que sempre que falamos em reforma tributária diz logo que não perde. Se tivermos uma visão assim, não vai haver reforma tributária nenhuma.

Da mesma maneira, entendo que o foco do seminário, principalmente quanto a esse tema de desoneração da folha de pagamento, não pode cingir-se à manutenção da arrecadação. Este é um ponto que pode ser discutido. Entendo, por algumas formulações feitas aqui, que isto poderia até aumentar a arrecadação, porque se nós, num primeiro momento, criarmos maior competitividade e a produtividade aumentar em função disso, certamente, num segundo momento, teríamos, pelo aumento geral da produção, o aumento da arrecadação.

É esta a minha participação, Sr. Presidente.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Vossa Excelência tem razão, Deputado Jurandil Juarez, inclusive, muitos empresários na Casa, como na Comissão de Reforma Tributária, com a presença dos Ministros, apressam-se em dizer: "Estamos propondo isto, mas não é para diminuir, é para aumentar a arrecadação," E o Secretário dá risada.

Costumamos ser contemplativos com essa ação predatória do Governo relativamente ao aumento de impostos. Temos de ter um pouco mais de coragem e ousadia para bater de frente com o Governo brasileiro, para rever essa carga tributária penosa, angustiante, que vem quebrando milhares de empresas e aumentando drasticamente o desemprego no Brasil.

O Deputado Pedro Eugênio apresentou uma PEC importante na Casa e é um dos coordenadores deste seminário. Já acertamos uma estratégia para realizar essa discussão em todo território nacional, nós a levaremos para os Estados, ouvindo também as federações, confederações, sindicatos e associações nos Estados.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Senhor Presidente, resumidamente, saudando todos os presentes, gostaria de informar sobre o andamento da referida PEC na 314, de minha autoria, que objetiva desonerar a folha, mas parte do princípio de que, diferentemente de transferir o ônus dessa arrecadação para um imposto que incidiria sobre toda a sociedade, no caso, a CPMF, a receita equivalente seria obtida a partir da oneração do faturamento, algo mais ou menos na linha do que o Sr. Cristiano Kok explicou. Imaginamos que cerca de 3% a mais sobre a Cofins produziria uma arrecadação equivalente.

Cabe-nos, sim, tratar da equivalência das arrecadações, porque, infelizmente, não estamos discutindo o tema no âmbito de uma ampla reforma tributária. Este é um dos grandes problemas, ou desarranjos, decorrente da não-realização da reforma tributária. Só quando apreciarmos nossa política tributária como um todo teremos a oportunidade de desenvolver esse tipo de raciocínio em que a ampliação da base dos contribuintes poderia compensar alíquotas mais reduzidas.

Estamos reagindo pontualmente e já vemos tramitar uma série de projetos que aguardavam o desenlace da reforma tributária. Não temos outra alternativa se não procurar resolver pontualmente determinadas questões. E uma delas é exatamente a da oneração da folha, que gera desemprego, informalidade e precisa ser atacada.

Alguns problemas requerem esclarecimento. Se somarmos a desoneração da folha ao fim do Sistema S, por exemplo, será um desastre. Não haverá mudança na base de incidência do imposto se não mexermos na distribuição atualmente existente.

A discussão sobre o Sistema S não cabe aqui. Temos que preservar o Sistema S sem entrar no mérito. Sabemos que há quem entenda que deva ser modificado, aperfeiçoado. Essa discussão será desastrosa se feita junto com a da desoneração da folha.

Temos que preservar o Sistema S, a arrecadação do INSS e os diversos destinos das contribuições que atualmente incidem sobre a folha.

Neste sentido, a PEC de nossa autoria visa apenas a contribuir com uma alternativa mais justa, porque fará com que as empresas de capital intensivo, que têm uma folha de pagamento proporcionalmente menos importante no conjunto de seus custos, contribuam mais do que as pequenas empresas, que geram mais empregos.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Concedo a palavra ao Deputado Marcos Cintra, conhecido em todo o Brasil, que também é professor. Nós todos aqui fazemos parte da "escolinha" do Prof. Marcos Cintra.

Quando inspirou o Imposto Único. o Deputado Marcos Cintra tinha mais cabelo. Quando o Governo, espertamente. o transformou em mais um imposto. ele ficou aflito. Mas nós temos uma notícia muito boa: o Deputado Marcos Cintra, com a sua competência. conhecida e reconhecida no Brasil, vem comandando um grupo suprapartidário de parlamentares que está retomando a discussão sobre o Imposto Único. A discussão está avançando.. com a criação de um sistema muito interessante.

Ele já tem um caudal de matéria. um caldo de cultura que aperfeiçoa a proposta. Parabenizo o Deputado por sua persistência. Meus amigos de São Paulo precisam ficar atentos à sua recondução a esta Casa na próxima Legislatura, porque uma escola sem professor não funciona.

O SR. DEPUTADO MARCOS CINTRA- Antes de mais nada, agradeço a amizade do Deputado Gerson Gabrielli e ressalto que usou um pouco de ironia ao proferir suas palavras, pois sabe que eu não sou professor de ninguém, ao contrário, sou seu aluno.

O Deputado Gerson Gabrielli tem sido um líder em tudo em que se envolve: na discussão da desoneração da folha de salário ou na defesa da pequena e da microempresa. E nisso todos nós nos irmanamos.

Praticamente todos os que hoje estão na Mesa têm a mesma meta: aperfeiçoar o sistema tributário brasileiro e, sobretudo, fomentar o crescimento daquele seguimento da economia que mais gera emprego e renda e que mais exporta. não só no Brasil, mas no mundo inteiro. que é o das pequenas e microempresas.

Neste sentido. desejo trazer uma contribuição a essa discussão. lamentando. inclusive. não poder ter participado dos debates como desejaria. Mas, de qualquer forma, ouvi aqui várias manifestações, inclusive a do Deputado Pedro Eugênio, a quem prezo muito pela competência. e a do Deputado Jurandil Juarez. Minha contribuição certamente não será no sentido de justificar a desoneração da folha, por- que já existe um absoluto consenso em relação a isso.

Vejo, atrás de mim, o Prof. José Pastore, uma das maiores autoridades neste assunto e um dos grandes mentores dessa discussão, foi quem trouxe à tona a discussão sobre os pesados encargos que inviabilizam o mercado de trabalho no Brasil. Esta é a maior distorção que existe: tributando-se demais, impele-se boa parte da força de trabalho à informalidade, terceiriza-se desnecessariamente determina- das atividades, possibilita-se a proliferação de pessoas jurídicas que são criadas exclusivamente com o objetivo de gerar emissão de notas fiscais para que as pessoas não sejam contratadas numa relação estável de trabalho.

A precarização das relações de trabalho é uma evidência, hoje. no Brasil, por causa desses altos encargos, e o Prof. José Pastore tem sido o grande inspirador dessa discussão. Fico muito feliz ao vê-lo participando desta reunião.

Mas o que colocar no lugar desses altos encargos? Ar é que eu gostaria de trazer alguma luz ao debate, se me for possível fazê-lo.

O Deputado Jurandil Juarez tem toda razão: aprendemos a apanhar tanto, temos sido tão maltratados pelo Governo e pelas autoridades fiscais e fazendárias que começamos a sofrer um pouco da Síndrome de Estocolmo: nós nos sentimos seqüestrados pelo Governo e pelas autoridades fazendárias e fiscais e acabamos, então, começando a pensar com a lógica deles é não mais com a nossa lógica, a do setor privado. Nós diariamente vivenciamos isso.

Nós queremos fazer reformas importantes para o País, mas adotamos a lógica deles, querendo justificar, do ponto de vista das suas necessidades públicas, aquilo que propomos com a meta de ajudar o setor privado. Precisamos nos desvencilhar disso.

Por outro lado, o Deputado Pedro Eugênio tem razão: nós não estamos fazendo aqui uma reforma tributária ampla. de modo que vejo a necessidade, Deputado Jurandil Juarez, de discutirmos fontes alternativas de receita e fontes compensatórias. Isso não significa que eu concorde com a alta carga tributária. mas é preciso criarmos um mecanismo para viabilizar esse pequeno passo que estamos querendo dar.

Se, além das dificuldades técnicas que existem para modificarmos a estrutura tributária, ainda criarmos o problema adicional da perda de arrecadação para o Governo, teremos mais oposição e mais dificuldade de fazer valer a nossa proposta.

Então, meramente como uma tática de negociação, eu acho que não nos convém abrir flancos em demasia, como esse do Sistema S, e nem mesmo comprometer a arrecadação do Governo.

Se conseguirmos, pelo menos a curto prazo, estabelecer fontes compensatórias de recursos para os tributos altamente distorcidos que nós pretendemos eliminar, parece-me ser essa a melhor estratégia, e isso justifica um pouco essa quase fixação que temos demonstrado no sentido de buscarmos fontes alternativas de receita compensatórias aos tributos que desejamos eliminar.

Mas o Deputado Pedro Eugênio propõe que a substituição seja feita com a Cofins. e o Dr. Cristiano Kok também coloca um peso mais forte na Cofins como mecanismo de compensação tributária. Eu já defendo a CPMF, e gostaria de expor as razões por que acho que a CPMF é um mecanismo mais adequado para fazermos essa substituição no momento.

Ambos os tributos são cumulativos. Acho que já superamos um enorme preconceito com relação a esse tema. Hoje a cumulatividade é um tema discutido e criticado por todos, mas compreendido por muito poucos. Não existe tributo necessariamente bom ou ruim. Nenhum tributo é neutro. Nenhum imposto cumulativo é neutro e nenhum imposto sobre o valor agregado é neutro. Ambos tem vantagens e desvantagens.

Um tributo sobre o valor agregado pode introduzir distorções seriíssimas no sistema econômico, da mesma forma que um tributo cumulativo. Mas estamos aqui, basicamente, discutindo a implantação de um sistema calcado mais em dois tributos cumulativos. Qual é a grande vantagem do tributo cumulativo? Ele tem um potencial de arrecadação muito maior que o Imposto sobre o Valor Agregado. Ou seja, para uma mesma meta de arrecadação, este vai exigir uma alíquota no mínimo cinco ou seis vezes superior.

Por que seria melhor um tributo cumulativo, do meu ponto de vista? Porque a sonegação, hoje, é o grande problema do sistema tributário brasileiro. As alíquotas são excessivamente elevadas, porque existe um péssimo padrão de incidência, que leva à alta sonegação. Na medida em que o ônus tributário recai de forma absolutamente desigual sobre vários setores, o Governo tem a tendência viciada de criar novos impostos e aumentar alíquotas existentes, chegando ao ponto em que a contribuição sobre a folha de pagamento atinge o patamar de 30 ou 40%. É muito alto? Na média, não, porque a metade não paga, mas a outra, que o faz, não sobrevive - esse é o grande problema.

As empresas que conseguem se furtar a essa obrigação por meio de terceirização, contratos informais de trabalho etc., acabam tendo uma carga tributária de 10% a 15% sobre a folha e se mantêm no mercado. As que, por razões éticas, morais ou estritamente operacionais, não entram no esquema de sonegação brutal que ocorre no País, acabam sofrendo uma carga tributária absolutamente insuportável.

Precisamos reduzir as alíquotas nominais a fim de combater a sonegação, que varia na proporção direta. Quanto mais baixa a alíquota de qualquer tributo - seja cumulativa ou sobre valor agregado -, menor a sonegação; quanto mais alta, maior o estímulo a essa prática. É praticamente um truísmo. Na medida em que vamos escolher entre dois tributos cumulativos - a Cofins ou a CPMF - como mecanismos de substituição da contribuição social, o critério de desempate, do meu ponto de vista, será a capacidade de cada um em estimular a sonegação. Pelos cálculos do Deputado Pedra Eugênio, a Cofins teria de passar de 3% para 7% sobre o faturamento - desculpe-me, Presidente, se estou me alongando, mas penso que minha explicação pode sanar dúvidas. Este valor representa, em média, o dobro da margem de lucro das empresas privadas; poucas atingem aquele. Portanto, o tributo taxa essa margem em dobro, servindo como fator de estímulo.

Deputado Pedro Eugênio, eu temo que, com uma alíquota alta como essa, a própria Cofins passe a sofrer processo de sonegação que vai corroer a própria base do imposto. Além disso, ela incide sobre uma base declaratória, ou seja, o faturamento, por si só, é fato econômico facilmente sonegável, o que não acontece com a CPMF, pelo fato de incidir sobre a movimentação bancária.

A única maneira de sonegar esse tributo é abrir mão das conveniências e facilidades que o sistema bancário oferece à sociedade. Nesse caso, o custo de oportunidade seria muito mais alto. Ninguém deixará de pagar 1% ou 2% de CPMF; saindo do sistema bancário e passando a usar a moeda manual, numa volta à pré-história econômica, com um custo elevadíssimo de transação.

Por essa razão, uma vez superado o preconceito contra impostos cumulativos creio que todos aqui já o superaram -, devemos caminhar no sentido de estabelecer a CPMF como mecanismo substitutivo à contribuição patronal e, não, a Cofins.

Por se tratar de tributo declaratório - ao contrário da CPMF, de mais difícil sonegação -, o valor excessivo da Cofins poderia gerar o mesmo processo existente hoje no que se refere aos impostos convencionais, ou seja, um grave processo de sonegação e, conseqüentemente, a destruição da própria base sobre a qual incidiria a nova contribuição.

Eram essas minhas ponderações.

Não sei se o Prof. José Pastore já se manifestou sobre a matéria. Para mim seria uma honra ouvir Sua Senhoria, o verdadeiro mestre de todos nós.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Senhor Coordenador, gostaria de ter uma opinião do Prof. Marcos Cintra, pois Sua Excelência provou que é mesmo professor.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Deputado, devemos manter a tributação como CPMF ou IPMF.

O SR. DEPUTADO MARCOS CINTRA - A pergunta é oportuna. Do meu ponto de vista, teria de ser uma contribuição, por ter vinculação direta ao objetivo específico. A diferença entre uma contribuição e um imposto é que este não se vincula a nada, ou seja, ele entra, digamos, na caixa geral do Estado, para qualquer despesa. Já a contribuição tem vinculação direta, no caso, ao próprio INSS.

Então, técnica e formalmente, teria de ser contribuição, porém - como mencionou o Dr. Luiz Zottmann em sua palestra - com algumas alterações significativas na forma como hoje é aplicada pelo Governo, que acaba introduzindo sérias distorções no seu funcionamento.

Portanto, realizadas as devidas alterações, acredito que devemos manter a CMF - Contribuição sobre Movimentação Financeira, não mais provisória.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Informo que já estamos planejando os próximos seminários para debates o tema. No terceiro ou quarto, convidaremos o Prof. José Pastore, o Prof. Luiz Roberto Ponte, o Deputado Marcos Cintra e também um representante do Dieese, para que possam apresentar uma visão global do processo.

Prof. José Pastore, Vossa Senhoria foi instado a se manifestar.

O SR. JOSÉ PASTORE - Obrigado, Sr. Presidente.

É um prazer dialogar com o Prof. Marcos Cintra. Não posso renunciar à categoria de professor, mas devo fazê-lo em relação à de especialista na área tributária.

Tenho certa dificuldade em discorrer sobre o assunto como o Prof. Marcos Cintra e outros, principalmente dando garantias de segurança na compensação de um novo imposto, de uma nova contribuição para cobrir todas as despesas hoje catalogadas entre as obrigações sociais.

No conjunto das despesas de contratação, as obrigações sociais como previdência, Fundo de Garantia, salário-educação, Sistema S etc., pesam aproximadamente um terço. O grosso é o restante: a remuneração do tempo não trabalhado, as indenizações na hora da dispensa e outras.

Nos países modernos, adotou-se estratégia diversa, sob o argumento de que o primeiro terço é inegociável, porque se refere às verbas de terceiros para proteções gerais, ou seja, diz respeito às obrigações sociais; os outros dois são negociáveis, ou seja, todas as despesas indiretas de contratação são negociadas entre as partes.

Isso permite que um País possa ajustar, de maneira realista, interesses bilaterais de empregados e empregadores. É melhor para um empregado ter o mínimo de proteção do que não ter nenhuma.

No Brasil, há a tradição de se garantir tudo de forma compulsória, por Constituição e por lei. Por isso, revogar esse sistema é complicado e politicamente impensável.

Tenho apresentado sugestões às Comissões de trabalho da Câmara e do Senado e a outros órgãos no sentido de que o Brasil poderia introduzir um sistema de negociação das despesas para quem quer, pode, sabe negociar e gosta de fazê-lo. Os que se sentem em desvantagem, por considerar a negociação prejudicial, que não a façam e preservem todos os direitos.

Os Srs. Parlamentares garantiriam à Nação todos os direitos que constam da Constituição e da CLT, mas abririam a porta para aqueles que acreditam na negociação e a julgam um caminho conveniente para se fazerem trocas positivas. Há determinados momentos em que uma troca inútil passa a ser útil; então, opta-se por ela. Por isso, minha sugestão é possibilitar, para essa parte inegociável, a negociação voluntária.

É claro que alguns cuidados devem ser tomados. O primeiro é que essa negociação só poderá ser coletiva e feita com a participação do sindicato, para que o empregador não imponha ao trabalhador condições desfavoráveis, já que é dono do posto de trabalho.

Os empregados de determinada empresa podem propor, por exemplo, trocar o abono de férias de um terço por um convênio médico. A Constituição atual diz que o abono não pode ser trocado, mas a nova emenda constitucional o permite. O empregado pode discutir com o sindicato as vantagens de tal troca e ser orientado no sentido de fazê-la ou não.

Uma vez realizada a troca outro cuidado importante é no sentido de que, terminado o contrato, não há obrigação de se renová-lo nas mesmas condições. Se o empregado ou o empregador considerar que fez mau negócio, ele não renegociará e voltará à situação atual, em que todos os direitos estão garantidos, sem troca.

Estou querendo dizer, Deputado Marcos Cintra, que na parte de cima, no primeiro texto, que trata das obrigações sociais, vale a pena fazer o exercício de compensação e de substituição por um tributo - Vossa Excelência é autoridade nesse campo. Na parte de baixo, relativa aos dois terços da despesa, teríamos de pensar também numa inovação, no sentido de possibilitar gradualmente, ao longo de oito ou dez anos, que as partes considerassem se convém ou não negociar. Ao fazê-lo, os trabalhadores obteriam uma proteção mínima, hoje inexistente para 60% da força de trabalho no mercado informal.

Vamos fazer um exercício de futurologia: se aplicarmos uma alíquota de 2% em substituição aos 36,30% que incidem sobre o faturamento da empresa e constituem o primeiro terço das despesas de contratação, ela poderia decidir se isso é vantajoso. Como seria uma obra de lei ou da Constituição, ela teria de pagar esses 2%, mas ainda restariam os dois terços, que também teriam de ser levados em conta.

Portanto, o passo decisivo seria inovar não só no capítulo tributário, mas também na negociação. como fizeram os outros países. Podem perguntar se neles não há férias. É lógico que sim. mas eles costumam garantir, no caso do Chile. por exemplo, quinze dias durante os primeiros dez anos. Depois do décimo, a cada três anos adicionais de trabalho. o empregado tem direito a um dia a mais de férias. A maior parte dos países adota o sistema progressivo de férias, partindo de um mínimo. Alguns nem o têm, como é o caso dos Estados Unidos.

O que acontece? Se alguém me perguntar se os chilenos só têm dez dias de férias durante dez anos. vou responder que não. Por quê? Porque eles negociam. Como? Ao chegar novembro, por exemplo, empregados e empregadores fazem um acordo para acelerar a produção, devido à proximidade do Natal, sem pagamento de hora extra nem incidência de Fundo de Garantia. mas, em compensação, tiram o mês de dezembro inteiro de férias. Portanto, a negociação é útil para os dois lados. nessa circunstancia.

A Constituição brasileira, do modo como está formulada. impede que as partes negociem os pontos que consideram positivos, como é o caso do abono de férias.

Meu temor - espero estar errado - é que, pela desconsideração dos dois terços, o exercido no âmbito da tributação venha a produzir um resultado tímido e anêmico, porque a empresa tem de atuar em termos da sua despesa total. hoje de 103,46% sobre o salário nominal.

O SR. OOORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Obrigado. Prof. José Pastore.

Temos de concluir nossa reunião, pois já são 13h48. Retomaremos o assunto em futuro próximo, inclusive pedindo vênha ao Presidente da Comissão para que comecemos mais cedo, a fim de aprofundar a discussão.

Desde já, convidamos os participantes da Mesa para os próximos doze seminários que pretendemos realizar sobre o tema.

Antes de encerrar, devolvemos a palavra aos oradores que tiverem algum comentário a fazer.

Com a palavra o Sr. Luiz Zottmann.

O SR. WLUI ZOTTMANN - Quero, rapidamente, endossar as palavras do Prof. José Pastore, no sentido de que a potencialização dos efeitos da PEC nº 256 só ocorrerá se ela implicar uma redução geral significativa dos custos de produção. Os dois terços deverão, sim, ser parte importante do processo de negociação.

Entretanto, em toda reforma que se pretenda viável mais ou menos a curto prazo, há que se partir do ponto mais consensual possível. A pura e simples substituição dos encargos patronais por um novo imposto ou contribuição não é assunto pacífico. Por isso, é importante a inclusão dessa referência mais ampla na discussão, que deve ser feita por partes.

A reforma tributária, por exemplo, encontra-se num impasse devido ao pacto federativo, e não vai superá-lo se não for conduzida daquela forma. Nesse sentido, a PEC nº 256 parece ser um ótimo início de conversa e um caminho prático a ser seguido.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Agradecemos ao Dr. Luiz Zottmann, Assessor da Liderança do PPB; ao Dr. Cristiano Kok, Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Industrial - ABEMI; ao Dr. Luciano Marcos de Carvalho, Assessor Técnico da Confederação Nacional da Agricultura; ao Dr. Antônio Gonçalves, Diretor de Comunicação e Relações Institucionais do Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias de São Paulo; ao Dr. Adelmir Araújo Santana, Presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal e representante da Confederação Nacional do Comércio; ao Dr. Antônio Carlos de Araújo Navarro, Vice-Presidente do Conselho de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria - CNI; ao Dr. Gilson Ismerim, Presidente do SEAC-Bahia; e ao Prof. José Pastore a participação neste Seminário.

Ao mesmo tempo, cumprimentamos o Presidente da Comissão de Economia, Deputado Marcos Cintra, pela excepcional condução do debate de temas tão relevantes para o País.

Muito obrigado e até a próxima reunião.



Da esquerda para a direita. Salomão Gawendo, Presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de São Paulo; Luigi Nesse, Presidente da Federação de Serviços do Estado de São Paulo - FESESP; Roberto Argenta, Deputado Federal pelo PHS/RS; Deputado Marcos Cintra, Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio; Deputado Gt~ Gabrielli, Vice-Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio; Valdir Moyses Simão, Diretor de Arrecadação do Instituto Nacional de Seguridade Social e Ferrer Júnior, Deputado Federal pelo PPB/RS

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Vamos dar início a este seminário. para tratar do tema "desoneração da folha de pagamentos".

Antes de iniciar os trabalhos, convido para tomar assento à Mesa os Deputados Fetter Júnior, do PPB do Rio Grande do Sul. e Roberto Argenta. do PHS do Rio Grande do Sul: o Sr. Luigi Nesse, Presidente da Federação de Serviços do Estado de São Paulo – FESESP; e o Dr. Valdir Moysés Simão. Diretor de Arrecadação do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

Este seminário - o segundo acerca do assunto. a requerimento do nobre Deputado Gerson Gabrielli - tem como objetivo debater a desoneração da folha de pagamentos; hoje, uma das questões nacionais mais angustiantes e prementes. Sabidamente. o Brasil é um dos países que mais fortemente tributam a folha de salários, razão pela qual estamos dando continuidade a estes debates..

Registro, com muita satisfação. as honrosas presenças do Dr. Salomão Gawendo. Presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de São Paulo, e do Sr. Francisco de Almeida, representante do Dr. Antônio Carlos dos Reis. Presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo.

Neste momento, sob a liderança do Deputado Gerson Gabrielli, que irá conduzir os trabalhos, discutiremos um dos mais importantes itens do famigerado. famoso e conhecido Custo Brasil. O assunto, sem dúvida. é capaz de empolgar a opinião pública brasileira. quando se fala de reforma tributária: oneração da folha de salários.

Poucos países no mundo tributam a sua folha de salários de forma tão pesada quanto a brasileira. Estamos discutindo esse tema motivados pela PEC no. 256. de 2000, subscrita por vários dos Deputados presentes: Fetter Júnior. seu proponente, Walfrido Mares Guia. Marcos Cintra. Roberto Argenta, Alberto Mourão. Roberto Brant, Max Rosenmann e Gerson Gabrielli. O objetivo fundamental é a desoneração da folha de pagamentos, principalmente no que diz respeito à contribuição patronal ao INSS.

Vários estudos já foram realizados. Do ponto de vista técnico, o assunto já foi debatido anteriormente nesta Comissão. Outras reuniões deverão ser realizadas, inclusive nos Estados, sob a liderança do Deputado Gerson Gabrielli.

Em primeiro lugar, passarei a palavra ao Deputado Gerson Gabrielli, que fará a apresentação inicial dos trabalhos desta audiência pública. Em seguida. falará o Deputado Fetter Júnior.

O SR. OOORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Caro Presidente, Deputado Marcos Cintra, estimulados pelo interessante, provocativo e urgente tema da desoneração da folha de pagamentos, reproduzido em artigo que escrevemos juntos, publicado na *Folha de S.Paulo*. estaremos realizando uma série de seminários sobre o assunto. Ouviremos o setor laboral e o Governo. Depois, tentaremos criar um equilíbrio de opiniões nesses debates entre os setores produtivo e laboral. Ouviremos ainda os Parlamentares que produziram PEC nessa direção, como já citado pelo nobre Deputado Marcos Cintra.

Convido o Presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de São Paulo. Salomão Gawendo, para também fazer parte da Mesa.

Este tema vem sendo tratado com muita seriedade pelo Congresso Nacional. É importante estarmos com o espírito desarmado, porque, como foi dito na reunião anterior, não queremos tirar nenhum ganho social adquirido pela classe trabalhadora ao longo dos anos.

Sob a luz de uma dificuldade imposta pelo Governo brasileiro, que externamente se manifesta a favor da reforma tributária, mas manda seus Ministros e Assessores obstruírem essa caminhada de mais de vinte anos da sociedade brasileira, achamos por bem, em uma estratégia montada pelo nosso Presidente, Deputado Marcos Cintra, discutir parte dessa reforma tributária, aprofundar o conhecimento e convocar a sociedade brasileira para, junto conosco, avançar nessa direção, com a participação do Executivo, é claro.

Esse trabalho será fundamental para a retomada do desenvolvimento sustentado, sem as amarras e o peso da carga tributária que onera salários. Com o êxito de sua conclusão, como esperamos, poderemos gerar milhares de empregos no

Brasil.

Semana passada. fizemos alguns remendos no Programa de Recuperação Fiscal-REFIS. e avançamos com o Estatuto da Micro e Pequena Empresa. Queremos destacar que a desoneração da folha de pagamentos é o tema principal. sobre o qual teremos de nos debruçar. como disse. com coragem e espírito desarmado.

É nossa intenção ouvir todas as centrais sindicais e representações patronais e laborais do Governo. porque cremos que. ao debater tema como esse. estaremos prestando um serviço ao País.

Lembro que na semana passada abordamos o tema "evasão de cérebros versus desenvolvimento econômico". quando praticamente decodificamos o baixo investimento em tecnologia, o problema dos bolsistas.

O Congresso Nacional tem o dever de. soberanamente. avançar e se aprofundar em temas que farão com que a nossa sociedade volte a ter perspectiva.

Sem mais delongas. passo a palavra ao ilustre Deputado Fetter Júnior. um dos autores da PECo para dar a sua opinião sobre o assunto. dizer que caminhos deveremos seguir e qual o seu indicativo para a desoneração da folha de pagamentos.

O SR. DEPUTADO FETTER JÚNIOR - Em primeiro lugar. agradeço-lhes a oportunidade e cumprimento os Deputados Gerson Gabrielli, autor do requerimento para realização deste seminário. e Marcos Cintra. Presidente da Comissão.

Na reforma tributária, procuramos criar um grupo suprapartidário para defender algumas idéias e princípios. Parece-me que a maioria das pessoas quer um sistema tributário mais racional, que combata o aumento da carga tributária já tão pesada neste País.

Naquele processo da reforma tributária - a Comissão durou um ano -, criamos um grupo suprapartidário para discutir algumas prioridades. Um dos pontos mais discutidos, em especial com o Deputado Marcos Cintra, foi a criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira-CPMF. No Brasil, infelizmente, o provisório vira definitivo.

A CPMF mostrou-se extremamente eficiente, em termos de arrecadação, e está em vias de ser prorrogada novamente. O próprio Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que era contra ela, mudou de idéia. Votei contra a CPMF na primeira votação por entender que o Brasil não poderia ter mais um imposto.

Nós - Walfrido Mares Guia, Marcos Cintra, Roberto Argenta, Roberto Mourão, Roberto Brant, Max Rosenmann, Gerson Gabrielli e eu - entendemos da seguinte forma: se a CPMF é um imposto eficiente, que permite atingir parte da economia informal, por que não utiliza-la para um fim nobre, em vez de aumentar, substituir uma parte da carga tributária? Nessas discussões surgiu a intenção de propor um imposto de movimentação financeira para desonerar a folha de salários. À época, constatamos que a tributação na folha era extremamente pesada, estimulava o desemprego, o subemprego, a terceirização e a informalidade na economia. Buscamos esses dados nos Ministérios da Fazenda e da Previdência e Assistência Social. Conversamos também com vários órgãos do Governo. Chegamos à constatação de que a contribuição para a Previdência estacionou e até regrediu em alguns casos, nos últimos anos. Por quê? Como a carga tributária é muito pesada, estimula-se a terceirização e a informalidade: Cresce o número de beneficiários da Previdência e fica estacionada a receita de contribuições: até regride o seu valor em alguns anos.

O nosso plano foi aproveitar a idéia do Imposto de Movimentação Financeira -IMF, e desonerar a contribuição patronal. Fizemos várias simulações, que demonstraram ser possível substituir a contribuição patronal, que chega a mais de 27%, incluindo todos os itens, pela CPMF, o que traria enormes benefícios à sociedade. Seria possível fazer isso desonerando o mercado de capitais, dando um crédito às exportações, para que o Brasil ficasse mais competitivo.

Propusemos nessa PEC uma compensação ao trabalhador: se a CPMF fosse de 0,5%, daríamos um aumento de 1 % a todos os trabalhadores, a fim de que não houvesse perda salarial. Também mostramos para diversos órgãos do Governo que a nossa idéia não era fixa: aceitaríamos fazer essa substituição parcialmente. Em um primeiro momento, reduziríamos a contribuição patronal na folha, aquela parte fixa de 20%, para um valor igual ao do trabalhador: 8%,9% ou 10%, dependendo da alíquota.

Na verdade, a nossa idéia é criar um imposto que faça com que a Previdência seja sustentada por toda a sociedade brasileira e não apenas por quem tem carteira assinada. Mesmo porque a nossa Constituição assegura o direito à aposentadoria àquele que não contribuiu, chegou à idade determinada e não tem recursos, seja no meio rural, seja no meio urbano. Hoje, esse ônus é muito grande e está matando a "galinha dos ovos de ouro".

A Proposta de Emenda à Constituição nº 256 foi apresentada em junho do ano passado. Em dois dias conseguimos apoio na Casa e peregrinamos por todo o Governo. Interessante que ninguém é contra. Visitamos todos os setores do Governo - Ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência e Assistência Social, da Fazenda e Secretaria da Receita Federal - e só encontramos resistência a essa proposta no Banco Central, por conta do ônus que incidia sobre o mercado de capitais, enfraquecido pelo peso da CPMF. O Governo já se convenceu disso e fez a correção, via medida provisória.

Senhor Presidente, o Brasil tem de diminuir o ônus sobre o trabalho. Não podemos continuar a ser um país com 160 milhões de habitantes, quase 100 milhões com idade para trabalhar e apenas 30 milhões contribuem para a Previdência Social. Esse modelo está falido. É fundamental criar outro, a fim de que a Previdência sobreviva. Sou um soldado dessa causa, que considero majoritária. Entendo que a maioria das pessoas está preocupada com a falta de emprego.

Tenho absoluta convicção de que o trabalho desta Comissão vai trazer o assunto à tona mais ainda, permitindo seguramente, com essa ou com outra proposta, a desoneração da folha de pagamentos, nosso grande objetivo, além do aumento do número de empregos e da formalização do trabalho. Com tudo isso, daremos à Previdência Social um modelo mais sustentável, capaz de sobreviver a tantas mudanças que vêm acontecendo no mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Muito obrigado, Deputado Fetter Júnior, um dos baluartes dessa luta que ainda causará bastante comoção nas tentativas acerca da reforma tributária. O projeto de sua autoria acha-se, no momento, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. Há vários estudos sendo elaborados acerca do projeto, e um grande trabalho político vem sendo feito não só por esta Comissão, mas principalmente pelo Deputado Gerson Gabrielli, um dos grandes defensores dessa proposta.

A Federação Brasileira das Empresas de Asseio e Conservação - FEBRAC, representada nesta Comissão pelo Sr. Gilson, que esteve presente à nossa última audiência pública, encaminha um trabalho muito bem feito, em que explicita sua posição apresentada naquela reunião. No momento, estamos tirando cópia desse trabalho, que será distribuído a todos os Deputados desta Comissão. Numa próxima oportunidade, na extensão desses debates, em todos os Estados, contaremos com a sua participação.

Antes de passar a palavra ao próximo expositor, Dr. Valdir Moysés Simão, Diretor de Arrecadação do INSS, devo ressaltar que Sua Senhoria tem sido bastante solicitado por esta Comissão no que diz respeito a várias áreas de interesse dos parlamentares da Comissão de Economia. Uma delas é o Simples.

Dois temas vem sendo abordados intensamente nesta Comissão. Um deles a extensão do Simples às atividades e aos setores que hoje se acham excluídos dos benefícios ou da opção pelo sistema simplificado de tributação. Nesse sentido, a Comissão, também sob a liderança do Deputado Gerson Gabrielli, vem realizando trabalho bastante detalhado, a fim de dimensionar o impacto de extensão do Simples às categorias hoje excluídas.

O Dr. Valdir tem-nos ajudado bastante, objetivando alcançar um marco referencial acerca dos impactos dessa extensão, a fim de, a partir desse conhecimento, elaborar projeto compatível não só com o que a sociedade brasileira deseja, mas sobretudo com nossa responsabilidade sobre a arrecadação do INSS, que ainda se encontra em déficit, como os senhores sabem.

Em outras oportunidades, Sua Senhoria estará presente para discutirmos o SIMPLES. Hoje, o que nos traz aqui é a não-exoneração da folha, que causa impacto diretamente no INSS, razão pela qual fizemos questão de tê-lo conosco.

Passo a palavra ao Dr. Valdir Moysés Simão.

O SR. VALDIR MOYSÉS SIMÃO - Senhor Presidente, senhores membros da Mesa, Srs. Parlamentares, a Diretoria de Arrecadação está aqui representada não apenas por mim, mas pela Coordenadora-Geral de Arrecadação e pelos Chefes de Divisão da Diretoria e de Normas e Fiscalização.

O tema, sem dúvida, é complexo e está, de alguma forma, diretamente relacionado à própria sobrevivência do sistema previdenciário brasileiro. Para enfocar um pouco melhor a discussão, devo dizer que, das contribuições arrecadadas pelo INSS, em torno de 20% não de receitas. Elas são arrecadadas por uma espécie de prestação de serviço, de contribuição de financiamento; principalmente salário educação, Sistema S, Incra.

Vou segregar nesta discussão o Seguro de Acidentes de Trabalho, que representa cerca de 11% da receita. Já houve discussão, com a Emenda Constitucional nA 20, no sentido de que esse seguro seja operado no País concorrencialmente pela Previdência e por sistemas privados. Considerando que se trata de seguro - pretende-se proteger a remuneração do trabalhador impossibilitado de trabalhar devido a acidente -, entendo até muito difícil substituir qualquer prêmio desse seguro por algo que não tenha relação direta com a remuneração, que é o bem protegido. Portanto, a discussão ficaria focada na contribuição patronal de 20% sobre a remuneração de trabalhadores, de pessoas físicas. De alguma forma, essa fonte de financiamento foi aperfeiçoada na Emenda Constitucional nº 20, com alterações no art. 195, entendendo-se o que é empregador, estendendo esse conceito para em- presa ou entidades equiparadas. E qualquer remuneração paga pela prestação de serviço à pessoa física, seja empregado, seja trabalhador autônomo, é considerada como fato gerador - a remuneração é base de cálculo da contribuição; 20%, no caso de empregados e 15%, no caso dos demais trabalhadores.

Aproveito para justificar a ausência do Presidente e do Secretário Executivo da Previdência Social- por terem outros compromissos, incumbiram-me de representá-los - e do próprio Ministro Roberto Brant, com quem discuti o assunto ontem. A Previdência reconhece que a alíquota é uma das mais altas do mundo, perdendo em financiamento só para Portugal, se não me engano.

Temos de lembrar alguns pontos importantes, para justificar a necessidade de financiamento tão alto.

Após a promulgação da Constituição de 1988, o sistema previdenciário sofreu um acréscimo de despesas, principalmente com relação ao setor rural, que recebeu o benefício de um salário mínimo de aposentadoria. Esse fato elevou as contas da Previdência, que começou a apresentar déficit, a partir de determinado momento.

Outro aspecto importante é a redução do número de trabalhadores com carteira assinada que migram para setores da economia informal. As estatísticas mostram que dois terços deles não recebem qualquer tipo de proteção. Temos tentado incessantemente identificá-los, buscando oferecer-lhes a proteção previdenciária que, em algum momento, será necessária. Se não nos preocuparmos com esse aspecto agora, no futuro teremos de oferecer assistência social sem qualquer contra-partida ao sistema.

Para entendermos melhor a necessidade de financiamento, é bom lembrar que tivemos, nos últimos tempos, substituição da base de cálculo e ampliação para alguns setores que não contribuem na mesma proporção que as demais empresas; ou seja, 20%. Refiro-me às entidades que gozam da isenção prevista na própria Constituição, no montante de 2 bilhões de reais; ao setor rural, em que o trabalhador é considerado segurado especial autônomo e contribui de forma diferenciada, levando a uma renúncia de quase 4 bilhões de reais; ao Simples, que representa uma perda de receita de 2,6 bilhões de reais; e aos clubes de futebol, com 50 milhões. O impacto total dessas perdas na receita anual da Previdência é de 9 bilhões de reais.

Assim, a estrutura da nossa arrecadação vem sendo muito abalada nos últimos tempos, bem como os gastos com algumas categorias profissionais, inicialmente não previstos.

Ora, qualquer sistema previdenciário tem de zelar por uma relação atuarial entre receita e benefícios, que não pode ser feita em quatro ou cinco anos, mas em quarenta ou cinquenta anos. É o que fazem os países que têm hoje um sistema mais equilibrado que o nosso.

O financiamento advindo de recursos do Tesouro é associado a sistemas de proteção que oferecem basicamente um salário mínimo como renda de aposentadoria. Isso ocorre porque a incidência da contribuição sobre a folha de pagamento não só do trabalhador, mas também da empresa - permite ao gestor do sistema melhor entendimento da questão atuarial, mantendo o equilíbrio necessário no aumento ou diminuição da base de cálculo e das alíquotas, inclusive em função do número de trabalhadores na ativa.

Na segunda e na terça-feira estaremos discutindo, na Diretoria de Arrecadação, estratégias que designamos como "inteligência fiscal", buscando imediata identificação e cobrança das empresas que deixam de pagar a contribuição.

Ao analisar a última PNAD, com a ajuda de pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, verificamos o aumento do número de trabalhadores empregados sem carteira assinada. Talvez seja uma justificativa para a alta taxa, mas algumas empresas que optaram pelo simples também tem trabalhadores nessa condição. Eles atualmente representam 5 milhões, somente nas regiões urbanas, enquanto apenas 20% têm carteira assinada. É importante distinguir o empregado sem carteira daquele que trabalha por conta própria - talvez por desalento. pois se cansou de procurar emprego e acabou buscando outra forma de sobrevivência, como é o caso dos ambulantes.

Apesar de o Deputado ter afirmado que há movimento favorável à alíquota no Governo, talvez a concordância seja no sentido de que ela é realmente alta e precisa ser repensada. O fato de termos uma contribuição vinculada à folha de pagamento possibilita melhor análise e mensuração do verdadeiro objetivo de financiar benefícios que substituam a renda do trabalho, ou seja, a própria folha de pagamento. Esse seria um argumento para se defender a manutenção da contribuição sobre a folha.

A proposta mantém a contribuição do empregado sobre sua remuneração, mas há preocupação quanto a esse ajuste. Nossa fiscalização constatou que parte da remuneração é paga fora da folha de pagamento. Caso não haja nenhum ônus, ela será formalmente incluída na folha, repercutindo conseqüentemente nos benefícios.

Outra experiência recente da Previdência Social refere-se à CPMF. Não temos muitos dados sobre essa contribuição, pelo fato de não sermos o agente arrecadador, mas foi estabelecida, a partir de julho, a obrigatoriedade de recolhimento por meio eletrônico. De início, houve grande dificuldade em relação ao convencimento das empresas e à operacionalização do processo. Por isso, o início de vigência da obrigatoriedade foi prorrogado para dezembro.

Foram realizadas várias palestras junto à Federação do Comércio, a entidades empresariais e ao Conselho Federal de Contabilidade. O principal ponto levantado, principalmente pelas pequenas empresas, foi a necessidade de se pagar a contribuição por meio de conta bancária. A justificativa por elas apresentada é legítima: a guia de recolhimento, via de regra, era paga diretamente no caixa, acarretando dessa forma a cobrança de CPMF. Essa experiência está trazendo dificuldades à Previdência.

A Emenda Constitucional nº 20, em seu art. 195, § 9º, trouxe inovação que possibilita o ajuste de bases de cálculo e de alíquotas de todas as contribuições sobre a folha de salário, faturamento e lucro, em função da atividade econômica ou do uso intensivo ou não de mão-de-obra. Essa questão precisa ainda ser amadurecida, para determinarmos em que medida as empresas que não mais utilizam mão-de-obra, pela natureza de sua atividade ou pelo investimento feito em tecnologia, devem contribuir para o sistema de proteção social do País.

Será que elas deveriam ter alíquota diferenciada pelo fato de não empregarem tanto quanto as outras, ou, ao contrário, ser beneficiadas aquelas que empregam mais?

Precisamos ter em mente que a Previdência tem necessidade de financiamento. O sistema previdenciário brasileiro vem tentando ajustar-se, buscando a equalização do déficit. Isso já foi conseguido, apesar de ainda fecharmos o ano com um valor elevado. 12 milhões de reais provavelmente maior no próximo ano.

É necessário manter um sistema de proteção que substitua a renda do trabalhador. O financiamento baseado em impostos, que garante somente benefícios básicos do salário mínimo, talvez não seja eficiente. Defendemos o aprimoramento do sistema, a fim de garantir o sustento do trabalhador ao término de sua vida laboral -logicamente, não com 100% de renda; tampouco com um salário mínimo.

Encerro aqui minha exposição, para que posteriormente possamos responder às perguntas sobre o tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Agradeço ao Dr. Valdir Simão os comentários. Quero fazer algumas breves observações, aproveitando a presença dos Srs. Deputados, a fim de que possamos avançar nos debates.

O Dr. Valdir argumentou que a incidência sobre a folha facilita o processo de definição de benefícios e chamou nossa atenção para o fato de que, no projeto, não eliminamos a contribuição do empregado, apenas a do empregador.

Existe uma proporcionalidade direta entre ambas. Portanto, do ponto de vista da definição de benefícios, não há nenhuma dificuldade em fazermos os cálculos da maneira como hoje vem ocorrendo, levando em conta apenas a contribuição do empregado e estabelecendo uma nova forma de tributação do empregador.

Quero também referir-me à diferença entre contribuição e imposto. Embora a contribuição patronal seja assim denominada, ela tem todas as características de imposto. Enquanto a contribuição é uma transferência vinculada, o imposto é uma transferência genérica, por meio da qual o Governo define como fará o dispêndio, uma vez arrecadado o numerário.

Enquanto a previdência brasileira continuar funcionando em sistema de repartição, em que empregados e empregadores pagam determinado valor e o Governo se encarrega, por seu próprio risco, de garantir os benefícios compromissados por lei, não teremos de fato uma contribuição, mas sim um imposto. No momento em que nossa previdência passar a ser regida pelo sistema de capitalização, passaremos a ter uma contribuição, que eventualmente justificará a incidência também sobre a folha de pagamentos.

Faço esse contraponto às observações de Vossa Senhoria sobre a fala do Deputado Fetter Júnior. O projeto subscrito pelo Deputado e apoiado por vários de nós não deve criar nenhuma dificuldade insuperável, no sentido de se fazer o cálculo atuarial de benefícios.

Concedo a palavra ao Vice-Presidente da Comissão, Deputado Gerson Gabrielli.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI - Doutor Valdir, antes de ouvirmos o bem-sucedido empresário e Deputado Roberto Argenta, do Rio Grande do Sul, solicito a Vossa Senhoria que nos forneça alguns dados mais consistentes, para fundamentar nosso trabalho final. Qual é o crescimento da previdência privada no Brasil. em contra partida à evolução do processo previdenciário estatal? Quantos brasileiros usam o sistema? Solicito também maiores informações sobre a gestão, a evasão. a elisão, a sonegação e o impacto desses aspectos sobre o sistema.

Sobre o Refis: quantas empresas são devedoras no Brasil? Quantas aderiram a ele? Quantas foram ou serão excluídas? Quanto está sendo arrecadado mensalmente por meio do Refis?

Sobre débito em conta: embora Vossa Senhoria tenha falado que houve motivação dos empresários, sabemos que existe fragilidade estrutural de disposição do sistema financeiro brasileiro em relação a áreas territoriais. Existem regiões que só têm um banco. As pessoas precisam andar uma, duas, três horas para alcançar uma Caixa Econômica ou um Banco do Brasil, porque os bancos privados não vão para regiões distantes, em vista da racionalização de custos.

Outro aspecto é que o sistema que está sendo implantado tem um óbice: boa parte das empresas nacionais, por estarem inadimplentes - algumas não entraram no Refis, ou já entraram e estão saindo -, por estarem no Cadin, não podem ter conta bancária. Gostaria de saber como será trabalhado esse aspecto num País com dimensões continentais como o nosso.

Fazemos essas provocações iniciais buscando dados para, ao elaborar um juízo de valor sobre o documento final, podermos ter fundamentação para usá-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Agradeço ao Deputado Gerson Gabrielli as relevantes questões levantadas.

Sem mais delongas. concedo a palavra ao Deputado Roberto Argenta. um dos subscritores da PEC nº 256. de autoria do Deputado Fetter Júnior.

O SR. DEPUTADO ROBERTO ARGENTA - Parabenizo o Deputado Marcos Cintra e o Deputado Gerson Gabrielli pela louvável iniciativa e pela coragem de colocarem o tema em pauta. porque na minha opinião este é o maior problema do Brasil. O representante do Governo já disse que somente 33% dos trabalhadores tem carteira assinada.

A criatividade humana é o maior capital do terceiro milênio e o mais onerado. Gostaria de solicitar ao meu assessor que distribuísse alguns documentos. nos quais mostro que a mão-de-obra é tributada no Brasil em 200%. Qual o outro fator de produção dessa forma tributária? Desvalorizamos o real e nossa balança não reage. Por que? Ou exportamos matéria-prima - o que representa exportar emprego; e o Brasil está exportando empregos, uma vez que não estimula a elaboração das matérias-primas -, ou os setores de exportação serão tremendamente importadores. Somente agregamos nossa mão-de-obra barata um pouco mais. Desta forma, não teremos superávit comercial. Se funcionou no passado, hoje não funciona mais.

Temos salários baixos e não somos competitivos. Gastamos fortunas em treinamento, seguro-desemprego e burocracia trabalhista, com leis que não nos servem mais. Aumenta a cada dia o número de trabalhadores sem carteira assinada. Em resumo: ou as nossas leis estão erradas e não servem mais ao País, ou a nossa população está errada. Precisamos ter coragem para rever essas questões. Se a população busca outra alternativa, alguma coisa está errada.

Trata-se de equação muito simples: quando falta energia elétrica, nós isentamos o gás e outras coisas mais; quando falta emprego, aumentamos os encargos sobre a folha, o FGTS e o Imposto de Renda na fonte. É uma lógica contrária. Quer dizer, o emprego não é importante, mas a falta de energia sim, porque envolve pessoas estabilizadas nesse sistema.

A falta de emprego assusta, traz insegurança. Se nos preocupamos com a geração de empregos e não temos coragem de desonerar os salários e gerar empregos, será mesmo que a prioridade é assistir à população, ou tudo isso serve somente para as pessoas sentirem orgulho de ter dinheiro no bolso? Será que queremos ser um país assistencialista? Queremos ser um país de dependentes ou de cidadãos? Essa é a grande questão.

Os dados fornecidos pelo Deputado Marcos Cintra dizem que, em 1998, 53% da carga tributária incidiam sobre a folha de trabalho, representando somente 28% do PIB. Era uma grande injustiça. Os setores que mais empregam são os que mais contribuem com a balança comercial, mesmo sendo os mais onerados. Existem duas tabelas. Uma delas com os dados da *Gazeta Mercantil*, que mostram o seguinte: nas três maiores empresas do setor de perfumaria, cada empregado adiciona ao faturamento 1 milhão, 178 mil reais por ano; nas de computadores, 1 milhão, 73 mil reais; nas montadoras de veículos, 323 mil reais por ano. Setores que mais empregam: artigos de vestuários, 64 mil; calçados, 45 mil.

Por esses dados podemos ver que os setores empregadores contribuem com 2.500% a mais para a Previdência do que os setores não empregadores, em relação ao faturamento.

Os últimos dados dos IBGE revelam que a construção civil gerava 3 milhões e 600 mil empregos diretos; automóveis, 64 mil. É claro que não temos emprego. Quando nos falta energia, reduzimos os impostos; quando nos faltam empregos, aumentamos a contribuição sobre a folha. É matemática pura e simples, não é ideologia.

Nós tributamos em 2.500% a mais as empresas, em relação ao faturamento, para a contribuição patronal. São os setores que mais geram empregos. Não sei se é pelo fato de esses outros setores em geral serem multinacionais que pagam menos impostos. Se analisarmos qual é a contribuição do Imposto de Renda dessas empresas, veremos que é pequena, porque dar lucro no Brasil é mera contabilidade.

Realmente temos uma iniquidade fiscal em relação aos salários extremamente elevada. É claro que o Governo se preocupa, mas o que nós, parlamentares, podemos fazer? Representamos também os dois terços da população que não têm carteira assinada. Sei que existem financiamentos e vários interesses, mas esses dois terços da população não têm dinheiro para vir fazer *lobby* no Congresso Nacional. É verdade. Eles não estão organizados e não estão aqui batendo nas portas dos gabinetes. No entanto, nós representamos toda a população.

Podemos não fazer nada ou agravar a crise. E é isto que estamos fazendo: dificultando a empregabilidade. Essa PEC é extremamente importante. Sou autor da PEC na 220, de 2000, na qual os encargos sobre os salários são transferidos ao bolso do trabalhador. Essa medida geraria mais renda e milhares de empregos.

Citarei dois exemplos extremamente simples, nos quais existem novas opções de contratação. Existe a CIT, e vamos estreitar uma nova opção. No serviço público não existem o concurso e o CC? Por que na iniciativa privada não pode haver duas ou três formas de contratação? Ou a contratação no interior do Nordeste deve *ter* a mesma lei de um edifício de 25 andares em São Paulo? Como é possível isso? Todos os senhores já devem *ter* ouvido alguém que tinha ou tem uma chácara ou um sítio de lazer dizer que não coloca ninguém lá para não se incomodar.

Digamos que no Brasil existam 5.500 municípios. Se houvesse uma lei diferente e cem pessoas de cada município contratassem um casal, seriam duzentos empregos por município. Vejam, em 5.500 municípios, teríamos 1 milhão e 100 mil novos empregos gerados, sem ficar devendo ou pedindo dinheiro emprestado ao exterior, para nossos tetranetos pagarem juros sobre isso.

Existe estrutura. Ouvi depoimento de um plantador de cacau da Bahia, que não é o meu Estado, dizendo que tinha mais de mil trabalhadores lá, mas dispensou todos. O problema não é o salário, que é elevado, mas a confusão, a burocracia, toda lei que se faz para impedir o emprego. Nós não temos mais escravidão no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Permite-me um aparte. Deputado?

Quanto a essa questão de não se desejar contratação de mão-de-obra. principalmente no campo, no sítio ou na chácara, existem 500 mil unidades habitacionais vazias e abandonadas em sítios. fazendas. antigas colônias. Por outro lado. temos 5 milhões de famílias sem habitações. espalhadas por todo o País.

O SR. DEPUTADO ROBERTO ARGENTA - Obrigado. Deputado Marcos Cintra. E onde estão essas pessoas? Estão na favela. embaixo de lona preta, não vivem como seres humanos. Ou nós temos sensibilidade de mexer nisso, ou estaremos trabalhando para o sistema burocrático. para o sistema financeiro e não para os seres humanos. O que é mais importante. o ser humano ou a preservação de sistemas burocráticos e financeiros? Este é o desafio do terceiro milênio: ou o ser humano prevalece. ou a máquina e o sistema prevalecem.

Na semana passada eu estava conversando com a senhora que corta o meu cabelo. em Novo Hamburgo, em um hotel. Ela estava se queixando. porque não consegue atender todas as pessoas. Perguntei-lhe por que não contratava um auxiliar. Ela disse que contratou, mas, quando a auxiliar saiu, teve de vender o carro para pagar as contas. Disse que não ensina nem contrata mais ninguém. Quantas pessoas poderiam ser empregadas pelos barbeiros, cabeleireiros, sapateiros, eletricitas? Se tivéssemos uma lei mais simples, acabaríamos com o desemprego, senhores.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI - Deputado Roberto Argenta, só mais uma fundamentação ao que Vossa Excelência falou.

Realizamos um seminário em Salvador e chamamos os donos de restaurantes. Na Bahia existe uma figura folclórica, na Praça da Sé, que só anda de branco. É um pequeno empresário, o Sr. Clarindo Silva. Nós perguntamos a ele como estava sua vida empresarial, se ele participava de tudo. Ele disse que tinha um problema sério, porque era obrigado a empregar muita gente, pois trabalhava do meio-dia até à noite - às vezes, até às 3 ou 4 horas da manhã, em função dos turistas. Disse ainda que está com tudo penhorado, até o *freezer*. Penhorou tudo, porque todos os que trabalham para ele durante um ou dois meses depois vão para a justiça. Como não consegue pagar os encargos sociais, está devendo ao INSS, entrou no Refis, mas não consegue pagar, e está com passivo. Imaginem isso acontece num restaurante, um passivo trabalhista extraordinário. Todas as vezes em que alguém presta queixa, perde, porque a pessoa trabalha até meia-noite, 1 hora da manhã, 3 horas. Ele disse que mesmo trabalhando cem anos não conseguiria equilibrar seu pequeno restaurante. E é um dos que mais empregam. Fazendo uma comparação entre o que ele emprega e uma empresa multinacional de tecnologia, vemos que a relação é inversamente proporcional.

O SR. DEPUTADO ROBERTO ARGENTA - Exatamente. Outra coisa: ou nós queremos o Brasil para os brasileiros, ou seremos prestadores de serviços internacionais. Esse é um grande desafio. Sou empresário, fui empregado recebendo salário mínimo, hoje tenho 5 mil empregados. Podem perguntar qual é o meu interesse. Eu quero que todos tenham renda para comprar os calçados que produz também. Se todos estiverem empregados, venderei mais. Se não houvesse nenhum sentido humanista, haveria o lado econômico. Quanto mais as pessoas ganham, mais se vende.

Não podemos achar que a sustentação da Previdência tenha de ser feita sobre o salário. Por que não se faz com base na movimentação financeira? Por que não estimulamos o emprego? Esse é o grande desafio que nós, Deputados, temos neste final de Legislatura. Ou fazemos isso para o Brasil, ou o emprego aumentará a nossa dependência externa. O Deputado Walfrido Mares Guia, que é do grupo, me dizia que é mais barato ter um professor no Japão do que em Minas Gerais, porque os encargos lá são menores. Nossas grandes inteligências vão para o exterior. Demonstrei aqui que, para um salário que custa 15 mil reais, a pessoa recebe somente 5 mil. E aí nós importamos tecnologia do exterior, porque não estimulamos nossos técnicos aqui, pois os salários são muito baixos.

Para concluir, parabenizo a todos pela iniciativa. Nós, empresários, parlamentares, trabalhadores, precisamos ter coragem de enfrentar esse problema, deixar nossas vantagens de lado. Até as entidades patronais têm de parar de pensar que somente a contribuição sobre a folha sustentará o Sesi, o Senai, enfim, as próprias entidades de trabalhadores. Daqui a pouco não existirão mais trabalhadores para sustentar os sindicatos. Ou criamos uma alternativa adequada aos novos tempos, ou continuaremos regredindo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Muito obrigado, Deputado Roberto Argenta. A manifestação de Vossa Excelência realmente enriquece o debate, coloca as coisas nos devidos termos, extrapolando um pouco o debate meramente técnico e entrando na característica fundamental da nossa discussão, que é querer saber que tipo de País queremos construir, o que queremos para a Nação.

Concedo a palavra ao Dr. Salomão Gawendo, que tem um compromisso e pre-cisêirá retirar-se dentro de alguns minutos.

O SR. SALOMÃO GAWENDO - Bom dia a todos. Cumprimento o Deputado Marcos Cintra, meu conterrâneo, na pessoa de quem saúdo os demais Deputados aqui presentes.

Deputado Gerson Gabrielli, líder da nossa nação lojista, companheiros empresários e demais pessoas aqui presentes, eu presido a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de São Paulo e falo também em nome de nossa Confederação Nacional, que reúne mais de mil CDL em todo o País - sou seu Vice-Presidente.

Falo em líder,da nação lojista, porque o Gabrielli teve importante trabalho na conscientização, na organização dos pequenos lojistas, para podermos também ocupar nosso espaço e nos pronunciar em temas como este, da maior importância.

Boa parte de nossos lojistas-os pequenos está no Simples. Eles já ultrapassaram o problema da desoneração da folha de pagamento. Muitos outros não conseguiram, ou por haver problemas com o Refis, ou por não poderem se enquadrar no Simples. Mas há outros, como os prestadores de serviços, que ainda têm a oneração da folha.

Ouvindo os depoimentos anteriores, a conclusão me parece muito clara: nosso problema não é técnico. A solução técnica será dada, o INSS tem capacidade técnica para resolver o problema. mas nosso problema é político. E para isso temos de nos mobilizar.

Deputado Roberto Argenta. falamos também em nome dos empregados. Se Vossa Excelência quer vender sapatos, precisa de nossas lojas. A grande maioria das pequenas lojas, em todo o Brasil, não tem filiais em Miami ou em outros países. Nós vendemos em nosso Município e precisamos de gente empregada. Não se trata de problema só de nossa empresa, E para isso, temos certeza, é necessária mobilização política. Temos de conscientizar cada uma de nossas entidades. Falo em nome dos que não têm carteira assinada. porque precisamos do emprego deles para que gerem renda, para que possamos sobreviver. cada um em seu setor. e fazer este País crescer como merece.

Concito as demais entidades a fazerem o que a nossa entidade está fazendo em todo o País, pressionando, se for o caso, os políticos, os Deputados, o Executivo, para que realmente consigamos resolver a questão. Repito: a solução será política. Quando houver consenso político. iremos desonerar a folha de pagamento no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Darei prosseguimento ao nosso debate, não sem antes agradecer a presença ao Dr. Salomão Gawendo, uma das grandes lideranças do segmento lojista no Brasil, a quem o setor certamente deve muito em termos de representatividade e trabalho.

Concedo a palavra ao Sr. Luigi Nese, Presidente da Federação de Serviços do Estado de São Paulo e também da Confederação Nacional de Serviços.

O SR. WIGI NESE - Boa tarde a todos. Parabenizo os Deputados Gerson Gabrielli, Marcos Cintra, Fetter Júnior e Roberto Argenta pelo trabalho que vêm realizando na Câmara dos Deputados sobre o processo de desoneração.

Os Deputados que assinaram a PEC nº 256 constituem um grupo de abnega- dos trabalhadores em prol da desoneração da folha de pagamentos. Eles iniciaram um processo, a meu ver, que vai desembocar na solução desse nosso problema. Acho que iniciativas como essa só merecem o nosso louvor e têm todo o apoio da Federação de Serviços do Estado de São Paulo e da Confederação.

A Federação de Serviços foi uma das que apresentaram *esse* projeto de desoneração da folha de pagamento na Comissão Especial da Reforma Tributária, presidida pelo Deputado Germano Rigotto.

Oficialmente e com o apoio de várias entidades, como a Febrac, a Fenavist e outras aqui presentes, apoiamos totalmente essa iniciativa. Em depoimento numa audiência pública como esta, mencionamos claramente qual era a nossa intenção. E nós fazíamos aquilo não simplesmente por ser uma solução particular para o grupo de empresários que têm esse problema, mas para mostrar que a equação da arrecadação sobre a folha de pagamento e as necessidades do INSS nunca fecha. Por quê? Porque cada vez vamos ter menos gente trabalhando e mais gente aposentada, ou mais gente se beneficiando e necessitando do benefício do INSS. Isso está comprovado tecnicamente, graças a Deus, pela estimativa de vida, que cada vez mais aumenta em nosso País.

Em uma das reuniões que tivemos, lembro que o representante do INSS, quando eu comentava a respeito disso, perguntou que imposto seria usado se retirássemos os impostos sobre a folha. Respondi que estávamos propondo um imposto sobre o faturamento. Seria uma possibilidade de arrecadarmos os devidos recursos para a Previdência Social, ou, como a proposta da PEC, sobre o imposto usado sobre a parte financeira - essa também é uma alternativa -, ou ainda os dois conjugados. Cada vez teremos menos gente trabalhando em determinadas áreas, como a da indústria e algumas do comércio, em função da tecnologia e da robotização que existe hoje no País e no mundo.

Evidentemente, o robô está tirando o trabalhador da indústria. Hoje, no custo do produto final, a folha de pagamento da indústria representa de 5% a 10%, enquanto, em nosso caso, representa de 60% a 80%, porque a mão-de-obra é a matéria-prima do setor de serviços. Por isso estamos fazendo a proposta.

O representante do INSS respondeu que robô não se aposenta. É verdade, graças a Deus ele não se aposenta. Mas temos de cobrar dele, porque está tirando o emprego de várias pessoas que poderiam eventualmente pagar o INSS.

Não vou entrar em números, porque o Deputado Roberto Argenta já demonstrou suficientemente que cada vez mais quem paga a conta são aqueles que empregam e não aqueles que deixam de empregar. Então, isso está claro em todas as estatísticas. Aliás, o próprio INSS deve ter essa informação melhor do que nós.

Cada vez mais utilizamos empresas no lugar de trabalhadores. Por que isso? Porque determinados setores - de alta tecnologia, engenharia, arquitetura, informática e outros nos quais os profissionais são especializados -, para fugir da ânsia de pagar encargos sobre os seus rendimentos, montam empresas. O Programa Brasil Empreendedor é um dos participantes e está fazendo com que se criem cada vez mais empresas, por intermédio do Sebrae.

As pessoas montam pequenas e microempresas e prestam serviços a terceiros, a três ou quatro empresas. Com isso, tem a administração de sua arrecadação relativa ao INSS e ao Fundo de Garantia e aplicam esse dinheiro da maneira que acharem melhor, não dando ao Governo a possibilidade de usar esses recursos tanto do Fundo de Garantia como do INSS e não tendo a contrapartida necessária. Então, aplicam em fundos de aposentadoria ou, particularmente, em programas de saúde. Cada vez mais, não só no Brasil, mas em todo o mundo, as pessoas se transformam em pequenos e microempresários, com condições de melhor utilizar seus recursos.

O INSS e o Ministério do Trabalho e Emprego, ao perceberem isso, estão fiscalizando as empresas prestadoras de serviços dessas áreas e as multando, porque isso fere a legislação e camufla contratação que foge do previsto na CLT. Questionamos esses pontos juridicamente. Tanto o INSS quanto o Ministério do Trabalho e Emprego estão extrapolando seus posicionamentos, uma vez que não lhes sabe definir o vínculo empregatício - isso cabe à Justiça do Trabalho - e, portanto, não podem definir, de antemão, a vinculação dessas pessoas.

Estou citando *en passant* esses aspectos, porque o trabalho de desoneração da folha evitará esses problemas. Como foi dito, a desoneração da folha facilitará a vida não só dos empresários mas do próprio trabalhador, diminuindo todo o arcabouço trabalhista, que hoje emperra nossas atividades econômicas: Isso facilitará o funcionamento das cooperativas. Os questionamentos jurídicos ou elaborados pelo legislador serão respondidos se desonerarmos totalmente a folha, não só em relação aos 20% do INSS, mas a todas as demais contribuições: Sesc, Senac, Sebrae etc.

Aliás, o setor de serviços já está fazendo a desoneração. Temos ações ganhas na Justiça contra o recolhimento do Sesc, Senac e Sebrae, estamos auto-controlando esse processo de arrecadação sobre a folha de pagamento e não estamos recolhendo em São Paulo. Algumas empresas, em âmbito nacional, também estão entrando na justiça e ganhando as ações, desonerando a folha de pagamento e, por conseguinte, tendo menos encargos.

Essa cruzada da Câmara dos Deputados - não digo santa, porque existem vários problemas; e não somos do Talibã - é a favor do bem econômico do País. Lembro a Vossas Excelências que a desoneração da folha será muito importante para as negociações internacionais, Mercosul, Alca, OMC e União Européia. Em qualquer acordo que fizermos neste momento, se não levarmos em conta a carga tributária existente sobre a produção e a prestação de serviços, não teremos nenhuma condição de competir com empresas internacionais.

O acordo da ALCA, previsto para 2005, é depois de amanhã - não pensem que demorará acontecer. Se não nos prepararmos para enfrentar a concorrência quando da abertura de mercado, de modo a que possamos competir com as outras empresas, seremos, como comentado pelo Deputado Roberto Argenta, mero prestador de serviços, simplesmente disponibilizando mão-de-obra, servindo aos interesses de eventuais empresas instaladas no País com melhores condições para competir. Assim, não teremos o almejado funcionamento empresarial, com empresas fortes estabelecidas no País, sejam multinacionais ou nacionais.

A questão da folha é relevante e nacional. Ela deve ser considerada pelo Congresso Nacional e, principalmente, pelo Executivo. Dizer que não podemos fazer isso, porque todo o arcabouço arrecadatário seria penalizado não é verdadeiro. Segundo observações aqui apresentadas, temos condição de fechar essa equação. Tanto o tributo sobre o faturamento quanto sobre a movimentação financeira são possíveis. Com esses valores conseguiremos manter o INSS.

Peço ao Dr. Valdir Moysés Simão que estude essa questão profundamente. Provavelmente, não teremos INSS nos próximos anos em função da ineficiência e da impossibilidade de arrecadação. É claro que a melhoria da máquina arrecadatária e a apenação dos maus contribuintes é obrigação do INSS. Mas não adianta fazer co troles e fiscalizações; não adianta Vossas Excelências pensarem em como cercar essas questões, porque há coisas insubstituíveis. A pessoa faz isso porque não há outra alternativa. Quando isso ocorre, ela usa qualquer expediente para sobreviver. Hoje, o emprego é o seu oxigênio. Então, ela tentará trabalhar de qualquer maneira ou usará qualquer tipo de alternativa, seja legal ou ilegal.

Portanto, repito, não é criando controles, informatizando etc., que melhoraremos a arrecadação. A arrecadação do INSS tem de ser feita, mas de forma diferente. Deve ser iniciativa do próprio INSS e do Ministério do Trabalho e Emprego trazerem a esta Casa e aos empresários alternativa fora da folha de pagamento. A melhor reforma que o INSS e o Ministério da Previdência e Assistência Social poderiam fazer seria a desoneração da folha, sem que sobre ela incidissem impostos. É importante trazer essa discussão à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e aos órgãos da iniciativa privada abertamente, sem necessidade de julgar se isso beneficiará a X ou a Y. Deve-se criar estrutura que efetivamente possa resolver o problema da arrecadação e do déficit previdenciário.

Doutor Valdir Moysés Simão. Vossa Senhoria disse que 20% de sua arrecadação são feitas por outros órgãos, como se fosse uma prestação de serviço, questiono essa prestação de serviços do INSS. Não cabe ao INSS fazer prestação de serviço para a iniciativa privada, nem fazer arrecadação de outros órgãos. Não cabe também ao fiscal, quando da fiscalização de uma empresa, inserir multas e juros no auto de infração das arrecadações indevidas que não forem feitas sobre a folha de pagamento, inclusive Sesc, Senac, Sebrae etc. Caberia, sim, a separação desses procedimentos, porque cada entidade deveria fazer sua estrutura, ou pelo menos ter seu modo de arrecadação, principalmente para a iniciativa privada, porque Sesc, Senac e Sebrae são entidades privadas, portanto, não pode o Governo fazer a prestação desse serviço.

Gostaria muito que o Governo fosse ao meu cliente e cobrasse as duplicatas em atraso por meio do sistema de fiscalização, como prestação de serviço. Aliás, gostaria de saber quanto o INSS ganha pela prestação de serviço sobre as arrecadações desses itens. Soube que é aproximadamente 1 %. Não sei se é verdade; se for, essa porcentagem é irrisória, porque, só para administrar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a Caixa Econômica Federal cobra 4%.

Evidentemente, tudo isso constitui processo ao qual estamos atentos. Essa questão de o Governo prestar serviço a privados não é válida, foi um decreto antigo, que está esquecido. Particularmente, por intermédio da Federação de Serviços, pretendo questionar o trabalho feito pelo Governo em relação à arrecadação e à fiscalização. Com esse dinheiro, o Governo fiscaliza, cobra, multa e entra na dívida ativa da empresa se ela não pagar. Temos de entrar com uma ação judicial para que esses recursos sejam retirados da dívida ativa da empresa no caso do não-pagamento.

Agradeço imensamente à Comissão o convite e me coloco à disposição dos senhores. Foi dever da federação apresentar o projeto da desoneração na época em que a Comissão tratava da reforma tributária.

Muito obrigado.

O SR. OOORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Prezado Sr. Luigi Nese, a exposição de Vossa Senhoria foi extremamente importante. Dispus-me a reunir-me com o Dr. Valdir Moysés Simão e com a Dra. Leda Amaral de Souza, competente Coordenadoria-Geral de Arrecadação. Sei que o Governo Fernando Henrique Cardoso não tem tido muito êxito na divulgação de seu trabalho. É um Governo que faz gol e, às vezes, não o divulga. O Refis, conquista de todos nós, do qual tive o privilégio de ser o mentor, é exemplo disso.

Houve dificuldades nesse programa, porque, na primeira versão, ficou a abertura de sigilo bancário e, depois, garantias reais. Com isso, aconteceu a retração dos contadores. Os contadores não orientavam o contingente de clientes e até ficaram assustados com isso. Depois, houve extraordinária resistência dos advogados tributaristas, que iriam perder suas causas. Mesmo no Parlamento fomos pressionados - eu, particularmente, recebi muitos recados. Em seguida, houve a corpo ração do próprio sistema de arrecadação, os inspetores, enfim, todo o sistema reagiu a isso. Um pequeno número de empresas aderiu ao Refis. 126 mil. Observamos que algumas empresas em dificuldades querem a reabertura do programa. E estamos provocando a reabertura do Refis.

Senhor Luigi Nese, se tivéssemos um mecanismo para tanto, seria inteligente enviar a milhares de empresas nacionais questionário, como forma de pesquisa. Propus ontem ao Presidente do Sebrae - aqui presente - que constituíssemos uma ouvidoria nacional da pequena e microempresa, para que pudéssemos ter noção do que está acontecendo em lugares distantes. Por quê? Se realizássemos a pesquisa, verificaríamos o contingente de empresas nacionais contaminadas com débitos hoje impagáveis. Por tudo o que o senhor disse, Dr. Luigi Nese, multas, juros, correção. trata-se de número extraordinário. Mais do que isso: contaminamos uma geração de empreendedores. Não se inventa empresário. Existe hoje enorme contingente de empresários - e isso precisa ser quantificado - que não querem que os filhos sejam empresários. Existem hoje empresários que, para tentar resolver o problema, contaminaram toda a família, envolveram o pai, o filho, o tio, que vêm seus nomes no Cadin. endividados. Essas pessoas têm suas vidas estragadas, porque não poderão montar nenhum negócio, a não ser clandestino.

Não queremos, de maneira alguma, impedir a relevante ação da fiscalização nacional em todas as esferas, municipal, estadual e federal.

O SR. DEPUTADO ROBERTO ARGENTA - Senhor Presidente, permite-me Vossa Excelência um aparte?

O que Vossa Excelência apresenta é extremamente importante. Estamos aniquilando os empreendedores.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Uma geração de empreendedores.

O SR. DEPUTADO ROBERTO ARGENTA - Quem gera emprego não é o Estado, tampouco o município. é o empreendedor, que estamos aniquilando. Se isso é interesse externo, não sei, mas estamos aniquilando os empreendedores do Brasil. Filhos de empresários não querem mais ser empresários, querem trabalhar como autônomos, não querem ter empregos. As pessoas não querem mais ter carteira assinada.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Eles querem se empregar no Governo. agora a solução é procurar o Governo. Com a Lei de Responsabilidade Fiscal. os Governos não podem empregar. Eles estão querendo emprego que lhes dê segurança e partem para o Estado.

Sou Parlamentar novato na Casa. mas todos sabemos que os Parlamentares sempre ajudaram as pessoas a conseguir emprego. Hoje estamos empregando empresários quebrados, ajudando filhos de empresários que não querem ser empresários. querem ir para o Estado. mas o Estado não pode empregar. Contaminou-se uma geração de empreendedores.

A Lei de Responsabilidade Fiscal chegou a este País com quinhentos anos de atraso. A lei de responsabilidade empresarial está contemplada há muitos séculos, desde que surgiu o primeiro comerciante no mundo, porque, se ele não for bom comerciante, falirá. Estamos com muitos séculos de atraso; só agora elaboramos a Lei de Responsabilidade Fiscal no Brasil.

Não queremos impedir a fiscalização. Agora, está acontecendo hoje humilhação de pequenos empresários. Os fiscais estão cada vez mais penhorando bens de pequenos empresários, constringendo-os, ameaçando-os como depositários infielis. porque, no desespero, essas pessoas acabam dando algum bem. E são todos pequenos empresários, todos em situação grave. Contaminamos uma geração de

empreendedores no Brasil - repito.

Na Bahia, retiro dois pequenos empresários por ano da cadeia. Houve um dia em que, conforme contei a Vossas Excelências, fiquei postado de pé ao lado da Polinter, porque, se eu saísse, eles encarceravam a pessoa. Vejo pequenos empresários chorando, humilhados, porque foram depositários infielis. Na Baixa do Sapateiro, há o caso de um homem que abriu um negócio, mas teve de vender seus bens para comer, porque sua empresa quebrou, e ele foi preso como depositário infiel.

Não entendo nada! Quando se implementa o Proer, quando os bancos brasileiros têm os melhores resultados na História do Brasil e do mundo, quando os juros nominais aqui ficam em 19% e, em 3%, nos Estados Unidos, não se tem uma política voltada à geração de emprego, à produção, ao incentivo ao surgimento de geração de empreendedores, o que me preocupa muito. Com toda essa briga pelo poder no Brasil, uma briga partidária, pessoal e de vaidade, não estamos dando a atenção devida a esses temas. Temas como a desoneração da folha de pagamento, abordado pelos nossos amigos do INSS - aliás, o trabalho de organização do sistema que o Dr. Waldeck Omélas fez foi fantástico -, têm de ser discutidos com coragem e espírito totalmente desarmado.

Vem sucessão presidencial por ar; o País pára no ano que vem. Já estamos com a economia desgastada por causa da crise na Argentina e nos Estados Unidos. E não estamos apresentando solução para o emprego. O problema do Brasil é falta de foco.

Enquanto pequenos e médios empresários forem caso de polícia, não há sarda para o Brasil, porque a fiscalização é feita por um oficial de Justiça que, acompanhado de um policial, diz: "Se não me atender, você será preso". Enquanto as empresas não forem a solução do País, enquanto o Estado for mais forte que o sistema produtivo ou a sociedade, o Brasil não encontrará respostas para sua crise.

O SR. DEPUTADO ROBERTO ARGENTA - Senhor Presidente, quem é mais forte que o Estado é o sistema financeiro. lamentavelmente não temos foco, é verdade, e a questão do emprego fica a ver navios.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Quando há um sistema financeiro forte, um sistema estatal extremamente poderoso, a sociedade e o setor produtivo ficam fragilizados.

Como se busca o equilíbrio, como sair dessa equação? Estamos numa armadilha. Se qualquer um de nós perguntar qual a perspectiva para nossos filhos, teremos de resolver enfrentando essa situação, mas isso não ocorre. E agora vê-se a busca de poder no Brasil. Será um final de ano complicado, e no ano que vem haverá eleições. Como ficam as empresas, os empregos, num País de 180 milhões de pessoas? Esta mos nos tornando uma Índia.

Devolvo a presidência dos trabalhos ao Deputado Marcos Cintra. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Reassumindo a presidência dos trabalhos desta reunião, gostaria de dizer que, antes de iniciar os debates, mencionarei alguns dados e a relevância desta discussão que estamos empreendendo na Comissão de Economia, Indústria e Comércio. Ressalto aos senhores presentes que, além dos deputados componentes da Mesa, só há um deputado no plenário: o Deputado Jairo Carneiro, a quem agradecemos pela inteligência, pela pertinência e, sobretudo, pelo patriotismo.

Precisamos despertar a consciência de todos, inclusive do Congresso Nacional, para a relevância do tema. Todos estamos devendo algo à sociedade brasileira, à Nação. Não estamos discutindo apenas números, Dr. Valdir, ou como financiar a Previdência. Existem várias opções, inúmeras opções, diria até infinitas opções. Estamos discutindo algo muito mais sério, muito mais grave, muito mais pertinente: o modelo de País que queremos ter. Precisamos encontrar resposta para a seguinte pergunta: Afinal de contas, o que vale mais neste País, o homem ou nossas estatísticas? A quem devemos atender, ao brasileiro, ao trabalhador, ao cidadão de nosso País ou à comunidade financeira internacional, que deseja apenas verificar a solvência ou não de nossas contas e de nossos números? Ninguém jamais me poderá acusar de nacionalismo ou de xenofobia, mas essas perguntas, nós, brasileiros patriotas, temos de responder e não estamos respondendo adequadamente.

Havia dito em outra reunião que, infelizmente, sofremos de algo muito sério chamado Síndrome de Estocolmo, aquele fenômeno em que o seqüestrado acaba pensando com a lógica do seqüestrador. Não estamos mais pensando como brasileiros, mas com outra lógica, que não nos interessa. Tão prisioneiros e seqüestrados estamos que começamos a pensar sob o império dessa outra lógica e não estamos atentando aos nossos verdadeiros interesses. É por isso que no Brasil temos 37,3% de incidência tributária e para fiscal sobre o fator trabalho, que deve ser o objetivo, a meta, o fim de toda política econômica.

Disse o Deputado Roberto Argenta muito bem: há uma crise energética, tira imposto de energia elétrica; há uma crise de petróleo, tira imposto de petróleo. Ontem votamos nesta Casa isenção de PIS e Cofins para o gás. No entanto, pagamos 37% sobre o fator trabalho, sobre folha de salários. Setor esse que tem 10, 15, 20% de taxa de desemprego, com salários aviltantes. Na Argentina é 32%, também está na contramão da história; no México, 24%; nos Estados Unidos, 21%; na Irlanda, 12%.

Não é à toa que foi distribuído, na reunião passada, com este mesmo tema, trabalho elaborado pela CNI que mostra as despesas de contratação de pessoal na área de produção, comparando o Brasil com várias outras alternativas. Nos Estados Unidos, as despesas de contratação, incluindo despesas tributárias, são de 9.3%. Ou seja, sobre o salário pago ao trabalhador, que ele leva para casa para gastar consigo, com sua família, com educação, com saúde, com sua instrução, 9.3% são adicionados. A média dos Tigres Asiáticos é de 11.5%; do Japão, 11.8%; do Paraguai - aí começa a subir, quanto mais pobres os países, aparentemente mais se tomam prisioneiros da Síndrome de Estocolmo - 41%; do Brasil, 103.46%. logicamente, alguns países têm essa taxa mais elevada, como a Alemanha, 60%; França, 79%.

O que estamos discutindo não é meramente uma questão de números, um mecanismo de funcionamento ou de custeio do sistema previdenciário. Temos de optar em função do País que desejamos construir.

Prestando homenagem ao Deputado Jairo Carneiro, concedo a palavra a Sua Excelência.

O SR. DEPUTADO JAIR CARNEIRO - Obrigado, Sr. Presidente. Meus cumprimentos a Vossa Excelência, aos membros da Mesa e a todos os presentes.

Estou plenamente de acordo com todas as manifestações que ouvi em defesa da nobre causa do trabalho, em favor da cidadania brasileira. Gostaria que tudo isso convergisse para a reflexão do Dr. Valdir Moysés Simão, que, creio, na Mesa, é o único representante do Poder Executivo.

A sensação que temos é a de que, quando alguém se põe na posição de máquina arrecadadora, passa a acreditar que a função primordial do Estado é arrecadar e que a do fiscal é a de descobrir como obter mais recursos financeiros para o Estado. Não serei repetitivo, mas, por trás de tudo isso, existe a filosofia de manutenção do poder político, no momento em que pode submeter multidões a expedientes que são acintosos à dignidade da pessoa humana. A distribuição de cesta básica e o pagamento de bolsa-escola, que até podem ter nascido de intenção elevada, são mecanismos de manutenção da submissão e de humilhação das pessoas. Isso tem muito a ver com eleição. O povo, despreparado e inculto, agradece a Deus o recebimento daqueles mantimentos em suas casas, dos quinze reais para seus filhos frequentarem a escola.

Precisamos modificar esse perfil de governo. Precisamos de pessoas que tenham compromisso com a prosperidade nacional.

Se é possível enxergar que existem políticas adultas, civilizadas, de incentivo ao desenvolvimento de uma região pobre para que gere empregos, ou de fomento da atividade econômica, qualquer que seja o setor, para que possamos ampliar o parque fabril, incentivar o comércio, o setor de serviços, a agricultura ou a pecuária, seria inteligente que, em determinado instante, reduzíssemos a carga tributária diferenciadamente. Sabemos que a resposta será muito maior e positiva para o desenvolvimento e a circulação da riqueza no País.

Infelizmente, o Governo não enxerga desse modo, e embutida está na sua filosofia de manutenção do poder a submissão das pessoas.

Gostaria de ouvir do nobre Dr. Valdir Moysés Simão sua filosofia, o que está dentro do seu coração e da sua inteligência. Se, de algum modo, Sua Senhoria concorda com o que o que foi dito amplamente, com os dados numéricos fornecidos pelo Deputado Roberto Argenta e até onde pode contribuir para modificar o pensamento desses setores, que são conservadores, sectários, incrustados dentro do Poder.

Obrigado.



Da esquerda para a direita, Deputado Gerson Gabrielli, Vice-Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio; Valdir Moysés Simão, Diretor de Arrecadação do Instituto Nacional de Seguridade Social e Fetter Júnior, Deputado Federal pelo PPB/RS

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Parabéns, Deputado. Emocionou-nos a toda sua lúcida observação. A provocação de Vossa Excelência indica que a nossa expectativa é a de que o Dr. Valdir Moysés possa nos ajudar a fazer a revolução dos pequenos.

O SR. VALDIR MOYSÉS SIMÃO - Vou tentar responder a todas as questões ou provocações, como disse o Dr. Marcos Cintra, apesar de não considerar os argumentos do Dr. Luigi Nese provocações. É muito bom quando ouvimos falar da eficiência do nosso sistema de fiscalização, e, na verdade, Sua Senhoria colocou isso em xeque, mas vou tentar responder de forma bastante ampla, apresentando um pouco da minha filosofia de trabalho à frente da Diretoria de Arrecadação.

Sou servidor público por opção e por vocação. Sou auditor fiscal da Previdência Social. Algumas coisas citadas me atingem, não só enquanto dirigente, mas também enquanto profissional. Em quatorze anos de auditoria fiscal, já fiscalizei muitas empresas no interior do Estado de São Paulo, no setor calçadista, como em Novo Hamburgo. Há um ano na Diretoria de Arrecadação, até pela proximidade hoje com o Poder Central, por saberem que estou trabalhando em Brasília, tenho convivido com experiência bastante interessante. Moro em uma cidade pequena, as pessoas me procuram constantemente querendo saber o que deve fazer o trabalhador que está tentando se aposentar para ter reconhecido o tempo em que trabalhou sem carteira assinada, há 30 anos. Como faz para convencer seu empregador a manter o seu registro na carteira, sendo que não tem nenhum poder de negociação com relação a isso?

Então, há o lado do empresário, o pequeno empreendedor, e o lado do empregado, que algumas vezes sente dificuldade até em obter aquilo que é mínimo para sua sobrevivência.

O Brasil ainda não tem a cultura de poupar para as situações de infortúnio. É responsabilidade dos gestores, servidores da Previdência, não ter o foco único na arrecadação. Não trabalhamos assim. Disse muito bem o Deputado Marcos Cintra que a nossa contribuição é vinculada e precisamos desses recursos para financiar o pagamento de 20 milhões de pessoas atualmente. Precisamos convencer quem está no mercado de trabalho a contribuir com a Previdência para que, no futuro, tenha condições de sobrevivência e não dependa de assistência do Estado, do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios. Essa é uma questão bastante relevante.

Todo o trabalho feito na Previdência tem essa filosofia de proteção social. Não é, portanto, uma mera questão estatística ou de equação entre relação de receita e despesa. Há preocupação, sim, de oferecer proteção social.

Disse, no início, que reconheço que a nossa contribuição é alta, mas isso se deve a questões até conjunturais da época da Constituição de 1988. As alíquotas de base de cálculo estão há doze anos no mesmo patamar. Todo o esforço que vimos fazendo é no sentido de ter melhor gestão na Previdência - alguns resultados Vossas Excelências devem estar acompanhando - e de fazer com que tenhamos mecanismos para garantir o recebimento do benefício aos trabalhadores brasileiros. Para isso, foi instituído, há dois anos, instrumento muito eficiente chamado Gefip, em que são registradas todas as remunerações individuais.

Hoje temos condições - Vossas Excelências têm acesso a essa informação na página da Previdência - de ter todos os vínculos e remunerações de todos os trabalhadores, que podem acompanhar os dados e que sabem que isso vai ser utilizado para o pagamento da sua aposentadoria no futuro. Esse instrumento não serve só para registro dessas remunerações. É também um instrumento em que a empresa declara o que deve à Previdência.

Estamos implementando um sistema de cobrança automática das empresas que não estão honrando com o pagamento da sua contribuição.

Pagar contribuição à Previdência é visto, em qualquer lugar do mundo, como algo muito sério. Existem países, como a Espanha, em que a penhora não é judicial se uma empresa não paga as contribuições, é administrativa. Na Inglaterra, a empresa que não paga a sua contribuição é apenas criminalmente. O nosso sistema penal ainda não tem essa previsão.

Então, existe diferença entre deixar de pagar uma contribuição que tem finalidade vinculada, no caso a proteção social, feita pela Previdência, e deixar de pagar um imposto. Toda a nossa estratégia de gestão é no sentido de utilizar essas informações para melhor administrar a Previdência, até porque, pelo número de auditores fiscais que temos, não é possível fiscalizar todos os contribuintes, que são mais de 2 milhões. Portanto, os pequenos contribuintes não são o nosso foco, nosso objeto principal.

Para Vossas Excelências terem idéia de números, só no primeiro semestre deste ano nossa fiscalização já lavrou 10 mil notificações fiscais, que somam 5 bilhões de reais. É lógico que estou falando de números concentrados em grandes contribuintes, independentemente da atividade econômica, inclusive do sistema financeiro.

Talvez a grande preocupação seja com a nossa capacidade de administrar essa dívida. A dívida total da Previdência Social é muito alta, hoje em torno de 117 bilhões de reais. A nossa arrecadação é de 63 bilhões de reais. Boa parte dessa dívida, quase 50%, é composta por débitos já parcelados; só o Refis conta com 40 bilhões de reais.

Já respondendo em parte à pergunta do Deputado Gerson Gabrielli, o Refis representa receita mensal em torno de 40 milhões e são em torno de 30 mil contribuintes que fazem esse parcelamento conosco.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Senhor Valdir Moysés, desculpe interrompê-lo, mas informo a Vossa Senhoria que está havendo votação nominal do PPA na sessão no Congresso Nacional. Então, os Deputados estão tendo de ir ao plenário. Os Deputados Marcos Cintra, Jairo Carneiro e Roberto Argenta estão saindo agora, mas vão voltar.

E, já que o interrompi. quero apresentar um dado também sobre a empresa chamada Lojas Santana, na Bahia, que acompanhei de perto e que tinha 2.300 funcionários. 60 lojas e 10 franquias. O empresário acabou no roldão dos problemas econômicos, a empresa entrou em parafuso, e ele estava tentando um equacionamento junto aos fornecedores. O Deputado Argenta deve ter sido um dos que levou um tombo com o problema de pagamento dessa empresa, que recebeu a fiscalização do INSS. porque estava devendo 10 milhões de reais. Fizeram um planejamento de pagamento, mas, mesmo assim. o fiscal a multou em mais 20 milhões de reais. Então, o débito de 10 milhões passou para 30 milhões de reais. O que foi que o empresário fez? Pediu falência, demitiu 2.300 funcionários e fechou as 60 lojas.

O SR. VALDIR MOYSÉS SIMÃO - Concordo que estamos fazendo isso. Existe uma questão que, para mim, é básica: se o empresário deixar acumular a sua dívida, ele perde a sua capacidade de pagamento.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Doutor Valdir, antes de sair também, cito outro dado sobre a arrecadação. Vossa Senhoria deve saber mais do que nós que o índice de arrecadação apontado pelo Dr. Everardo Maciel, competente profissional na sua área. que faz bem o que tem de fazer. vem batendo recorde. Resolvemos. na Comissão de Economia, Indústria e Comércio, decodificar esse crescimento de 4% e esse crescimento de arrecadação.

Para a nossa surpresa, são de empresas de grande porte. multinacionais que compraram empresas brasileiras quebradas a preços vis, compraram empresas ba- ratas; e elas tem um *lobby* muito forte não só dentro do Congresso, como têm um contingente de advogados e uma política fiscal voltada para não ter muito lucro no Brasil. O que sobra, eles mandam para fora; realizam lucro em mercados fora do País, eles tem data marcada para sair do Brasil e realizar o lucro no México. na Argentina. enfim. em outros países: eles realizam prejuízo aqui e vão ter lucro financeiro em outro lugar.

O que estou dizendo é que Vossa Senhoria tem toda razão, Dr. Valdir. quanto a termos de fazer uma revolução. estabelecer uma política voltada para a média, pequena e microempresa no Brasil. Vossa Senhoria tem toda razão. Acredito que Vossa Senhoria, que é muito sério e muito respeitado pela sua comunidade. pode marcar sua gestão, que sei que é profícua, com a sua visão:, sua experiência e sensibilidade de homem que vem de cidade do interior de São Paulo e que vê de perto os dramas. É como lhe disse há pouco: aqui não há política partidária. ninguém está fazendo política partidária. não há ninguém contra nada; estamos a favor das coisas, queremos saída para os problemas, queremos alternativas. Aqui não há ninguém contra, a turma do "não" não veio para esta Comissão. aqui queremos dar um "sim" a um País que precisa ter perspectiva.

O SR. VALDIR MOYSÉS SIMÃO - Portanto, nossa dívida, de alguma forma. é equacionada. mas a estratégia que temos tentado adotar - e estamos construindo toda a infra-estrutura inclusive tecnológica para isso - é de identificação imediata do não-pagamento da contribuição, evitando que dívidas se acumulem. Sabemos que, para a empresa que acumula dívida de um ano de contribuição, o pagamento é muito difícil de ser efetuado, a não ser que tenha utilizado esse recurso para aplicar em Outras coisas que foram mais rentáveis.

É lógico que não estou falando da maioria das empresas, mas há aquelas que acabam desviando os recursos para aplicar inclusive fora do País. Temos experiências nesse sentido. Mas aquela empresa que é séria e acabou tendo dificuldades, se deixar acumular dívida, com certeza perde a sua capacidade de pagamento. Temos de zelar para que ela não deixe de pagar a dívida.

Existe também trabalho que a nossa fiscalização faz junto aos empresários de convencimento, demonstrando que aquilo é para a Previdência Social. Os 20 milhões de pessoas que recebem benefícios previdenciários compram calçados fabricados pelo senhor e vendidos pelo lojista, e boa parte dos municípios brasileiros, hoje tem economia movimentada pelos benefícios previdenciários. São, só neste ano, quase 76 bilhões de reais que a Previdência arrecada para várias famílias, e boa parte delas depende desses recursos para a sua sobrevivência. Portanto, há também essa nossa preocupação social.

Quanto ao ponto levantado pelo Dr. Luigi Nese acerca da arrecadação dos outros órgãos, quero informar que a alíquota é de 3,5%, e, na verdade, não se trata de decreto esquecido. Não. Isso é previsto na Lei nº 8.212, de 1991, a Lei de Custeio da Previdência, e esse dispositivo, o art. 94, foi alterado em 1997 por outra lei, se não me engano, a de nº 9.878. Então, isso é previsto, o INSS arrecada contribuição para essas entidades, que têm a liberdade, inclusive, de ter a sua arrecadação própria, principalmente o Sistema S, que prefere arrecadar somente dos grandes contribuintes e acaba fazendo isso. Não sei se é viável para o empresário ter; além do fiscal do INSS, o fiscal do Incra, do salário-educação, do Sesc, do Senai, do Sebrae, do Sesi, do Senai, na sua empresa periodicamente. Então, talvez seja questão de racionalização dessa atividade.

Percebo que a desoneração da folha sem duvida passa por discussão sobre a fonte de financiamento da Previdência, mas não é o único problema e talvez não seja o maior. Ficou muito claro, pelas observações do Deputado Roberto Argenta, que há estudos que demonstram que ela é onerada em 200% - o Deputado Marcos Cintra citou número um pouco diferente. Não há consenso inclusive com relação à metodologia para se apurar isso, mas o fato é que a nossa contribuição é de 20% sobre a remuneração, e acredito até que, mantida essa estrutura de financiamento e com todas as reformas que já foram feitas no sentido de ajustar o valor do benefício à contribuição vertida, a tendência é essa alíquota ser reduzida, mesmo sobre a folha de pagamento. Agora, penso que a Diretoria de Arrecadação, sem dúvida alguma, pode subsidiar com informações e colaborar em estudos que aperfeiçoem essa forma de financiamento. Penso que talvez a forma como está sendo proposta não seja a mais adequada no momento, e, com certeza, isso teria um impacto muito grande no próprio INSS, e, aí, sim, como disse o Dr. Luigi, poderíamos caminhar para a não-existência do órgão. Isso nos preocupa. Com certeza, não poderíamos concordar com isso.

Volto a dizer que a própria Emenda Constitucional nº 20 trouxe a possibilidade de aperfeiçoamento, as questões aqui abordadas e os intensivos de mão-de-obra com a tecnologia podem ser balizadores para essa discussão. Com relação a isso, estamos abertos, já me comprometi com o Deputado Gerson Gabrielli em me reunir com Sua Excelência, para subsidiar com números e tentar buscar uma forma que seja vista pela Previdência como viável ou adequada.

Acredito que consegui comentar quase todos os pontos, não sei se existe mais alguma questão a ser feita.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Peço desculpas, pois me ausentei para votar, e não sei se Vossa Senhoria se manifestou sobre a questão, também anuncia- da por outro colega, relativa ao eventual tratamento diferenciado, taxas diferenciadas por setores ou segmentos de atividades como instrumento de política de fomento ao desenvolvimento.

O SR. VALDIR MOYSÉS SIMÃO - Isso está previsto - e a isso me referia - no art. 195, § 90, que trata da possibilidade de alíquotas e bases de cálculos diferenciadas em função do uso intensivo de mão-de-obra e também em função da atividade econômica.

Esse ponto não foi plenamente discutido, ainda não há consenso na própria Previdência acerca disso, fez-se referência, alguém teria dito que máquinas não se aposentam. Essa é uma questão que pode ser discutida e amadurecida. Pessoalmente, digo que é possível se fazer um ajuste, e teríamos as informações necessárias para que houvesse o correto balanceamento entre utilização de mão-de-obra e contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Quero agradecer muito ao Dr. Valdir Moysés Simão a participação e enfatizar, com toda a força possível, o grande trabalho e a boa vontade que Sua Senhoria tem apresentado todas as vezes em que procurei reiterar o espírito público e de colaboração do Dr. Fernando Fontana, Presidente do INSS, que, em momento algum, deixou de nos atender e sobretudo de compreender o espírito daquilo que estamos tentando levar ao INSS.

De modo que quero agradecer muito a Vossa Senhoria a presença e reiterar meu reconhecimento a sua competência e a sua ajuda.

Logicamente, o Dr. Valdir Moysés Simão tem uma missão a cumprir, Sua Senhoria hoje é responsável pela arrecadação do INSS, de modo que tem visão profissionalmente correta do problema, mas não perdeu, em momento algum, o espírito público e a compreensão mais ampla do problema que estamos tentando discutir com Sua Senhoria.

Receba, portanto, Dr. Valdir a homenagem desta Casa e a leve também ao Dr. Fernando Fontana, que tem sido um Presidente exemplar e sempre muito receptivo a todas as nossas reivindicações.

Passo a palavra ao nobre Deputado Roberto Argenta para suas considerações

finais.

O SR. DEPUTADO ROBERTO ARGENTA- É claro que qualquer empresa gostaria de ter o Sr. Everardo Maciel como chefe de cobrança, enfim, vamos dizer, até sendo o chefe da fiscalização do INSS, onde Suas Senhorias executam aquilo que está determinado na lei e são competentes. Não é esta a questão que estamos discutindo. Na execução das dívidas, existem exageros, mas isso faz parte da lei. Quem faz as leis são os Deputados, e a máquina arrecadadora deve cumpri-las. Não estamos aqui para discutir a forma; a lei deve ser implementada e executada.

É verdade que os benefícios pagos pela Previdência Social são importantes para todas as cidades. Em muitas cidades, as lojas têm movimento apenas no dia em que os aposentados recebem. As pequenas cidades dependem basicamente do pagamento da Previdência Social, porque ele movimentava o comércio. Enfim, em relação a essa visão, não estamos exatamente discutindo isso.

O que é extremamente importante e foi levantado aqui pelo Dr. Valdir Moysés Simão é começarmos a pensar numa diferenciação de contribuição para os setores que mais empregam, já teríamos grande avanço se pensássemos nisso. É necessária

a Previdência? É. Entendo, porém, que a arrecadação não deveria ser sobre a folha de pagamento, mas, sim, sobre o faturamento, sobre o lucro. Porque, caso contrário, sempre nós, pequenos e médios empresários nacionais, vamos perder para a competição internacional. E eles já têm juros mais baratos e mais tecnologias! Vamos perder sempre. Aí é que digo que seremos meros prestadores de serviços.

Que País queremos? Esta também é uma questão extremamente importante. Quanto aos salários, depende de como abordamos a problemática. Pode-se dizer que se há um encargo para o empregado de 27% do Imposto de Renda, mais 10% de INSS, chega-se a 30%, 35%, que é descontado do empregado. O cálculo que faço é o seguinte: de um salário líquido de 5 mil reais, ele custa para a empresa 15 mil reais. Digamos, 7.500 reais é o salário nominal dele, menos 2.500 reais de descontos - eu fiz a conta de 100% de encargos, e já está em 105%.

Quando falamos de encargos, não é somente a Previdência. O que entendo é o seguinte: O que o funcionário quer no final do mês? O que resolve o problema do funcionário? O dinheiro no bolso. Senão vamos transformar todas as pessoas no final em, como disse o Deputado Jairo Carneiro, dependentes do Estado. Uma nação somente será forte com cidadãos fortes, com cidadãos independentes. Seremos dependentes de um outro país, de um outro hemisfério. enfim, nunca seremos livres. E a liberdade de um país começa pela liberdade e pela força do seu cidadão. Não existe país forte com cidadão fraco. O brasileiro é um cidadão fraco, é dependente; a empresa brasileira é fraca, e o Brasil é um País fraco! Por quê? Nós somos fracos! O cidadão é fraco!

Quando dizemos que temos de priorizar o trabalho do brasileiro e a sua renda, estamos priorizando o Brasil e as empresas brasileiras, sim. Precisamos do capital internacional, sem dúvida, mas nós é que temos de comandar! A China tem capital internacional, mas quem comanda aquele país são os chineses! Aí está a diferença. Talvez a China seja hoje o único país livre e independente do mundo, livre no sentido de grande dependência internacional. E é um país que tem empresas. Aliás, a China cresceu no momento em que tiveram não somente as empresas públicas, mas como empreendedores chineses também. E eles valorizam muito o empreendedor chinês.

Parabenizo mais uma vez os Deputados Marcos Cintra e Gerson Gabrielli. Este é um tema extremamente importante, e, se soubermos ter a inteligência de conduzi-lo, poderemos dar passos importantes para o Brasil.

Nos Estados Unidos, 05 encargos sobre a folha são de 9%, e o salário médio é extremamente elevado. Se quisermos ter salários elevados, deles temos de tirar impostos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Agradeço ao Deputado Roberto Argenta a participação.

Passo a palavra agora ao Dr. Luigi Nese para suas considerações finais.

O SR. LUIGI NESE - Agradeço ao nobre Presidente, Deputado Marcos Cintra. Quero fazer alguns questionamentos. Embora o Dr. Valdir Moysés Simão, infelizmente, esteja dando uma entrevista neste momento, vou fazer assim mesmo. Hoje, para diminuir os encargos sociais sobre a folha de pagamento existem vários subterfúgios: o vale-refeição, o vale-transporte, distribuição de lucro, tudo isso foi criado praticamente para que haja possibilidade de diminuição dos encargos sobre a folha de pagamento, além de outras coisas mais, como as cooperativas etc. Então, tudo isso é um processo de busca de alternativas para a diminuição dos encargos e que onera a própria administração da empresa. Por que fazer tudo isso e não estudar uma alternativa de desonerar essa folha e trabalhar num processo alternativo sobre faturamento ou via sistema financeiro?

Nada contra a fiscalização, pelo amor de Deus. Entendo que o INSS está fazendo o seu trabalho: aliás, o sistema todo de arrecadação melhorou muito, até o setor de Serviço contribuiu para o processo de arrecadação na fonte por intermédio do prestado r de serviço, o problema dos 11%, procedimento a que fomos totalmente favoráveis. Não temos nada contra isso. O INSS não pode hoje preocupar-se em manter a estrutura atual. Por isso pedi ao Dr. Valdir Moysés Simão e ao próprio Ministério que estudem proposta alternativa. Porque, do jeito que está, não há condição: a equação não fecha de maneira nenhuma! E isso não foi dito. Em conversa com vários Deputados, alguns que foram Ministros, falou-se que realmente a conta não vai fechar nunca. Entro, por que já não se trabalha em cima de alternativa proposta pelo próprio Governo e - quem sabe? - com o apoio de toda a sociedade? Esse é o meu questionamento e o meu desafio.

Peço aos Deputados que continuem com essa luta, porque, por esse meio, vamos chegar à solução - e espero que não tão tardiamente, quando já não haja mais empresas pelas quais lutar.

Digo isso por sentir que, nos próprios programas de alguns partidos que fazem parte da Câmara dos Deputados, existe a intenção de se inserir esse ponto. Alguns programas de eventuais presidenciais já estão divulgando esse tipo de coisa. Realmente, está havendo movimento e aceitação dessa premissa. Se isso foi iniciado e está sendo agregado a outros setores, é muito importante que vá para a frente e que haja a defesa desses interesses, porque essa, como o Deputado Roberto Argenta disse, é efetivamente uma modificação de mentalidade.

O Deputado Jairo Carneiro comentou exatamente a possibilidade de, na condição de cidadão, um funcionário nos apresentar alternativa acerca dessas considerações.

Agradeço imensamente à Comissão o convite. Nós, da Federação dos Serviços do Estado de São Paulo e da Confederação Nacional de Serviços, estamos à disposição para debater o assunto e apoiar qualquer iniciativa no sentido da exoneração da folha de pagamento no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) -Agradeço ao Dr. Luigi Nese e o parabeno também pela excelente revista de serviços que a Federação de Serviços do Estado de São Paulo está promovendo.

Para encerrar o debate e fazer a conclusão dos trabalhos, passo a palavra ao nobre Deputado Gerson Gabrielli.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Meu querido Deputado Marcos Cintra, quero registrar a honrosa presença do Bispo Hamilton Gomes, da Igreja Renascer em Cristo, de Salvador, e do Bispo Geraldo Tanuto Filho, de São Paulo, que é Vice-Presidente da Fundação Renascer. É uma honra tê-los aqui.

Quero agradecer ao Deputado Federal Fetter Júnior, do PPB do Estado do Rio Grande do Sul: ao Deputado Federal Germano Rigotto, também do Estado do Rio Grande do Sul: ao Deputado Federal Roberto Argenta, também do Estado do Rio Grande do Sul: ao Sr. Valdir Moysés Simão, Diretor de Arrecadação do Instituto Nacional de Seguridade Social: ao Sr. Luigi Nese, Presidente da Federação dos Serviços do Estado de São Paulo, a presença e dizer que vamos insistir nesse tema.

Nosso desejo é fazer doze seminários, dos quais quatro serão feitos em alguns Estados do Brasil. Como disse, ouviremos o setor laboral, o setor patronal, pessoas da sociedade e o Governo. Queremos insistir na tese de que não se inventam empresários nem empreendedores. Queremos possibilitar a acessibilidade da criação de uma geração de empreendedores que se realizem efetivamente por meio do trabalho e das empresas.

Como disse, não queremos, em nenhum momento, inibir a ação da fiscalização federal, municipal ou estadual. O que queremos é justiça fiscal, para que possa- mos gerar justiça social.

Temos conversando muito com o Deputado Marcos Cintra, e vamos trabalhar inclusive com outros parlamentares. Esse é um tema técnico, que precisa ser perseguido de maneira consistente, com fundamentação, e, muitas vezes, isso não encanta muito o Congresso, porque este está em busca do poder. Estamos próximos a uma eleição presidencial, quando já começam a se reagrupar os setores aqui representados, e estamos perdendo de vista a reestruturação econômica e social do Brasil. Estamos muito vulneráveis com esse link com a comunidade internacional, vulneráveis a crises como as da Argentina, dos Estados Unidos e de outros países, estamos vendo passar a possibilidade de salvarmos ainda uma geração de empreendedores literalmente contaminados, não por culpa deles, mas pela imperícia de homens e algumas mulheres que dirigiram a economia brasileira nos últimos 20 anos.

Com certeza, mereceríamos, meu caro Jairo Carneiro, competente Deputado Federal da Bahia, melhor destino em relação ao setor produtivo brasileiro. Vinte anos de imperícia na gestão econômica do País Planos, mudanças de Ministro, de pacotes e de moeda; foram muitas as intervenções, vivemos até situação em que o ex-Presidente José Sarney - todos nos lembramos disso - ensinou a cidadania ao contrário, ao dizer que ser cidadão era chutar porta de supermercado e mandar prender gerente de supermercado! Se os empresários não entrarem na agenda nacional como solução, porque geram emprego, renda e receita, não sei o que será deste País. Teremos um País de pessoas empregadas, um Estado que não pode em- pregar mais e uma geração de desempregados que vão acabar com as empresas. Este é o drama nacional.

Gostaria, ainda, Dr. Valdir, que fizéssemos juntos profunda reflexão sobre a pequena e a microempresa no Brasil.

Falou-se aqui que avançamos com o Estatuto da Pequena Empresa e com o Refis, mas estamos sendo perseguidos por ação de procuradores, de agentes que es- tão penhorando os bens, com ameaças de prisão, e temos um problema muito sério: os nossos filhos não querem mais tomar-se empresários, porque estão assustados com os dramas sociais gerados pelas dificuldades econômicas; eStamos ten- do problemas seriíssimos, Dr. Luigi, porque as nossas entidades estão virando cemitério de empresários. O grande número de ex-empresários pedindo emprego é algo extremamente grave e sério. É o "Movimento dos Sem-Empresa".

Então, temos de procurar uma forma de desarmar os espíritos e sairmos em busca de indicativo de equacionamento para os dramas nacionais por intermédio do emprego.

Falou-se aqui da carga tributária, meu caro Deputado Marcos Cintra. Só faltou um imposto aí, que talvez seja um dos mais pesados no Brasil: o imposto da ilusão. Temos uma parte da sociedade brasileira que pega todo o seu recurso e joga na Mega Sena, no Topa 1\ldo por Dinheiro, no Show do Milhão etc. Quer dizer, a turma, em vez de estar procurando emprego, de se realizar no trabalho, gerando renda, está apoStando o que tem. Este virou um País de jogatina patrocinada pelo Governo Federal. É preciso mudar; e isso não será mudado pelos Governos nem pelo Governo. Porque, como disse o nosso querido Deputado Jairo Carneiro, parece aquela coisa de pão e circo, de *panem et circenses*, que, em nossa geração, foi a prática adotada por alguns regimes equivocados, mas principalmente pela necessidade do controle social, por meio de sistemas extremamente humilhantes, como cesta básica e o Pro- grama Bolsa-Escola. Não queremos bolsa-escola, não queremos vale-transporte, não queremos vale-geladeira, vale-pão, vale-cueca, vale-meia. Queremos emprego! Queremos empresos Para isso, devemos ter o foco e o perseguir; ter coragem I E isso não encanta o Congresso Nacional. Este é o problema.

Eu dizia, meu caro Deputado Jairo Carneiro, que a estrutura de poder no Brasil foi feita ao longo de 20 anos, e boa parte dos Parlamentares para cá veio representando poderosas estruturas de Estado. Então, vieram para cá para resolver o problema dos seus estados, não o do setor produtivo, da sociedade ou do cidadão. E esse é um problema sério, que sentimos aqui no dia-a-dia. Vossa Excelência sabe disso. O foco não é a empresa nem o emprego. O foco é a manutenção de um Estado pesado, um Estado arrecadador, rico e que controle a sociedade. Aí vêm aqueles programas clientelistas, fisiológicos, quer dizer, um negócio terrível para controlar a sociedade brasileira. Precisamos quebrar essas amarras.

E esta Casa tem o dever de aprofundar isso. Vamos insistir, sob a liderança do nosso querido Deputado Marcos Cintra, nesse tema da desoneração da folha de pagamento.

Outro tema que abordamos na semana passada nesta Comissão foi a evasão de cérebros versus desenvolvimento, a vergonhosa taxa de investimento em tecnologia, investimento no homem e na taxa dos bolsistas. Então, temas como esses, que são nacionais, devem e serão perseguidos por esta Comissão.

Foi triste verificar o pessoal do Governo tentar, com seus números, explicar aqui por que um País com 180 milhões de pessoas tem apenas 31.500 bolsistas. E, se vier a Alca, aí é que estaremos ferrados: vamos virar um País dependente.

(Não identificado) - Isso em oito anos.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Em oito anos, claro. Então, esses temas devem ser considerados pelo Congresso Nacional. E, repito, a minha preocupação, quando estamos prestes a definir a divisão do poder no Brasil pelos partidos, é a de que esses temas relevantes, agendas de prioridade nacional, fiquem à margem da discussão nacional. E estamos deixando a vida, que é o projeto de Deus, em segundo plano. Quando vemos o Presidente da República, Dr. Fernando Henrique Cardoso, priorizar a moeda e não o homem; quando se priorizam acordos internacionais e não o homem, que é o projeto de Deus, ficamos preocupados com o futuro do Brasil. Quando vemos que não se prioriza a empresa, que gera o emprego, ficamos igualmente preocupados.

Então, creio que é um compromisso que temos - eu, o Deputado Marcos Cintra e esta Comissão -, o de perseguir esses temas. Vamos provocar debates importantes como este no Congresso Nacional e nos Estados, debates sobre temas como o da biodiversidade e do patrimônio genético da União, cuja Comissão estou presidindo. Todos ficamos assustados quando ouvimos depoimentos não só do CNPq, como de outros órgãos do Governo, órgãos e setores indígenas, sobre o que está acontecendo com a Amazônia. esse rolo compressor da UDR que está aqui e que quer desmatar ainda mais o Brasil. Quer dizer, se não puxarmos esses temas para discuti-los corajosamente e aprofundar essas questões, não haverá saída para o Brasil.

Sintetizando, nos lugares em que tenho ido, tenho dito que existe um conjunto de parlamentares que atua suprapartidariamente e que está modificando um pouco do perfil deste País. Infelizmente, esse grupo não é percebido pela mídia, porque a mídia só quer escândalo, só quer coisa triste, mau exemplo, mau referencial. Há pouco conversava com os Deputados Marcos Cintra e Roberto Argenta sobre isso: precisamos arranjar mecanismos para reverter a agenda da mídia nacional, porque só se noticia seqüestro, roubo, coisa podre. O Fernando que seqüestrou Sílvia Santos está dando autógrafa, virou estrela. Está preso e virou estrela. Imaginem: não se vê na mídia nacional o Dr. Marcos Cintra, um dos Parlamentares mais competentes, mas se vê o Fernando seqüestrando e dando ibope.

Eles não querem ser Vos- sa Excelência. Deputado Marcos Cintra. querem ser o Fernando. o Pareja.

Então. há necessidade de esta Casa ter compromisso com uma agenda. Quero dizer que estou muito contente. meu caro e competente Presidente.

Deputado Marcos Cintra. querido amigo paulista - e seus conterrâneos de São Paulo estão aqui - por estarmos provocando mudança no perfil do Congresso Nacional a partir desta Comissão de Economia. Indústria e Comércio. sob a sua competente liderança. Muito obrigado.

Com a vênua do nosso Presidente. Deputado Marcos Cintra. declaro encerrada a reunião.

Está encerrada a reunião.



Da esquerda para a direita, José Pastore, Professor de Relações do Trabalho da Universidade de São Paulo - USP; Deputado Gerson Gabrielli, Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio; Deputado Marcos Cintra, pelo PFUSP e Vinícius Lummertz Silva, Diretor-Técnico do Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresas - SEBRAE Nacional

28-11-2001

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Declaro abertos os trabalhos do seminário sobre a desoneração da folha de pagamentos, realizado pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

Já se encontra ao nosso lado o nobre Sr. José Pastore, professor de Relações do Trabalho da Universidade de São Paulo - USP.

Convidamos para compor a Mesa o professor e nobre Deputado Marcos Cintra, um dos expositores desta manhã.

Aguardamos a presença do Dr. Luís Roberto Ponte, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

Este é o quarto seminário que a Comissão de Economia, Indústria e Comércio vem promovendo sobre a desoneração da folha de pagamentos. A orientação de nosso Presidente, o nobre Deputado Marcos Cintra, de acordo com o nosso calendário, é de que faremos dez ou doze seminários e apresentaremos à Casa uma proposta supra partidária da Comissão, para que avancemos na discussão de tão apaixonante, necessário e urgente tema para a economia brasileira.

Registramos as presenças do Dr. Vinícius Lummertz Silva, Diretor-Técnico do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE, dos assessores do Sebrae Nacional e também do Diretor-Executivo da Abase.

Passaremos imediatamente a palavra ao Prof. José Pastore, que disporá de vinte minutos para a exposição.

O SR. JOSÉ PASTORE - Cumprimento a Mesa, por intermédio da ilustre pessoa do Deputado Gerson Gabrielli, os demais parlamentares presentes e os participantes deste seminário.

Dividirei esta curta exposição em duas partes. Na primeira parte, exponho os atuais custos de contratação do trabalho no Brasil. Na segunda parte, comentarei o Projeto de Lei nº 5.483, de 2001, que está na pauta da Ordem do Dia da Casa. Não foi votado ontem, mas provavelmente será examinado hoje.

Se o Presidente me permite, gostaria de apresentar algumas transparências.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Por favor.

Informo a presença do nosso companheiro Manoel Alexandre, Diretor da Abase.

O SR. JOSÉ PASTORE - Não sei se está visível para todos, gostaria de começar com as despesas de contratação de ordem legal no Brasil.

(Segue-se exibição de imagens.) Por força da Constituição e da CLT, a contratação legal no Brasil implica uma despesa total de 103,46% do salário nominal. Isso é decomposto de que maneira? No primeiro capítulo, o das obrigações sociais, a despesa é de 36,30%: 20% para o INSS, Previdência Social; 8,5% para o Fundo de Garantia; 2,5% para o salário-educação; em média, 2% para acidentes de trabalho; 1,5% para promoção social; 1% para educação; 0,60% para o Sebrae; e 0,20% para o Incra.

É evidente que a empresa tem despesas na remuneração do tempo não trabalhado. Ela contrata uma pessoa para trabalhar 220 horas, mas, evidentemente, tem de conceder férias, descanso, que é parte da lei trabalhista, e tem um custo. O re- pouso semanal, por exemplo, para os trabalhadores horistas implica despesa de 18,91% do salário; as férias de trinta dias, 9,45%; o abono de férias, 3,64%; os feria- dos, 4,36%; aviso prévio, 1,32%; auxílio-enfermidade, 0,55%-aqueles dias que o trabalhador fica por conta da empresa antes de, uma vez doente, ficar por conta da Previdência Social. O que soma, nesse segundo capítulo, 38,23%.

Ainda há outro capítulo de tempo não trabalhado, abrange o 13º salário, que é 19,91%; a despesa de rescisão contratual, que foi aumentada de 40% para 50% do Fundo, passa a 3,21%, o que totaliza 14,12%. As inadiências acumulativas- uma vez que a lei obriga incidir todas as despesas do Grupo A sobre o Grupo B, significam 13,88% do salário, e a incidência do novo Fundo de Garantia de 8,5% sobre o 13º salário implica 0,93% - são 14,81%. O que totaliza 103,46%.

Então, uma empresa, ao contratar um trabalhador com um salário de mil reais, tem um custo de 2 mil e 30 reais em salário mais as despesas indiretas geradas pela legislação. Não estou chamando isso de encargos, que é uma palavra polêmica, estou chamando de despesas, e realmente são despesas; queira ou não, a empresa tem de desembolsar essas verbas.

O trabalhador também tem as suas despesas, também sofrerá 10% de desconto da Previdência Social; desconta a contribuição sindical, que é um salário por ano; terá desconto de Imposto de Renda. Portanto, o trabalhador não leva 1 mil reais para casa, leva, talvez, 850 reais. Então, para a empresa ele custa 2 mil e 30 reais, mas só leva para casa 850 reais. Essa é a primeira constatação.

O Brasil, ao estabelecer esse tipo de regulamentação, optou por muita despesa e pouco salário. O salário no Brasil é reconhecidamente baixo em termos nominais. Vamos comparar, usando a mesma nomenclatura que utilizei na transparência anterior, nossas despesas com a de outros países. Enquanto o Brasil tem 103,46%, a França, que é o país mais regulamentado do mundo, tem 79,70%; a Argentina, que é do Mercosul, 70,27%; a Alemanha, 60%; a Inglaterra, 58,80%; a Irlanda, 56%; a Itália, 51,30%; a Holanda, 51%; o Uruguai, outro parceiro do Mercosul, 48,06%; a Bélgica, 45,40%; Luxemburgo, 41,70%; o Paraguai, também outro parceiro do Mercosul, 41%; o Japão, 11,8%; a Dinamarca, 11,6%; os Tigres, em média, 11,5%; os Estados Unidos, 9,03%. Então, o Brasil fez a opção por mais despesas e menos salário. Nos outros países, principalmente os mais avançados, gasta-se muito mais com o salário.

Poder-se-ia perguntar que diferença existe entre isto e o que ocorre no Brasil. A grande diferença é que todas essas despesas decorrem de direitos constitucionais ou previstos na CLT, direitos inegociáveis, fixos. Naqueles países, as despesas são menores e a maior parte é negociável.

Que diferença há entre gastar 2 mil reais com um bom salário e 2 mil reais sendo metade com salário e metade com despesas? Por que será que os países avançados optaram por um salário maior e uma despesa menor e nós fizemos a opção contrária? Por uma razão muito simples: quando empregador e empregado se reúnem para negociar, o empregado quer remuneração e o empregador quer produtividade. A melhor maneira de trocar remuneração por produtividade é a maneira direta, sem complicações no meio. Ao trocar produtividade por remuneração, os dois saem ganhando: o empregador pagará mais, mas terá mais produtividade: o empregado ganhará mais e, em consequência, produzirá mais. Não há intermediário, a negociação é praticamente direta.

No Brasil, a negociação é feita com muita intermediação. O empregador argumenta que está pagando 2 mil e 30 reais e o trabalhador reclama que só está levando 850 reais para casa. A empresa gasta 2 mil e 30 reais com um empregado que ganha apenas 850 reais e tem de produzir o equivalente a 2 mil e 30 reais. Logicamente, o trabalhador raciocina que a conta está toda errada, que a sua produtividade deve corresponder aos 850 reais que leva para casa.

O cume da questão não é o valor, é a natureza da despesa. É uma despesa inegociável e não pode ser trocada por nada. Uma vez que não é trocada por nada, não há negociações sadias. Esse é o quadro do Brasil.

O que acontece, em decorrência desse quadro, é que um pequeno número de trabalhadores é contratado com essas proteções, a grande maioria está no mercado informal, sem nenhuma proteção. Por quê? Porque nenhuma delas pode ser negociada. A empresa e o trabalhador, muitas vezes, preferem fazer no mercado informal as negociações que a lei não permite no mercado formal. Nenhuma dessas despesas pode ser negociada.

Se o empregador quiser negociar com o trabalhador, por exemplo, o parcelamento do abono de férias, não pode. Se quiser trocar o abono de férias por um convênio médico para o pai e a mãe do trabalhador, não pode, mesmo que seja de seu manifesto interesse, mesmo que as duas partes se ponham de acordo. Não é possível. não é permitido, é ilegal, pode detonar ações trabalhistas.

O Brasil não é campeão apenas nos encargos ou despesas de contratação. também é campeão em ações trabalhistas. Temos 3 milhões de ações na Justiça do Trabalho. Os Estados Unidos tem apenas 75 mil ações trabalhistas. A França está apavorada porque atingiu 70 mil ações trabalhistas. O Japão tem 1.500 ações trabalhistas. Isso gera o chamado custo do conflito, difícil de contabilizar. Por quê? Porque 510 direitos inegociáveis.

o projeto de iniciativa desta Comissão visa substituir a verba de 20% recolhida na folha de pagamento por outra base. É interessante explorar essa idéia, embora ela não seja muito comum. A maioria dos países recolhe seguridade sobre a folha de pagamento.

Quero deixar sublinhado aos nobres Parlamentares que isso se refere aos 20%, talvez mais os 2% de seguro-acidente. A empresa vai continuar raciocinando em termos de 103,46%, que é o total. Seria suficiente para diminuir a informalidade? O que mais precisaria se feito?

O Projeto de Lei no 5.483, de 2001, discutido ontem na Câmara dos Deputados, que está gerando tanta polêmica, vem complementar o que esta Comissão propõe. O projeto, em vários itens dos Grupos B, C e D, mantém os direitos, mas permite a negociação. O projeto proporciona uma abertura para atingir esse mercado informal constituído pela maioria dos trabalhadores brasileiros, pela maioria dos eleitores brasileiros.

Se o Presidente me permite, quero fazer, nos minutos que me restam, alguns comentários sobre o projeto da Mesa.

No Brasil, a Constituição, a CLT e a jurisprudência da Justiça do Trabalho geram uma grande inflexibilidade para se negociar direitos trabalhistas. Vimos naquela tabela que não é possível negociar nada, as relações de trabalho são muito legalistas e instigam conflitos. Obviamente, se todo direito deriva da lei, qualquer violação do direito tem de ser levado à Justiça do Trabalho. É por culpa da lei, e não do juiz ou da Justiça, que há 3 milhões de processos trabalhistas. A lei instiga o processo, instiga a ação, instiga o conflito. Por que no Japão só há 1.500 ações? Porque naquele país a lei estimula o consenso, o acordo, o ajuste entre as partes.

No Brasil fala-se muito da necessidade de se combater a desigualdade social. Todos queremos isso. Mas, infelizmente, ao elaborar as leis, muitas vezes, com toda a boa vontade, com toda a intenção de diminuir a desigualdade social, acabamos por aumentá-la.

Tomemos, como exemplo, essa lei em discussão. Hoje, no Brasil, há 70 milhões de trabalhadores. Desses, apenas 28 milhões estão protegidos pelos direitos constantes daquela tabela. Quarenta e dois milhões não estão protegidos porque não têm carteira assinada, não têm vínculo empregatício, não têm nada. Este é um dado da Previdência Social: 60% da força de trabalho não têm vínculo com a Previdência Social. De cada dez trabalhadores brasileiros, quatro são protegidos e seis não. Mesmo esses quatro não têm todas as proteções. Mesmo no mercado formal é muito comum a sonegação, o sub-registro. Quantas são as empregadas domésticas que recebem 300 reais e têm registrado na carteira um salário de 180 reais, um salário mínimo, sobre o qual recolhem suas contribuições à Previdência Social? Essas trabalhadoras não têm todas as coberturas. No gozo de uma eventual licença maternidade, receberão durante os quatro meses apenas 180 reais mensais da Previdência Social, porque este é o salário constante da sua carteira. Isso acontece com o garçom, com o ajudante do comércio, com o motorista, com o trabalhador rural etc.

Precisamos ser realistas. São pouquíssimos os que tem a cobertura total, são funcionários da Petrobras, da Volkswagen, da Votorantin, do Bradesco. Esse é o primeiro dado que precisamos ter. Se somarmos os cidadãos que estão no mercado informal com os desempregados, veremos que dois terços dos nossos cidadãos são excluídos dessa proteção. Dependem apenas do seu destino. Se o camarada fica doente no mercado informal, não tem licença remunerada para se tratar. O que acontece com um empregado que fica doente no mercado informal? É despedido. Além de perder a saúde, perde o emprego. O patrão não quer empregado doente. E quando é despedido por qualquer motivo, não tem o Fundo de Garantia, que o sustentaria durante um ou dois meses; não tem seguro-desemprego, que é uma instituição do mercado formal, só quem esteve empregado no mercado formal tem direito a seguro-desemprego. Quem está no mercado informal nunca vai ter esse direito. Ou quando ficar velho, não terá direito à aposentadoria. Quando ele morrer, não deixará pensão para a viúva.

A exclusão de dois terços dos brasileiros do mercado formal de trabalho é uma realidade brasileira. E é muito mais grave do que o próprio desemprego. Sem falar nos prejuízos daí decorrentes à Previdência Social, porque alguns direitos, como os senhores bem sabem, são universais, a Previdência tem que bancá-los. É o caso, por exemplo, do trabalhador informal que contrai uma tuberculose e demora três meses para ser curado em hospital do SUS com dinheiro da seguridade social, para a qual ele não contribuiu. Isso arrasa com os cofres da Previdência e, o que é mais grave, com a dignidade humana.

O mais interessante é que essa grande maioria, na elaboração legislativa, fica à mercê da minoria. Nunca vejo trabalhadores informais participarem de audiências públicas no Congresso Nacional. Eles não têm sindicato, organização, estrutura. Quem é convocado para os debates? Em geral, professores universitários, presidentes das Confederações da Indústria e do Comércio, presidentes da CGT, da CUT e da Força Sindical. Somente os incluídos participam dos debates.

A legislação de proteção precisa ser feita também para os excluídos. Não falta trabalho para esses 42 milhões de brasileiros que estão no mercado informal, falta-lhes proteção. Eles estão trabalhando, mas não possuem qualquer proteção. Na hora de discutir a legislação, são chamados a vir a esta Casa os que estão numa cidadela guamecida pela própria legislação, que não querem que o excluído seja incluído. E a legislação acaba sendo rejeitada - parece-me que está para acontecer com esse projeto. Significa o quê? Significa manter os excluídos como estão; ou seja, seguir o seu destino, viver na exclusão. É um problema que os Srs. Parlamentares conhecem muito bem, porque é um problema de natureza política, de representatividade.

Além da falta de interesse na inclusão, há os interesses econômicos dos incluídos. Quem costuma protestar contra a idéia de se poder negociar direitos Advogados trabalhistas, juízes, comunidade jurídica, dirigentes sindicais *etc.* Estes vivem do conflito. A aprovação de uma legislação como esta que está sendo examinada agora pela Câmara dos Deputados, evidentemente, vai possibilitar muito mais acordos e convenções coletivas no Brasil.

Mesmo que demore - acredito que demorará -, a mudança não se dará de uma hora para outra, ninguém vai começar trocando férias, coisas mais complicadas, começará com as mais simples. Vão considerar, por exemplo, a hora noturna de 60 minutos - a CLT considera a hora noturna de 52 minutos e não permite negociação quanto a isso. Talvez negociem a hora de almoço, reduzindo-a para saírem mais cedo. Negociarão coisas desse tipo, menores. Mas, mesmo sabendo que as mudanças no mercado de trabalho são lentas, os incluídos não querem a aprovação de uma legislação desse tipo, porque se houver mais acordos e convenções haverá menos conflito. Haverá no Brasil muito menos ações trabalhistas que as hoje existentes, em torno de 3 milhões.

Srs. Parlamentares, o brasileiro cumpre convenção e acordo coletivo, respeita aquilo que negocia. Contam-se nos dedos as ações trabalhistas por descumprimento de acordo. O que é negociado é respeitado. Então, diminuirá mesmo o conflito. É preciso considerar que há uma parcela dos incluídos que tem interesses pessoais e econômicos, que até são justificáveis, porque, afinal, é a profissão de cada um. E, é claro, entre os incluídos estão funcionários de empresas estatais, servidores da administração direta, celetistas, funcionários das fundações, autarquias e vários outros que têm o privilégio de ser protegidos integralmente por aquele direito.

O projeto de lei em tramitação objetiva uma coisa muito simples: manter válidos os atuais direitos, mas permitindo a negociação em torno deles. Hoje, esse tipo de negociação é anulada pela Justiça.

Por exemplo, no meio rural a hora de trabalho começa a contar do momento em que o trabalhador é apanhado em casa pelo ônibus. Alguns ficam sessenta minutos, outros quarenta e cinco, outros vinte, outros dez. De acordo com o projeto, se os trabalhadores resolverem, podem acordar que sejam considerados, na média, quarenta minutos. Isso não lhes é permitido.

Há muitas coisas que poderão ser negociadas, sem nenhuma revolução. É este o espírito do projeto. Mas os incluídos não querem abrir espaço para os excluídos. Não é a primeira vez que isso acontece. Já foram contra a conciliação prévia que esta Casa aprovou. Por quê? Por causa do conflito. Foram contra o rito sumariíssimo. Por quê? Porque não tramita em muitas instâncias na Justiça. Foram contra o prazo determinado. Só ficaram a favor quando a contratação individual passou a ser atrelada à contratação coletiva, por meio da voz e da ordem do beneplácito sindical. Então, não é a primeira vez que as pessoas que combatem o neoliberalismo praticam o mais deslavado neocorporativismo, prática dos incluídos. Mas o Brasil não é só dos incluídos, é também dos excluídos. Os incluídos ficarão como estão. Será que a Volkswagen, a General Motors, e a Ford vão querer repetir sempre esses acordos que foram feitos outro dia, mesmo quando estiverem vendendo bem, quando estiver tudo dando certo? Nunca houve desrespeito nesse sentido. Aquilo que é acordado é respeitado.

Se a Câmara rejeitar o projeto, no meu modesto entendimento, estará acentuando a desigualdade social, porque vai piorar a vida dos excluídos.

Quarenta por cento dos recursos do seguro-desemprego, por exemplo, não vão para os empregados pobres, vão, comprovadamente, para os de classe média e da classe média alta.

No caso das aposentadorias, por exemplo, principalmente as do setor público, a maior parte dos recursos é gasta com pessoas de renda muito alta, e não com pessoas de renda muito baixa.

O Ministério da Educação, no campo do ensino superior, gasta o grosso dos seus recursos com filhos de famílias abastadas, que poderiam pagar pelo ensino. Mas aí de quem ousar mexer com o seguro-desemprego, com a Previdência ou com o pagamento do ensino universitário. É a proteção da inclusão e a manutenção da exclusão, ou seja, neste País uma grande parcela da desigualdade social decorre da lei, sustenta-se na legislação ordinária e na Constituição.

Sei que a tarefa de V. Exas não é fácil, porque o projeto talvez não tenha sido bem explicado, foi objeto de um terrorismo de informações, de sustos. Disseram às pessoas que perderiam seus direitos, que seriam obrigadas a negociar as férias. Não há nada disso. A negociação é coletiva, envolvendo o sindicato. Disso resulta um acordo ou uma convenção coletiva, que deve ser lavrada.

A legislação trabalhista brasileira está obsoleta, toda baseada na lei, enquanto no resto do mundo, cada vez mais, o direito do trabalho se transfere da lei para o contrato, porque a economia é dinâmica, é móvel. A força de trabalho é heterogênea, as pessoas têm educação e necessidades diferentes, querem fazer outros tipos de arranjos profissionais. Não é possível manter uma legislação rígida numa economia dinâmica.

O pior é que quando analisamos quem são os excluídos, verificamos que são exatamente os grupos que mais precisam de proteção, ou seja, a nossa legislação deixa de proteger os que mais precisam ser protegidos. Quem são eles? Os menos educados, os mais jovens, os de meia idade, as mulheres e, finalmente, os trabalhadores rurais.

Para uma pessoa que tem menos de quatro anos de idade, a Previdência é um luxo. Para quem tem um diploma universitário, é a regra. E assim vai com todos os outros direitos. Essa maioria, além de ser uma maioria muito vulnerável, infelizmente, não tem sido chamada a opinar nem tem sido considerada na sua força política, se é que a tem.

Eu estou falando aqui numa Casa de pessoas que vivem e dominam o mundo político. Eu não devia nem me atrever a falar isso, mas se temos 42 milhões no mercado informal e mais uns 7 milhões de desempregados, estamos falando de 49 ou 50 milhões de brasileiros. Se houver um voto e meio em cada família, são 75 milhões de votos. Não sei se essa gente não pode ser esclarecida a respeito daquilo que a lei atual faz contra ela. E o pior é que os incluídos faturam exatamente em cima da exclusão: "Temos de combater a exclusão, a desigualdade" etc. Só que negam qualquer chance aos excluídos.

Os que estão protegidos por essa legislação obsoleta bloqueiam as tentativas de reforma, mantendo as desigualdades sociais. É um discurso que confunde muito os Parlamentares, a opinião pública, a imprensa. Infelizmente, acabamos constatando a falta de chance ao excluído também desta vez.

Sr. Presidente, para encerrar, gostaria apenas de citar alguns números.. Desses 42 milhões, 14 milhões trabalham por conta própria, não têm vínculo com a Previdência, não têm ajuda, não têm nada. Onze milhões são empregados, têm vínculo empregatício, trabalham em empresas, poderiam estar registrados, mas não estão. Seis milhões são trabalhadores sem remuneração. Três milhões e meio são empregadas domésticas não registradas. Três milhões são operários da construção civil. E mais de um milhão são empregadores, principalmente microempregadores, e alguns outros grupos vulneráveis.

Os estudos da Previdência mostram que 32% são jovens que têm entre 10 e 24 anos, dos quais uma grande parcela está trabalhando ilegalmente, porque a Constituição fixa em 16 anos a idade mínima para trabalhar. Não têm proteção porque a Constituição impede. A outra parcela poderia ter proteção, mas não tem.

Essa chamada legalidade integral, que é a da CLT, significa que se a empresa optar por um direito daquela tabela, tem de optar por todos. Ela não pode optar por um, dois ou três apenas. Se alguém quiser fazer uma previdência especial para os autônomos - aliás, já existe a categoria de autônomo, de contribuinte individual -, para poder atraí-los e inseri-los na empresa, não poderá fazê-lo, porque estará criando vínculo empregatício. Ele tem de pegar o pacote todo, de 103,46%, ou nada: ou gasta 103 ou zero. Mas, se ele gastar zero, deixará dois terços dos brasileiros na exclusão.

Estamos diante de uma situação cada vez mais grave. Em 1985, constatamos, na universidade, que a informalidade era de 40%, e houve um susto geral. Hoje, ela já atingiu as raias dos 60% e muitos têm medo da idéia de negociar para baixo: "Negociar para baixo não é perder?" A lei, agora, só permite negociar para cima. Há uma certa dificuldade em entender que, em muitas condições, negociar para baixo é a única saída para não perder. Assim fizeram, por exemplo, os trabalhadores da Volkswagen, que negociaram o salário para baixo para não perder o emprego. Negociar o pacote realista é a única maneira de se ter uma proteção parcial, para não ficar entre o 103 e o zero. Negociar para baixo é uma maneira de começar a entrar no mercado da proteção.

O tema deste seminário é um dos mais relevantes para o País no momento, porque diz respeito à vida da população e tem enormes desdobramentos. É claro que a deterioração social está ligada à criminalidade, ao déficit da Previdência e a outros fatores. É um problema grave.

Cumprimento, com muito respeito.. esta Comissão, em especial o Presidente, Deputado Marcos Cintra, e o Coordenador deste seminário, Deputado Gerson Gabrielli, pela iniciativa e seriedade com que estudam a questão.

Talvez possamos complementar a proposta com duas soluções parciais: a mu- dança de base da Previdência e a negociação. que seria amparada por esse projeto- não sei que destino este terá no dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Com a palavra o Dr. Vinícius Lummertz Silva. Diretor Técnico do Sebrae Nacional.

O SR. DEPUTADO DIVALOO SURUAGY - Sr. Coordenador. gostaria de fazer uma observação à Mesa. Lamentavelmente, na quarta-feira. como todos os Parlamentares sabem. te- mos vários compromissos. Sou Relator de um projeto na Comissão de Orçamento e de outro na Comissão de Educação. mas gostaria de fazer um apelo à sociedade para que se engaje na luta pela desoneração da folha de pagamentos.

Concordo plenamente, Prof. José Pastore, com o que você acaba de dizer, mas há um detalhe a ser considerado: estamos com excesso de população. Isso significa mão-de-obra barata. porque se qualquer empresário anuncia que precisa de dez funcionários na sua loja. aparecem mil pessoas. Então, a lei da oferta e da procura no mercado de trabalho joga o salário para baixo e cria todas essas distorções.

O primeiro problema. na minha opinião. é a explosão demográfica. Nasceram 70 milhões de brasileiros em trinta anos. Todo mundo se recorda daquela música de 1970, quando o Brasil foi tricampeão mundial de futebol na Cidade do México. que dizia: "Noventa milhões em ação. pra frente Brasil. do meu coração". Na virada do século, éramos 160 milhões. Nasceram 70 milhões na base da pirâmide.

Apesar disso. a classe média brasileira. inconscientemente. tem interesse na manutenção do statu quo porque - certa feita eu disse isto e quase fui agredido - tem um padrão de vida mais alto do que a americana e a européia. Ela pode ter uma empregada doméstica. um motorista, uma babá. A diferença salarial na Europa é de um para cinco ou um para seis, e não possibilita a absorção dessa mão-de-obra.

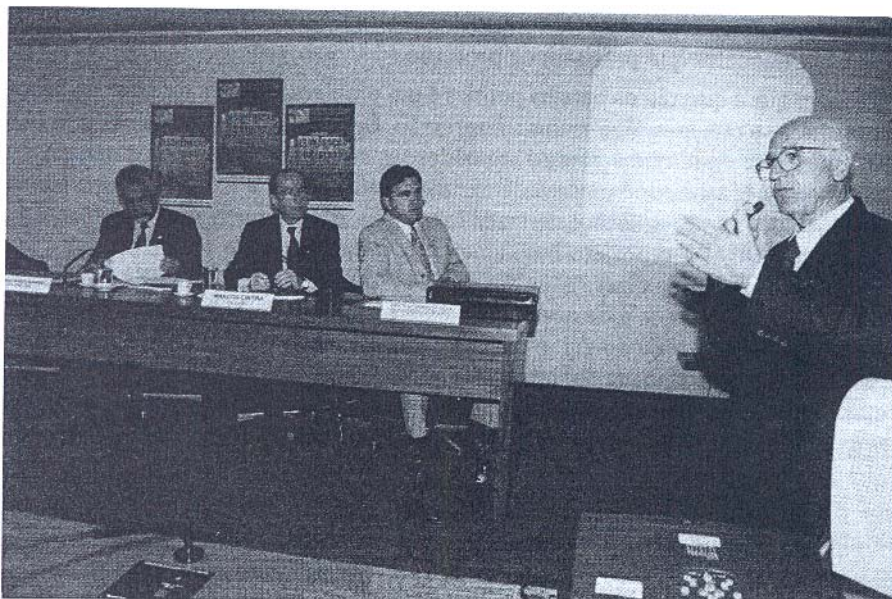
Esse quadro exige um esforço imenso de natureza publicitária. O Governo está perdendo 'porque não vendeu sua imagem na mídia. Votarei favoravelmente ao projeto. pois estou convencido de estar prestando um bom serviço à população brasileira. Grande parte da população. neste ano que precede o processo eleitoral, afirma que votará para retirar as férias e o salário-desemprego. É o que se diz em Alagoas, por exemplo.

É um absurdo, mas vou ter dificuldade para explicar. O Governo poderia ter feito uma montagem, para impedir o que aconteceu. O projeto deverá passar hoje, mas será uma luta renhida. Estou engajado nela. porque estou convencido da sua importância. mas muitos dizem que. apesar de o projeto ser maravilhoso. votarão contra ele. Se é maravilhoso, se é um avanço, por que votar contra? Porque há te- mor. Na contabilidade política. a moeda é o voto.

Estou falando com toda a franqueza. para ver se acordamos. Refiro-me primeiramente ao Governo, que precisa partir para uma campanha de esclarecimento. Quando o projeto for divulgado e esclarecido só um imbecil poderá ficar contra ele. Milhões de brasileiros mal-informados deixarão de votar com o Governo em função disso. Na minha opinião. o Governo perdeu a batalha da mídia.

Deixo este depoimento. Lamentavelmente, terei de sair, mas gostaria de ficar para acompanhar os debates.

Agradeço a você Prof. José Pastore a contribuição que oferece a todos nós, que é a confirmação de tudo aquilo em que já acreditávamos.



Da esquerda para a direita. sentados, Deputado Gerson Gabrielli, Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio; Deputado Marcos Cintra, pelo PFUSP; Vinícius Lummertz Silva, Diretor Técnico do Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresas - SEBRAE Nacional; e em pé. José Pastore, Professor de Relações do Trabalho da Universidade de São Paulo - USP

O SR. JOSÉ PASTORE - Deputado, permita-me um comentário. Eu já tinha muito respeito por V. Ex^a. Agora tenho mais ainda, em razão de seu espírito patriótico em favor daqueles que precisam de proteção.

Sei que a questão da batalha política é um problema para os que têm de buscar votos para se reeleger. Mas tenho a impressão, Deputado - desculpe-me fazer uma sugestão fora da minha área e desconsidere-a, se for besteira -, de que a grande maioria dos brasileiros é mesmo de excluídos. Não sei se V. Ex^a terá oportunidade de se candidatar à reeleição, de fazer campanha e disputar o pleito eleitoral. De qualquer forma, se o projeto infelizmente for rejeitado, não existe prato melhor para o político do que dizer: "Meu amigo, você, que está excluído, saiba que lutei na amara dos Deputados para que você tivesse carteira de trabalho assinada. Se você ficar doente, vai ter de amargar a doença sozinho, não vai ter salário, não vai ter proteção, não vai ter nada. Eu lutei para que você tivesse, mas outros lutaram para que você não tivesse. Quando você ficar desempregado, não vai ter seguro desemprego, porque não está registrado e não pode negociar o benefício. Eu lutei para que isso acontecesse".

V. Ex^a me desculpe o atrevimento, mas fiquei tão entusiasmado com seu depoimento que ousei dar minha opinião.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY - Vou acrescentar um depoimento negativo.

Nós, políticos, sabemos que esses excluídos, que V. Ex^a imagina que temos condições de sensibilizar, trocam voto por colchão, por dez ou vinte reais e não têm noção disso. Naquele momento, querem apenas receber o colchão ou uma importância ridícula em dinheiro. Isso favorece muitos políticos que vivem em razão da miséria, gastam um montante "x" e se elegem com facilidade.

Isso se chama subdesenvolvimento, lamentavelmente, o quadro é negativo. Mas não podemos ficar de braços cruzados. Temos de lutar contra isso.

O SR. JOSÉ PASTORE - Tenho a impressão de que Parlamentares como ~ exA têm competência didática e pedagógica para explicar essas coisas ao povo, que vai entendê-las.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY - Meu esforço é nesse rumo, mas no Nordeste, que o Deputado Gerson Gabrielli conhece bem, o quadro é esse. É terrível fazer campanha nessas condições.

Estou expondo essas idéias para mostrar que todos estamos sensibilizados com o problema. A informação que V.ª sa nos presta é de grande importância, principalmente para algumas pessoas sobre as quais tenho certa influência e que tentarei convencer hoje.

Temos de lutar, primeiramente, contra a base do problema: a explosão demo- gráfica. Enquanto não tivermos uma política de planejamento familiar responsável no País, teremos todas essas distorções e mazelas em nosso contexto social.

No Brasil, há quatro países dentro de um só, como V. S^a bem sabe - Nordeste, Centro-Sul, Extremo Sul e Amazônia -, todos milagrosamente unidos pelo idioma português.

Peço desculpas ao Presidente da Comissão, Deputado Marcos Cintra, e ao Coordenador deste seminário, Deputado Gerson Gabrielli, por ter me alongado, e agradeço a oportunidade de dar este depoimento.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Registro a honrosa presença do Deputado Luís Roberto Ponte, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Parlamentar que deixou nesta Casa a marca de seu compromisso com o País. É um grande idealista, defensor de causas importantes em benefício do povo e do setor produtivo brasileiro.

Neste momento, passo a palavra ao Dr. Vinícius Lummertz Silva, Diretor do Sebrae Nacional.

O SR. VINÍCIUS LUMMERTZ SILVA- Bom-dia a todos. Deputado Gerson Gabrielli, em nome de toda a diretoria do Sebrae, agradeço a V. Ex^a o convite para participar deste seminário.

Saúdo o Deputado Marcos Cintra, Presidente da Comissão, o Deputado Luís Roberto Ponte e o palestrante, Dr. José Pastore.

Início minha intervenção fazendo alguns comentários acerca do escopo mais amplo desta discussão, do ponto de vista do Sebrae.

Por um lado, somos parte interessada, sob o aspecto da manutenção da nossa própria instituição, uma vez que o Sebrae é um bem que vive do mal. Vou explicar como e, ao mesmo tempo, tentar ampliar a discussão sobre a desoneração da folha. Ela envolve a questão tributária, o papel de competitividade das pequenas empresas e a complexidade das novas relações e formas de trabalho que compõem o universo de ocupação no País, pelas razões históricas, estruturais e outras menciona- das pelo Prof. Pastore.

A pequena empresa formal brasileira é a que mais emprega os trabalhadores formais no País - 75% a 80% da população -, mas com uma participação muito pequena no Produto Interno Bruto, da ordem de 20 a 25%. A relação é mais ou menos inversa quando se olham as grandes e médias empresas, que detêm de 70 a 80% do PIB e empregam 20% dos trabalhadores. É nessa parcela c naquela não atingida pelo Simples - construção civil, profissionais liberais, instituições financeiras, representações imobiliárias -, que congrega um grande número de pequenos negócios, que a oneração da folha é mais sentida. Fora delas, é menos, pois o Simples cobriu um universo importante.

Quero falar sobre o Simples como uma experiência de ganha-ganha para a sociedade, da mesma forma como está sendo conduzida esta discussão. Ela não pode ser perde-ganha.

No que se refere à produtividade, a do trabalhador da pequena empresa é de 20% a 25%, se comparada à do empregado da média e da grande empresa. A primeira enfrenta várias dificuldades oriundas da questão tributária, da natureza informal do mercado e da pobreza cidadã no País. O conjunto de variáveis vai além da oneração da folha, até porque o Simples já está incluído. Assim, a pequena empresa acaba pagando mal, capacitando mal e acolhendo funcionários de todo o País, que, na área formal, são incluídos no SIMPLES. Nesse caso, a oneração da folha é menor ou não existe.

Outro ponto importante para a discussão é o fato de o número de empreendedores formais no País exceder em 300% ou 400% o número de formais. O valor varia, se usarmos os índices do Dieese ou outros. São quatorze ou quinze milhões de pessoas no País que empreendem fora da formalidade. Esse fato não tem relação direta com a oneração da folha, mas com outro conjunto de fatores que afetam a produtividade e inibem a ambiência empreendedora no País. Eles também deveriam ser discutidos, pois envolvem desde o registro de uma empresa, que custa entre quinhentos e seiscentos reais e pode chegar a dois mil reais, até o tempo de registro e assim por diante.

É evidente que as questões trabalhistas incluídas no Simples oneram o capital de giro das pequenas empresas. Temos no País, segundo informação trazida pelo Prof. Pastore, três milhões de ações trabalhistas que fazem a indústria do *turnover* empresarial, em que há advogados com mil, dois mil, três mil casos. São carteiras de ações trabalhistas! Muitas vezes, o melhor negócio para um trabalhador é a demissão, para fazer capital de giro, o que descapitaliza o pequeno e microempresário. Estou citando um fato real.

Além disso, o trabalhador autônomo informal- estamos fazendo estudos sobre o assunto - inclui 8,5 milhões de artesãos e milhares de empreendedores de toda natureza, que trabalham sem cobertura legal.

Deputado Gerson Gabrielli, é preciso analisar que, mesmo com o esforço da desoneração da folha, não abrigaremos todo o conjunto de trabalhadores informais. Não há essa correlação direta. Entre dez e quinze milhões de pessoas permanecerão de fora, desprotegidas. Se o SIMPIES for ampliado, repito, as grandes empresas não terão capacidade de absorver o mercado informal.

A título de comparação, a Itália tem mais empresas formais que o Brasil- cinco milhões -, com participação de 50% do PIB e de 50% das exportações. Nós temos quatro milhões e meio de empresas, com participação de aproximadamente 20% no PIB, como já mencionei, e participação muito pequena nas exportações. Se pensarmos em criar um quadro de igualdade de oportunidades para o cidadão brasileiro, será preciso considerar esse conjunto de fatores.

Vou mencionar mais um: o crédito. Acho que foi Gandhi quem disse que o crédito é um direito humano. Crédito é capital congelado, é trabalho congelado. No Brasil, 77% dos pequenos e microempresários não têm acesso a ele e nunca tocaram numa linha de crédito. Cito esse ponto para mostrar que a competitividade da pequena empresa decorre de um conjunto de fatores.

Quando se fala da questão tributária no Brasil, é impossível não tocar na injustiça do modelo como um todo, porque o consumidor do microempresário, via de regra, é das classes "C" e "D". É lógico que alguns produzem para mercados de alto valor agregado, mas, o fato é que o pobre produz para o rico e, o rico, para o pobre, mas quem distribui é o pequeno empresário, que tem a interface. Nela, o microempresário confronta-se com um modelo tributário que taxa o consumo do frango, do arroz e o uso do trator, num dos regimes de impostos diretos mais injustos e desestimuladores da distribuição de renda no planeta. Ao mesmo tempo, o cidadão produtivo abre o jornal e lê: "Bancos lucram dois bilhões e pagam 38% a menos de Imposto de Renda".

É preciso criar no País uma ambiência legal que se aproxime do mundo real aqui se inclui o esforço do Simples - e favoreça a atividade empresarial. Isso se dará por meio das pequenas e microempresas. Vamos imaginar o estatuto do artesão ou do autônomo em outro patamar, ou seja, esta discussão deve ampliar-se. É isso o que pensamos nós, do Sebrae, que defrontamos diariamente com esse tipo de realidade.

Por exemplo, os esforços do tipo microcrédito são muito tênues. Com relação à Previdência, temos dúvidas acerca do que acontece no âmbito da inclusão do Simples. O programa conseguiu, sem dúvida nenhuma, aumentar a receita tributária, não prevista na equação ganha-ganha. Filiou dois milhões e oitocentas mil empresas, ou seja, é uma receita de sucesso.

Por isso, peço a V. Ex^a que nos debrucemos também sobre o Simples, para que a desoneração fiscal, o estatuto do artesão e a sobrevivência dos S sejam vistos em conjunto, em vez de travarmos batalhas pontuais. Estas produzirão reflexos, mas não nos permitirão ter uma visão clara do todo.

A posição adotada pelo Prol: Pastore deve ser ressaltada. Não se trata de uma posição legalista. Ela enfoca a competitividade das empresas, em que é incluído todo o custo do trabalho. Temos de discutir esse custo, porque ele vai definir as regras no mercado capitalista da globalização.

Os legalistas argumentam que férias são um direito do trabalhador. Mas é preciso observar que, na conta geral, não é bom para a competitividade, a pequena empresa não tem acesso ao crédito e a sociedade não é funcional. Como diz Novak, o capitalismo democrático é o melhor regime, mas ele precisa de crescimento. A filosofia do capitalismo democrático é a da inclusão pelo crescimento, ou seja, quando ele anda, as pessoas entram. Ele é bom nessa dimensão. Não é o que temos no Brasil. Para fazer com que isso aconteça, é preciso estabelecer um regime de igualdade de oportunidades, o que também não temos. o paradoxo que se tem hoje no Brasil é o fato de aqui haver mais mobilidade social do que na Europa e até nos Estados Unidos, apesar de todos os impedimentos.

O País é o quinto maior mercado mundial em purchasing power parity, ou poder de compra real. Mas, a distribuição é ruim, uma vez que, ao final, a informalidade beneficia muito pouco. A produtividade da pequena e microempresa é baixa. Em alguns casos, é cinco ou seis vezes menor do que a das grandes empresas.

Não me vou alongar na questão do Simples, embora tenhamos feito estudos que nos permitem demonstrar claramente que ele foi uma forma de ganha-ganha. Os Deputados Marcos Cintra e Gerson Gabrielli participaram da luta pelo Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, feita em 1984, e do projeto elaborado juntamente com a Fife, que percorreu todo o Brasil e para o qual conseguimos o apoio do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Congresso Nacional. O Simples é de grande validade para estimular uma reflexão mais ampla, que despolarize o viés capital/trabalho ou esquerda/direita, extremamente ineficaz nesta discussão.

Precisamos pensar na competitividade como um todo e na aproximação do real e do legal de forma mais tranqüila, menos polêmica, menos perde-ganha.

Eu conversava há pouco sobre o Sebrae, que tem fama de rico, de viver às custas do dinheiro arrecadado de contribuições. Lembrei-me do Sebrae de Santa Catarina, que dirigi durante algum tempo, que, além da receita anual de doze milhões de reais, consegue, durante o ano, obter mais vinte milhões. É muito dinheiro. Mas se compararmos o tamanho do Sebrae de Santa Catarina, que não pode empregar mais do que certo número de empregados e tem determinado grau de eficiência, ao da Câmara Municipal do Estado, perceberemos que nesta há cinco vezes mais funcionários. Se o compararmos ao da Prefeitura Municipal, observaremos que ela conta com seis mil funcionários e tem orçamento de quatrocentos milhões. Se o compararmos, ainda, ao da Universidade Federal, que não tem dinheiro para comprar um lápis, notaremos que esta também dispõe de orçamento de quatrocentos milhões. Pergunto: vinte milhões de reais por ano para desenvolver a pequena empresa catarinense, que contribui com dez bilhões para o PIB do Estado, é ou não eficiência?

Essas dúvidas nos levaram a realizar um trabalho que ajuda no debate, na medida em que utiliza mecanismos precisos de medição de mercado para aferir o que chamamos de uso da contribuição social na esfera da ação da instituição no primeiro andar, ou seja, no primeiro momento.

O que fizemos? Precisamos saber se o Sebrae vale ou não a pena, no primeiro andar. Em relação ao segundo e terceiro andares, as medidas são mais complexas. A que me refiro, quando falo em primeiro andar? Levamos um curso de empreendedorismo para Manaus por um preço "x". Se ele fosse entregue por um canal alternativo, seria mais caro ou mais barato? Temos uma rentabilidade média de 1,52%, segundo a ABAMEC - Associação Brasileira de Mercados de Capitais. Esse indicador é bom ou ruim? De qualquer forma, ele nos permite dar início ao trabalho de melhoria.

No fluxo de caixa descontado, excederemos, em contribuição direta à sociedade, nos próximos dez anos, aproximadamente dois bilhões e quinhentos mil reais, em valores corrigidos. Ou seja, já sabemos, mais ou menos, o que pode ser produtividade ou hiperprodutividade.

Vou citar um exemplo, inclusive para reflexão do Prof. Pastore, com relação ao que se pode fazer com esse dinheiro.

Nos Estados Unidos, o projeto Empresariado Solidário, que reúne doze mil empresários, atende gratuitamente a pessoas que queiram trabalhar em produção. É como se o Prof. Marcos Cintra e o Prof. Pastore, por exemplo, prestassem dez horas de atendimento voluntário por mês. Estamos montando projeto nesse sentido, com a Gerdau. No Rio Grande do Sul, já existe uma entidade que congrega vinte mil pessoas.

Quero usar a idéia como exemplo de produtividade e de aumento do retomo dos recursos sociais. Isso vale para o SUS, para escolas privadas, e deveria valer para qualquer coisa. Se conseguirmos repetir, no Brasil, a experiência dos Estados Unidos, teremos, em hipótese, dez mil pessoas que atenderão dez horas por mês, o ano inteiro. Isso nada traria para os cofres da instituição, que investiria 120 milhões de reais em horas/aula, mas aumentaria sua produtividade em 20%. Portanto, o re- tomo social passaria de 1,52% para 1,72%.

Estou mencionando essa experiência porque ela demonstra o que acontece com aquilo que se arrecada. Não quero dizer que o Sebrae deva continuar onerando sua folha. Num País como o nosso, que vive um momento de iconodastia, de terra arrasada - haja vista a forma como a imprensa trata os desmontes feitos em governos passados -, é preciso olhar a floresta e fazer ajustes para que, sob essa inspiração, melhorem todas as instâncias.

A última idéia de Michael Porter, depois de todas as modas sobre administração, é engraçada: cuidado com exageros; o negócio é fazer com jeito; pegar leve, mas com certeza, sem jogar fora o bebê junto com a água da bacia. Agora, defendi o meu salário.

Quero falar da nossa disponibilidade para colaborar com esta Comissão e com o Congresso Nacional, para melhorar as pesquisas e os estudos sobre o assunto. Temos condições de investir nessa área, que faz parte do escopo do Sebrae. Deputado Marcos Cintra e Deputado Gerson Gabrielli, se for preciso aprofundar os estudos, o Sebrae tem gente e condições para tanto, que incluem o contato com a base, a fim de estabelecer a sintonia desejada, o corte certo e a visão do conjunto.

Não são recomendáveis apenas intervenções pontuais, que às vezes não surtem o efeito desejado por não ter o melhor endomarketing, a melhor fachada. Vitórias como a do Simples não são celebradas como uma conquista da sociedade. -

É preciso realçar o que fazemos bem-feito, a exemplo do Simples. Não somos um país de auto-estima baixa, que sempre erra. Nós também acertamos.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Registro a presença do Sr. Gilson Ismerim, Presidente do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado da Bahia, e do Dr. Aécio Oliveira, Presidente do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Sergipe. Consigno ainda, com muita satisfação, a presença do Dr. Fernando Carvalho, Presidente da Associação Comercial de Sergipe.

Agradeço ao Dr. Vinícius Lummertz Silva a participação.

Passo a palavra ao Dr. Luís Roberto Ponte, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE - Deputado Marcos Cintra, Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; Deputado Gerson Gabrielli, autor de proposta que merece profunda reflexão; Srs. Deputados: co-legas expositores; senhoras e senhores presentes. não é preciso realçar a relevância do tema em debate para a sociedade brasileira e internacional.

A parte técnica relativa ao que a Nação costumeiramente denuncia como fatores que oneram a folha de salário e não vão diretamente para o bolso do trabalhador já foi tratada. Não tive o prazer de assistir à exposição, mas conheço o trabalho do Prof. Pastore, referencial no assunto, e vejo que há um texto escrito. Pretendo ser breve em minha exposição para ensinar o debate sobre os acréscimos à folha de salário que não vão para o bolso do trabalhador.

Desses acréscimos, normalmente referidos como cento e tantos por cento, dependendo do critério que se use, a maior parte é uma forma indireta de pagamento de salário; nada tem a ver com tributo.

Depreendi do que ouvi aqui que o esforço que agora faz esta Comissão, com o projeto do Deputado Gerson Gabrielli, visa reduzir a carga fiscal que incide sobre a folha de salário.

Os salários indiretos constituem um tema que hoje transforma o Congresso Nacional em campo de guerra. Há maior racionalidade na idéia de que os salários devam ser pagos substantivamente pela hora trabalhada, com valor bem mais alto do que se paga agora, o que reduziria a quase nada o conflito judicial que advém dessa forma absolutamente irracional de fazer crescer o ganho do trabalhador por meio de imposições que estimulam a ação da indústria de advocacia e de perícia, que seria totalmente extinta fosse o salário somente referente à hora trabalhada. Este é um outro tema. Certamente a sociedade brasileira sobre ele vai debruçar-se mais, para ver aprovado não este projeto, que retira do processo o dissídio coletivo; aliás, não retira, porque a hierarquia constitucional não o permite, mas não acresce nada ao que hoje já pode ser feito.

No inciso XXVI do art. 7º da Constituição - só para observarmos como a desinformação da sociedade é dantesca - está escrito que o acordo coletivo tem de ser reconhecido por todos; é um direito do trabalhador que está acima da lei, porque tem status constitucional. O projeto nada acrescenta; pelo contrário, pretende proibir a realização de acordo coletivo sobre vale-transporte e outros assuntos desse tipo. Na verdade, é uma forma de sinalizar: "reflitam". Foi assim que entendi a proposta do Governo: "reflitam, porque talvez isso seja melhor para o trabalhador".

Mas não é esse o nosso tema. Vim aqui para tratar exclusivamente da parte fiscal. Para tanto, há duas lâminas que gostaria de projetar e explicar, mas antes quero dizer o seguinte: se do sistema tributário brasileiro, hoje - e incluo aqui o capítulo que trata do financiamento da seguridade social-, retirarmos o FGTS, que a Secretaria da Receita Federal inclui muito mais para compreensão do que está aí, mas não é tributo, é um salário indireto do trabalhador, incluído nas planilhas da Receita, e retirarmos as contribuições de Sesi, Senai, Sesc, que também não são tributos que irriguem o Estado brasileiro, estaremos extraíndo entre 30% e 31%. Esse é o valor que se extraiu no ano passado. Desse total, 12% são extraídos pelo que se chama seguridade social. Portanto, os senhores vejam o tamanho da extração fiscal para manter as aposentadorias e pensões e uma parte do sistema de saúde do País, não todo, porque a Saúde também é abastecida com recursos do Tesouro, como também a própria Previdência.

O Deputado Marcos Cintra, nos idos de 90, se não me falha a memória, lançou a idéia de que a complexidade fiscal não era algo inexorável, apesar de, desde a criação dos sistemas tributários no mundo, não terem sido alcançadas simplificações substantivas. Ele constatou que as conquistas tecnológicas, as mudanças de hábito, a moeda eletrônica, a computação, tudo isso ensejava uma nova forma de tributar. Sendo assim, esta Casa passou a se debruçar sobre uma idéia básica que o Deputado formulou e publicou na imprensa nacional, depois apresentada na forma de um projeto muito tosco, denominado Imposto Único, por um Deputado apaixonado, que também dedicou uma importante fração de sua vida a este tema, o Deputado Flávio Rocha. Fui o Relator da Comissão Especial que analisou a matéria.

Tínhamos também algumas paixões por outro tipo de tributação, e resolvemos fazer um substitutivo que atingisse o mesmo objetivo, qual seja, mais do que a simplificação, praticamente a "insonegabilidade" de um sistema fiscal que se criasse no País com todas as vantagens que daí adviriam, sem romper as características que qualquer sistema tributário deve ter, entre as quais a de respeitar a capacidade contributiva, não criar deformações de alocação, aspecto muito importante para a economia, e manter neste País federativo um sistema que preservasse os princípios federativos, a independência das unidades nacionais, e por aí afora. Não é esse o tema em análise, mas ao mesmo tempo é, no que concerne à janela que quero abrir, pois nesse substitutivo cuidamos não apenas do capítulo da Constituição que trata do sistema tributário propriamente dito como também da contribuição da Previdência Social- parece-me que é esse o tema maior do projeto sobre o qual a Comissão atualmente se debruça -, que hoje já responde por cerca de 12% do PIB e é onde estão situados os piores tributos, por suposto, porque um deles, o mais expressivo de tantos quantos existem, recai exatamente sobre a folha de salário.

Os economistas criticaram muito o projeto que apresentamos, para debate da sociedade, sobre a fusão de duas fontes básicas de tributos. Afirmavam que causaria deformações de alocação, o que significava dizer que se estaria tributando muito o insumo e o agente econômico artificialmente trocava aquele insumo por outro, posto que aquele primeiro teria maior economicidade se não estivesse com o preço deformado.

Pois exatamente - e começo propriamente a tese relativa ao que aqui se discute - não há deformação de alocação mais grave do que a incidência de tributo sobre o insumo básico da produção, que está em qualquer tipo de bem que a sociedade produza, qual seja a mão-de-obra, o salário. Na medida em que torno a mão-de-obra mais cara por fazer recair sobre ela uma incidência fiscal, incentivo a substituição da mão-de-obra por outro tipo de insumo que possa fazer aquilo que ela faz, o trabalho, ou seja, desestimulo o emprego, porque economia de mão-de-obra significa desemprego. Já economia de energia, por exemplo, se nela estiver embutido um imposto alto, significa só vantagem para a quadra do Brasil, para qualquer quadra da sociedade humana, e representa menos desperdício, menos poluição etc. Esta tese, portanto, é de grande valia, e é importante a reflexão sobre como substituir, como me parece ser o escopo do projeto, a incidência de tributos sobre a folha de salário.

Não me refiro à incidência do 13 °salário e do domingo remunerado, por exemplo. Essa é outra questão, é a discussão da CLT: do art. 7° da Constituição, que, como já disse, está transformando o Congresso Nacional em campo de batalha.

Vou projetar algumas imagens. (Segue-se exibição de imagens.)

Em primeiro lugar, é relevante dizer que as idéias que os senhores trazem ao Congresso Nacional não terão a mínima chance de prosperar se não for assegurado o mesmo nível de receita. A despeito de ser, sem sombra de dúvida, o País que mais arrecada no mundo entre os que têm o mesmo nível de renda per capita, o Brasil não pode renunciar ao bolo de arrecadação neste momento. Há de haver algum processo que reduza as despesas que sacrificam a sociedade. Como diz o Secretário da Receita, o tamanho da tributação é o tamanho da despesa, e se inventarmos de reduzir a arrecadação vai acontecer como na Argentina: os juros vão aumentar e vamos cair no pior dos mundos, na loucura que virou aquele país; ou seja, vamos somente agravar os problemas da vida nacional.

Então, o primeiro ponto é o seguinte: para que o Governo possa concordar e para que a Nação fique resguardada, não pode haver a mínima possibilidade de redução de receita. Por isso mesmo, se vamos substituir um tributo consolidado, como a arrecadação sobre a folha, base usada em todo o mundo com tarifas maiores ou menores, temos de ter, como garantia, um período de transição, criando um novo tributo que vá substituindo o que inãde sobre o salário.

Então, no desenho do atual sistema, Prof. Marcos Cintra, a arrecadação da seguridade social em 1992 era de menos de 8% do PIB, hoje chegou a 12%, e não é suficiente. Por isso mesmo cogitamos de fixar um limite para a Nação poder arrecadar. Assim como a Lei de Responsabilidade Fiscal tem o objetivo de impedir que os governantes gastem irresponsavelmente, deverá haver uma lei que limite a arrecadação. É o que a sociedade brasileira tanto reivindica. O Governo tem de pensar pelo prisma da despesa, e isso aconteceria se houvesse um teto constitucional, um freio que balizasse todas as despesas e até mesmo a expansão do Estado na vida econômica do País.

No novo desenho da seguridade social seria substituído um dos financiadores do atual, ou seja, a contribuição que incide sobre a folha de pagamento do empregador, e a contribuição sobre a remuneração do empregado permaneceria. A Co-fins, o PIS/Pasep e o salário-educação, que também é contribuição social, seriam substituídos, num desenho futuro, tão-somente pela contribuição social do empregado, que é impossível retirar, porque com ela é que se vai determinar o valor das aposentadorias de cada cidadão. Se não for assim, como vou saber com que valor vai aposentar-se, por exemplo, Manoel, que ganhava 11 mil reais por mês, ou Maria, que ganhava um salário mínimo? A base é exatamente a contribuição do empregado, seja no sistema de capitalização, adotado pelo Chile, seja no sistema de partição. A contribuição do empregado servirá para balizamento. Se for somente ela, haverá mecanismos para que o próprio empregado possa fiscalizar. Dessa forma, as tão plurais maneiras de sonegação ficam reduzidas quando as contribuições ficarem restritas somente à do empregado.

E haveria o imposto sobre transações financeiras, tão odiado, tão vilipendiado. Costumo dizer que esse imposto, dependendo do tamanho das suas alíquotas, é o mais justo, o mais adequado, o mais conveniente, é o que atende a todas as condições macroeconômicas exigidas por um sistema fiscal. E, no entanto, tem gente que mente dizendo o oposto. É o mesmo que acontece com o projeto que estamos votando, que dizem ser contra o trabalhador, quando na verdade não é. Senão, vejamos: alguém conhece alguém que sonegue a CPMF? Ninguém conhece. É preciso um fiscal para a CPMF? Não é preciso. A sociedade brasileira não gasta um centavo para arrecadar a CPMF; no entanto, despendemos de 4% a 5% do PIB com o atual sistema tributário brasileiro. E não é só o Brasil; isso é o que gasta qualquer país que utiliza o sistema declaratório, que implica um controle gigantesco por parte do Estado, angústias, estudos, nova legislação a toda hora, isto é, despesas enormes. E com a CPMF o País não gasta nada, e ela não pode ser sonegada. E quem paga mais, o mais rico ou o mais pobre? Já ouvi gente dizer que é um imposto injusto que todo o mundo paga igualmente. O que se paga igualmente é o ICMS sobre o arroz, por- que tanto a barriga de rico quanto a de pobre têm o mesmo tamanho. E o pobre não tem sequer conta em banco, não movimenta dinheiro; a CPMF só incide sobre a movimentação do dinheiro.

Os senhores têm como Presidente desta Comissão uma pessoa com capacidade de levar adiante este assunto, a despeito de haver dúvidas sobre a alíquota que esse imposto venha a ter para que seja conveniente para a sociedade. Evidentemente, seriam alíquotas pequenas. E, para falar dos efeitos colaterais a que o Secretário da Receita Federal tanto adora referir-se, esse tributo serviria para reduzir a sonegação, visto que eliminaria do nosso sistema os impostos declaratórios, que são altamente sonegáveis.

Então, a idéia central é que remanescesse, para a arrecadação da seguridade social, tão-somente a contribuição sobre o salário do empregado, recolhida pela empresa em nome dele - a empresa teria de entregar ao trabalhador a comprovação de que fez o recolhimento todo mês, porque é com isso que o trabalhador terá condições de se aposentar mais tarde; ele seria, então, o próprio fiscal da sua arrecadação -, e o Imposto sobre Transações Financeiras.

Haverá vários questionamentos: pode-se fazer assim a substituição? Para que valor irá a alíquota? E as bolsas de valores não negociarão mais? O dinheiro vai para Nova Iorque? Ora, tudo isso é mistificação. Além disso, se quiserem, podem isentar as bolsas de valores. A caderneta de poupança foi isentada com um mecanismo ultra-singelo de retirada. Se for conveniente, isentem-se as bolsas. Isso em nada atrapalha a implantação de um sistema mais calcado em transações financeiras.

Bem, aqui está o desenho desse sistema. Em outra época, como eu disse, a arrecadação de 8% era suficiente. O ITF ficaria responsável por 5% do PISo. Para isso, já foi testado e comprovado que se precisa de uma alíquota de 0,5% no débito e no crédito. Hoje só há sobre o débito no banco; quando saca é que a pessoa paga o imposto. A idéia primitiva, para que a alíquota fosse menor, era a de que se cobrasse no depósito ou no saque, mas tanto faz cobrar numa ponta ou nas duas; deve-se optar pelo que melhor atenda a própria singeleza que está ínsita no tributo. Então, poderia ser 0,5% quando se deposita, 0,5% quando se saca, ou 1% apenas quando se saca, e a arrecadação seria de 5% do PISo.

Deixamos o Imposto de Renda, em fase transitória, para acabar com o argumento de que faltará dinheiro. Só o IR já seria o suficiente. Com mais a contribuição sobre a folha, para o que não precisa mais do que os 10% incidentes hoje, 10% de toda a massa de trabalhadores brasileiros, inclusive do funcionalismo público e dos aposentados - que também têm de pagar -, para que se possa manter esse exército de aposentados.

O Rio Grande do Sul, por exemplo, gasta hoje mais com a folha de pagamento dos aposentados do que com a folha de pagamento dos trabalhadores que estão na ativa. O Governo, que é do PT, sentindo na carne a dificuldade, está disposto a mandar para a Câmara um projeto de lei para inserir a contribuição sobre os ganhos dos aposentados.

Isente-se o mínimo possível. Então, 8% seria suficiente. Coloquemos um teto constitucional, de 10%, determinando que não pode ultrapassar 6% a soma do ITF com o Imposto de Renda, e não pode ultrapassar 4% a contribuição social. Isso tem de ser revisto, para uma fase transitória, porque senão é só tirar os 10% e colocar 12%, e o Imposto de Renda ficaria ali para suprir, pois atualmente os dois já arrecadam isso; não se estaria mutilando nada e pelo menos se faria uma transição.

Implanta-se o ITF com uma alíquota bem pequena; ele vai substituir o PIS/Pasep, a Cofins, a contribuição sobre a folha de salário, o salário-educação etc. Coloquemos 20% para a alíquota final, indicada como necessária pelas contas; no mesmo dia, cairão em 20% as alíquotas do tributo que ele vai substituir. O somatório tem de ser zero. Experimenta-se esse sistema por dois, três, quatro ou cinco meses e se não houver nenhuma mutilação passa-se ao degrau seguinte: a alíquota vai para a metade. Suponhamos que até então seja de 0,5%; passará para 0,25%. e cairão também para a metade as alíquotas dos impostos que vão desaparecer. Experimenta-se novamente; se tudo estiver certo, completa-se o ciclo, até chegar aos 100% e o outro imposto desaparecer automaticamente, sem nenhum risco de mutilação.

Essa é a idéia central. Quem notar qualidades no ITF não deve impedi-lo de disputar com os outros impostos. Diferentemente da moeda ruim, que expulsa a boa, na economia, nesse caso o imposto bom vai repelir o ruim. A sociedade não aceitará continuar com o complexo Imposto de Renda, que prejudica a vida de todos. Se colocarmos mais 0.3%, 0,4% no ITF; podemos adotá-lo no lugar do Imposto de Renda. É a tese que defendo. E se não for melhor proceder à troca, ele permanecerá, garantindo a arrecadação.

Pergunta-se, então: o que vai suprir o Imposto de Renda, que hoje não financia a seguridade social, mas os municípios, os estados e a União? Onde está o imposto seletivo e o próprio ITF? Se com a alíquota de 0,5% ainda houver folga, e for melhor que os outros impostos, eles devem ser trocados. Os impostos que financiam municípios, estados e União devem ser trocados pelo que melhor lhes convier. Se for mais conveniente para a sociedade e não houver risco de perda de arrecadação, devemos adotar o imposto único.

Há impostos que têm de continuar, como o imposto sobre comércio exterior; por isso, nunca se pensou seriamente em imposto único. O imposto único tem de prevalecer, porque ninguém consegue sonegá-lo. É essencial que fiquem tributos de sonegação impossível ou muito pouco provável. A contribuição social sobre a folha de empregado, que é declaratória, tem margem de sonegação.

Não vou detalhar a arrecadação da Federação. Vou dizer apenas que o Imposto de Renda, que está suprimindo a seguridade social, saiu daqui, mas no seu lugar veio o imposto seletivo. O projeto - perdoem-me se não me aprofundei na sua análise - pretende substituir a contribuição sobre a folha do empregador. As pessoas não falam bem da Cofins, mas seus malefícios são menores do que dizem.

Quem mais fala contra o imposto em cascata são os economistas, o que me deixa louco da vida. Como podem os economistas, que são formadores de opinião, dizer que o imposto em cascata acaba com o País e retira a competitividade?! O que significa, em última análise, imposto em cascata? Os bens que têm uma cadeia mais longa ficam mais tributados dos que os que têm cadeia mais curta; ou seja, um televisor é mais tributado do que o arroz, que praticamente sai do campo para a mesa. E isso é ruim? Para mim, não! E se não há como retirar o imposto quando se exportam produtos, como não o impor quando os importamos? Somente nessa hipótese eu estaria retirando a competitividade da indústria brasileira.

Esse negócio de empresário encher a boca para dizer que a indústria não agüenta mais pagar imposto é sandice. Eu sou empresário. Empresário não paga imposto, perdoem-me; empresário recolhe tributo. Não existem tributos tais da produção, existe tributo na produção, que é outra coisa. Aquele empresário que não cobrar o imposto que tem de recolher ao Estado vai desaparecer. É insumo de custo da sua produção, mão-de-obra, aço, cimento, tijolo etc. Quando o tributo é recolhido pela indústria ou pelo comércio e há grande facilidade de sonegação de outros, ocorre uma tragédia. Os empresários reclamam porque se vêem no pior dos mundos: ter de competir com o camelô que está na frente da sua loja, sonegando oficialmente. Nesse caso, torna-se impossível competir.

O norte do Sistema Tributário Nacional deveria ser os impostos de difícil ou impossível sonegação. e não essa luta desesperada por impostos sem efeito cascata. até porque todos os impostos, de certo modo, têm efeito cascata. Os empresários e trabalhadores que defendem o fim do imposto em cascata, embora com a melhor das intenções. estão equivocados. Vamos lutar pelo melhor. Se for em cascata, tudo bem; o importante é impedirmos a sonegação.

Esta Casa está buscando adotar um sistema em que seja impossível ou quase impossível sonegar, um sistema que respeite a capacidade de disputa com o comércio exterior. Temos de pensar na importação e na exportação. Muitos defendem a retirada de certos tributos da exportação. em especial os que devem permanecer. A OMC não permite que a contribuição sobre a folha de salário seja retirada da exportação, mas impõe que o imposto seletivo ou o imposto sobre transação financeira permaneça. Contudo, esse último pode ser totalmente retirado por um mecanismo. um algoritmo extremamente conhecido: a matriz e o subproduto. Só não conseguem retirar a contribuição sobre a folha e o Imposto de Renda. O Imposto de Renda não pode ser retirado porque está carimbado no mundo como imposto direto, e não indireto.

Lutam para ir na direção contrária do que convém, vão na direção oposta, buscam impostos facilmente sonegáveis. como o ICMS, que - não é preciso dizer- com uma alíquota de 18% arrecada duas, três vezes menos que a CPMF com 0,38%.

A proposta do sistema tributário que pretendo deixar aqui está muito ampla. Temos de detalhá-la mais. Enfim, de algum modo. espero que seja uma contribuição.

Agradeço-lhes a oportunidade de expor minhas idéias e coloco-me à disposição para o debate.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Agradeço a exposição ao Prof. Luís Roberto Ponte, um eterno apaixonado pelas coisas nas quais acredita. Muitos parlamentares desta Casa sabem muito. em matéria de Sistema Tributário Nacional. Um deles é o Deputado Marcos Cintra, Presidente desta Comissão. que agora vai continuar ensinando-nos muito sobre a matéria e inspira-nos a continuar buscando a solução dos problemas do Brasil.

O SR. DEPUTADO MARCOS CINTRA - Muitos dos que têm freqüentado as reuniões desta Comissão já devem ter percebido que aqueles que me fazem elogios imerecidos deixam de ser meus amigos.

Parabenizo o Deputado Gerson Gabrielli pela organização destes doze seminários que estamos realizando. Em todos eles tivemos exposições de grande qualidade. Hoje ouvimos treze excelentes expositores. O Prof. José Pastore - muitos dos que militam na área trabalhista conhecem bem sua capacidade - apresentou-nos um diagnóstico absolutamente irretocável, perfeito e muito objetivo da questão. Isso mostra de fato que as questões trabalhistas e tributárias estão imersas em vários mitos, inverdades, preconceitos e clichês que infelizmente impedem a sociedade brasileira de entender o que de fato se passa em discussões como as que tivemos ontem, que se estenderam até uma hora da manhã.

Farei um breve resumo das discussões antes de passarmos aos debates. O Dr. Vinícius Lummertz Silva apresentou-nos uma visão clara da importância de atingirmos, com medidas de ordem tributária e trabalhista, a modernização das nossas instituições. Falou da grande importância dos pequenos e microempresários para a geração de empregos e do Simples, o imposto único para pequenos e microempresários, uma das mais criativas experiências de que se tem conhecimento. O Prof. Roberto Campos escreveu um artigo muito interessantes acerca do assunto. Aliás, esta sala há duas semanas passou a chamar-se Prof. Roberto Campos. Falta ainda colocarmos aqui sua foto.

De acordo com o Deputado Luís Roberto Ponte, na visão do empresariado nacional, existem dois tipos de efeito cascata: o benigno e o maligno. O maligno, constantemente agredido, vilipendiado, maltratado, correto ou incorretamente, justo ou injustamente, é o que decorre da cobrança da CPMF, da Cofins, do PIS etc.; o benigno, elogiado por todos, que compõe 90% do sistema tributário brasileiro, é o do Imposto de Renda, cobrado sobre o lucro presumido, sobre o faturamento em cascata, da mesma forma que a CPMF e o Simples.

Hoje, 80% das empresas brasileiras, por opção, a exemplo do que ocorre com o lucro presumido, são tributadas por meio dos sistemas chamados cumulativos. Tem tido êxito essa experiência, reconhecida no mundo inteiro. O próprio ICMS tem componentes de cumulatividade. Se fôssemos fazer uma análise mais precisa, do ponto de vista técnico, dificilmente poderíamos chamá-lo de tributo sobre valor agregado. Darei apenas dois exemplos de setores da economia brasileira: o agrícola e o de serviço, representando 70% do PIB nacional, que aplicam o ICMS de forma absolutamente cumulativa, porque todos os insumos adquiridos não se creditam do valor do ICMS arrecadado; ou seja, compõem o preço do produto sobre o qual incidem os demais tributos. Isso significa que o ICMS incide em 70% do PIB brasileiro de forma cumulativa. No entanto - e o Deputado Luís Roberto Ponte tem absoluta razão em afirmar isso -, continuamos ouvindo o empresariado nacional dizer que o grande problema do sistema tributário brasileiro é a cumulatividade tributária inserida nesse sistema. Não é verdade. O grande problema do sistema tributário brasileiro é a sonegação, cujo padrão de incidência é perverso, absolutamente distorcido. Esse é o fator que introduz a relação de preços na economia e as distorções de alocação no sistema tributário brasileiro.

Algumas pessoas dizem que a CPMF é injusta. O Deputado Luís Roberto Ponte conhece muito bem esse discurso. Inclusive comentou que a CPMF, por incidir em cascata, tributa mais aqueles produtos com cadeia em produção mais longa. Não existe produto com cadeia mais curta ou mais longa. Está errado esse raciocínio. Todos os produtos têm cadeia infinita de produção. Não existem duas, três, quatro ou cinco cadeias. O que determina a carga tributária, a incidência de um imposto cumulativo não é extensão da cadeia de produção, mas a relação entre insumos e valor agregado em cada estágio da produção. Isso é o que define a carga tributária e a incidência desse tributo em qualquer produto.

No entanto, vejo pessoas dizerem: *Não, mas a cadeia mais longa paga mais. A cadeia mais curta paga menos. Isso faz com que determinado produto tenha uma carga desse tributo maior ou menor do que aquela, e, portanto, precisamos ter um sistema tributário que não incida sobre a produção. Temos, então, de desonerar a produção.* Muitos propõem a substituição dos impostos cumulativos por um IVA nacional, como se ele não incidisse sobre o valor agregado em cada elo na cadeia de produção. O discurso é absolutamente irracional. da mesma forma que o da inclusão é o da exclusão. como muito bem nos disse aqui o Prof. José Pastore.

O debate sobre a questão tributária está sendo feito entre surdos-mudos. Essa é a realidade. A questão dos direitos trabalhistas. da CLT; insere-se dentro de capítulo mais amplo do sistema tributário. do sistema fiscal brasileiro.

A discussão está sendo absolutamente irracional. Ela não tem o menor sentido. Deveria estar no centro das discussões da questão tributária brasileira a altíssima carga incidente sobre o setor produtivo nacional. que chega hoje a 35% do PIB. Essa, sim, é uma absoluta excrescência. Tal fato. absolutamente inusitado, que caracteriza o sistema tributário brasileiro. coloca-nos fora da curva de qualquer expansão ou análise do sistema tributário nacional. Nenhum país com o nível de renda per capita de 3,5 dólares por ano extrai do seu setor produtivo 35% do PIB na forma de tributos. de impostos.

Eis o grande problema do sistema tributário brasileiro: a sonegação. O Deputado Luís Roberto Ponte aponta uma solução. Também estamos encaminhando esse projeto de exoneração da folha - universalizar o sistema tributário brasileiro. fazer com que todos paguem. com que haja uma incidência da forma mais universal possível e conseqüentemente uma redução da carga tributária daqueles que hoje estão na economia formal, que têm carga tributária exagerada e extorsiva e distribuí-la principalmente para aqueles que hoje estão fora do sistema tributário brasileiro. Essa é a grande distorção do sistema tributário.

Quando vejo pessoas dizerem que a CPMF, por exemplo, introduz carga tributária, altera os preços relativos na economia e introduz um padrão aleatório em termos de formação de preços por causa da chamada cumulatividade, pergunto-me: será que a sonegação não é um fator ainda muito mais aleatório em termos de alteração dos preços relativos no sistema econômico? É claro que é, É a sonegação que faz com que determinados setores ou empresas. muitas vezes improdutivas e mais ineficientes do que os seus concorrentes, consigam sobreviver, porque sonegam mais, ao passo que aquele concorrente, que paga todos os tributos, embora do ponto de vista econômico seja mais produtivo e mais eficiente. acabe não agüentando a concorrência. Essa é uma verdadeira distorção do sistema tributário brasileiro. Isso é que introduz um fator de aleatório na formação dos preços relativos muito mais grave do que eventualmente o imposto cumulativo ou em cascata, como se diz, poderia introduzir.

A revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas publica artigo intitulado "A cascata da cascata". O título já mostra efetivamente que a questão da cascata é uma grande cascata. Aliás, peço autorização ao economista, que está ali atrás, para usar a expressão que ele usou pela primeira vez. Não quero usurpar seus direitos autorais. Esta é a sensação que tenho. A questão hoje do sistema tributário é efetivamente a sonegação. Por isso estamos introduzindo um projeto, que gostaria brevemente de mencionar.

Trata-se da Proposta de Emenda à Constituição nº 256/2000, subscrita pelos Deputados Fetter Júnior, Walfrido Mares Guia, Roberto Argenta, Alberto Mourão, Roberto Brant, Max Rosenmann e por mim, que destaca essa proposta do Deputado Luís Roberto Ponte no que diz respeito à desoneração da folha e a transforma em projeto de lei complementar.

Por que optamos por fazer isso? Em primeiro lugar, porque se trata de um projeto de lei complementar. Portanto, haverá uma tramitação mais simples do que uma PEC; em segundo lugar, porque aborda especificamente este problema, conseqüentemente, haverá arestas a serem aparadas num grau menor do que se estivéssemos tentando reformar todo o capítulo tributário.

O que pretende essa PEC? Desonerar a folha de salários das empresas mediante substituição das contribuições patronais - hoje de 20% sobre a folha - por um imposto sobre transações financeiras chamado de contribuição social, com uma alíquota de 0,5%, suficiente para arrecadar tudo aquilo que hoje se arrecada com as empresas.

Quais as vantagens dessa desoneração das contribuições patronais? Desestímulo à informalidade; estímulo à formação, à abertura de novos postos de trabalho;

redução da chamada cunha fiscal, que alguns dizem ser de 100%. A cunha tributária situa-se entre 35% e 40%. Estaríamos reduzindo-a significativamente na formação dos preços da mão-de-obra no Brasil, portanto estimulando o emprego, que é o objetivo de qualquer política econômica. i

Esse projeto encontra-se na Comissão de Constituição e justiça e de Redação, já está sendo apreciado no que diz respeito à constitucionalidade e juridicidade, e a partir daí continuaremos trabalhando na Câmara dos Deputados para que a folha de salários seja desonerada, para que o emprego seja estimulado e, sobretudo, para solucionarmos o grande problema da iniquidade nos padrões de incidência de tributos no Brasil.

Acreditamos que o projeto caminhe na direção de tudo o que discutimos aqui: geração de emprego, inclusão, combate à informalidade, melhor padrão de incidência tributária, mais justiça do ponto de vista de distribuição da carga, e - ousado dizer- redução das distorções alocativas que hoje o nosso caótico sistema tributário introduz na economia nacional.

Temos, sim, um projeto que corporifica tudo o que dissemos, e é importante que o analisemos. O Deputado Gerson Gabrielli está permanentemente envolvido nesse esforço. Aliás, fiquei satisfeito por ele ser co-autor de artigo que publicamos, há uns quatro meses, na Folha de S.Paula. exatamente defendendo a desoneração da folha por esse projeto.

Acreditamos que caminharemos para a modernização da nossa economia, sobretudo de um sistema tributário mais justo, mais bem distribuído para toda a sociedade brasileira. acabando com o verdadeiro manicômio tributário que há no Brasil- palavras do nosso patrono, Deputado Roberto Campos.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Ouviremos agora o Deputado Roberto Argenta.

O SR. DEPUTADO ROBERTO ARGENTA - Parabenizo o Deputado Gerson Gabrielli pelo incansável trabalho de desonerar a folha de pagamento; o Deputado Marcos Cintra, que em toda a sua vida tem trabalhado pela simplificação tributária; o Prof. José Pastore, pessoa que realmente diz as coisas com a isenção de quem não precisa bajular ninguém; o Deputado Luís Roberto Ponte pela sua persistência na questão tributária, e o Sr. Vinícius Silva pelo excelente trabalho desempenhado no SEBRAE.

Hoje, sou empresário e tenho 5 mil funcionários. mas há trinta anos fui balconista de loja, office boy e recebia salário mínimo. Então, considero-me um empreendedor. Repudio todas as pessoas que dizem que sou capitalista. No início da minha empresa, acumulei trabalho em sábados e domingos e recebia dois salários mínimos. Eu trabalhava sábado e domingo. Acumulei trabalho e investi. Outras pessoas não fizeram isso porque não quiseram. Aliás, a profissão de empresário é a mais livre do mundo. A pessoa pode ter 120 anos. ser analfabeta, mas pode ser empresária. As outras profissões não permitem isso.

Se todos os empresários tivessem a coragem de gerar empregos, o Brasil certamente seria diferente. Parabenizo todos pela iniciativa e tomo um parágrafo do Prof. Pastore:

Os pobres do mercado informal. apesar de serem 60% do eleitorado - talvez sejam mais, professor - não têm representação. nunca são convocados pela Câmara dos Deputados. Nos debates públicos. são ignorados; nos programas de televisão. seus lugares são ocupados por dirigentes sindicais, professores, advogados, juízes e vários outros profissionais, que fazem parte da cidadela protegida e derivam benefícios individuais e coletivos dessa proteção. Eles não querem perder o poder que tem e, por isso, lutam com unhas e dentes para evitar que os excluídos venham a fazer parte de seu mundo."

Essa é a grande realidade. Cerca de 80% dos brasileiros não têm conta em banco, e dizem que a CPMF é injusta. Às vezes, penso quem essas pessoas defendem isso. Chego à seguinte conclusão: há setores da Direita e da Esquerda que defendem somente as multinacionais. Por quê? O que significa desonerar salários? Tenho alguns dados interessantes que passarei à Mesa posteriormente, por exemplo, das três maiores montadoras de veículos. Segundo o balanço anual da Gazeta Mercantil, essas empresas faturaram 16 bilhões de reais em 2000. Cada empregado faturou 232 mil reais. Segundo dados mais recentes do 18GE - os últimos que conseguimos são de 1998 -, tais empresas empregavam diretamente 65 mil pessoas. Na construção civil, cada empregado fatura para a empresa em média 45 mil reais. Em outros setores, como de vestuário e calçados, faturam em média 50 mil reais por ano.

Se tomarmos esses números como exemplo, veremos que os setores que mais empregam - construção civil, fabricação de artigos, vestuários, móveis, calçados, agroindústria - contribuem 2.500% a mais do que as indústrias de computadores e de perfumaria. Isso tudo tomando apenas três empresas como exemplo. Atualmente, oneramos quem gera emprego e desoneramos o capital internacional que gera pouco emprego. Não entendo o que se faz neste Congresso Nacional. Realmente não dá para entender quem se defende aqui. Por que não se desoneram os salários? Porque 60% da população não têm representação neste Parlamento?

Para melhor compreensão, darei um exemplo importante. Todos defendemos os mesmos direitos do trabalhador. Os funcionários das cooperativas de limpeza urbana não têm estabilidade, 13º, fundo de garantia. Note-se que são Governos do PT, PMDB, PFL, e todos adotam esse tipo de trabalho. Por quê? São esses os 60% da população. Os faxineiros da Câmara dos Deputados têm estabilidade? Não, dizem que eles não precisam. Mas, afinal de contas, não são cidadãos brasileiros? Que coerência temos?

Há dois anos, discutíamos sobre terceirização. O pessoal da CUT vinha insistindo nessa idéia. Então, o ex-Presidente da entidade, Jair Meneguelli, disse que a CUT também terceirizava a limpeza na sua sede. Ora, estamos aqui para ser coerente com o povo que representamos, ou vamos continuar fazendo teatro? Desculpem-me, mas isso aqui é um teatro em que se encena a defesa o povo. Por que não damos oportunidades a esse povo excluído?

Quem nunca ouviu dono de sítio ou de chácara brasileiro, dizer o seguinte: *"Não coloco ninguém lá, para não me incomodar"*? Alguém não ouviu essa frase, por acaso? Onde estão essas pessoas? Na favela, embaixo de uma lona preta, a serviço de movimentos para quem? Não se muda por quê?

Segundo dados da CNA, havia mais de três milhões de casas desocupadas no campo. Se empregássemos duas pessoas, seriam seis milhões de empregos em tese. Se houvesse uma lei diferente, que favorecesse o emprego, e em cada município houvesse cem pessoas dispostas a contratar um casal, seriam 200 empregos por município vezes 5.500 municípios. Teríamos um milhão e 100 mil novos empregos sem investirmos um centavo, sem devermos um centavo para bancos internacionais. Ou gostamos de pagar juros e queremos que os nossos tataranetos continuem a pagá-los? Por que a cabeleireira que poderia contratar um empregado para as sextas e os sábados pensa que precisará de um advogado, de um contador, e desiste da idéia porque dizem que há uma confusão generalizada o ato de contratar? Exemplo concreto: num hotel em Novo Hamburgo, uma senhora fez isso; depois teve de vender seu carro para acertar as contas. Nunca mais vai empregar ninguém. Mas por que não se deixa essa pessoa treinar? Ah, porque é preciso fazer negócios com o dinheiro do FAT: E dizem que se fazem muitos negócios por aí. Aliás, seria interessante sair essa CPI do FAT.

A quem interessa o dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador? Quere- mos privilegiar os conflitos neste País. Só se privilegiam conflitos. Temos de nos conscientizar de que quem paga impostos não é o empresário, mas sim o cidadão.

Se nós, componentes da Mesa, pessoas que não dependem de forma alguma dessas contribuições compulsórias, não nos mobilizarmos para defender o povo brasileiro, as pessoas que dependem dessa confusão não vão fazer isso.

Por que não começamos a mudar isso? O trabalho do Vinícius, do SEBRAE, do SESI e do SENAI é fantástico e deve continuar. Por que não com o dinheiro do FAT também, se o trabalho é sério? Por que não abrimos mão do salário-educação da folha de pagamentos dos cinco S e colocarmos mais 0,1 % na CPMF? Quem mais vai pagar a CPMF? A indústria multinacional, e não os pequenos geradores de emprego do Brasil.

Por que não se faz isso? Por que não começamos, nós empresários, a dar o exemplo? Do contrário, vou chegar à conclusão de que as entidades empresariais representam as entidades, não os empresários. Noventa e cinco por cento dos empresários querem isso, mas não sei se quem os representa também o quer. Será que as entidades realmente representam os empresários? Será que as centrais sindicais realmente representam o trabalhador que varre rua, que está na favela desemprega- do, que está embaixo de uma lona preta a serviço de movimentos?

Essa é a grande reflexão que devemos fazer, senhores. Não vale a pena estar- mos aqui fazendo teatro, fazendo de conta que defendemos o povo. Fomos eleitos pelo povo, não por entidades sindicais, nem por empresas. Fomos eleitos pela pessoa física, cidadão brasileiro, que realmente quer representantes seus aqui.

Portanto, mais uma vez louvo a iniciativa. Esse movimento precisa é continuar. Precisamos agregar a ele mais Parlamentares, mais pessoas, mais entidades. Certa- mente chegaremos se tivermos a coragem de abrir espaço para o primeiro passo e, mostrar ao povo que realmente o maior interessado em que ele tenha dinheiro no, bolso é quem vende. Repito, o maior interessado em que o povo tenha dinheiro no bolso é quem vende, quem produz. Esse é o maior interessado.

Queremos que, em vez de 150% de encargos sobre a folha de pagamentos, o valor vá diretamente para o trabalhador. Ele vai comprar o dobro. Se comprar o dobro, vai recolher o dobro de ICMS, PIS e COFINS. É o círculo da virtualidade. O dinheiro vai para o bolso do trabalhador, de quem trabalha, de quem produz neste País. Esses ganham pouco. Cada trabalhador do Rio Grande do Sul paga por ano mais de quatro salários mínimos para manter a estrutura da Justiça trabalhista. Vejam o absurdo a que chegamos.

Defendo esta bandeira desde o meu primeiro mandato. Temos de simplificar a contratação de trabalho. temos de pensar naqueles mais de 60% de trabalhadores brasileiros que não têm carteira assinada. estão excluídos de tudo neste País e não estão representados neste Congresso Nacional.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) -Antes de concedermos a palavra aos componentes da Mesa para suas exposições finais, perguntamos se alguém do plenário deseja manifestar-se, enriquecendo a discussão.

Com a palavra o Sr. Gilson Ismerim.

O SR. GILSON ISMERIM SILVA- Sou Presidente do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação da Bahia. Cumprimento o prezado Deputado Marcos Cintra, defensor incansável das questões tributárias; o Deputado Gerson Gabrielli, legítimo representante das pequenas e microempresas; o Prof. José Pastore, com quem tenho aprendido muito nos últimos anos, principalmente nesta Casa, onde acontece o quarto seminário com sua participação; o Prof. Luís Roberto Ponte, que dispensa qualquer comentário, porque é conhecido desta Casa.

Senhores, a militância sindical nos ensina o que é bom e o que é ruim para o patrão e para o empregado. Usando as palavras do Deputado Marcos Cintra, significa dizer o que é irrenunciável e o que é suportável para as empresas. Quando conseguirmos isso, esse casamento, todos vão ganhar: patrão, empregado e Governo.

Precisamos sair desse impasse. Ninguém está aqui advogando em causa própria. A questão é encontrar realmente o norte, o denominador comum para enfrentar o mercado, que é altamente competitivo.

Na oportunidade, trago alguns dados estatísticos preocupantes. Nosso segmento hoje emprega dois milhões de trabalhadores. O que nos preocupa, Deputado Roberto Argenta, é que, segundo dados recentes apresentados pelo Ministério do Trabalho, em alguns Estados, a rotatividade é da ordem de 40% por ano, por uma série de fatores. Num exemplo prático, significa que, em um universo de cem empregados, 40% estão sendo demitidos por ano. Poderei enumerar esses fatores em uma próxima oportunidade. Essa questão é preocupante.

O que acontece? A redução de custo que o mercado exige no dia-a-dia atinge não só as empresas, como também os trabalhadores. Concordo com o senhor em gênero, número e grau, quando diz com muita competência e inteligência que é preciso rever essas ações, porque o principal hoje é a geração de empregos. Existe a questão do mercado de trabalho que precisamos resolver. Então, estou trazendo esses números para os senhores para reflexão.

O ilustre palestrante Vinícius Silva, do SEBRAE, abordou o assunto competitividade. Ora, depois da globalização, a competitividade hoje é uma realidade.

Dr. Vinícius, as empresas estrangeiras estão invadindo o nosso segmento. Não somos contra a competição, mas o jogo é pesado, porque elas já chegam subsidiadas por seu país de origem. Recentemente, na Ford, uma empresa estrangeira ganhou de uma empresa nacional top de linha. Fomos então analisar essa questão do subsídio, que serve como pano de fundo.

Precisamos resolver esses casos com bom senso. Digo sem medo de errar. O Deputado Gerson Gabrielli, no primeiro seminário, disse que nas planilhas de custo de vocês não estão embutidas as despesas trabalhistas. É verdade. Deputado, e o que mais cresce hoje são as ações trabalhistas. O passivo trabalhista é perverso, como disse o Deputado Marcos Cintra. Esse cresce. Precisamos analisar a relação entre crescimento do passivo trabalhista e emprego.

O SR. DEPUTADO ROBERTO ARGENTA - Por favor, permita-me um aparte. Quero levantar uma questão a respeito do passivo trabalhista. Será que não querem justamente desvalorizar as empresas nacionais, para que sejam mais facilmente vendidas ao capital internacional? O empresário fica assustado com o passivo trabalhista e acaba vendendo sua empresa por qualquer preço? Será que a intenção não é essa?

Obrigado.

O SR. GILSON ISMERIM SILVA- Recentemente, uma empresa de grande porte estabelecida no Estado da Bahia, para baixar o preço do seu produto final, chamou as empresas contratadas e reduziu em 25% os custos periféricos, com limpeza, conservação e vigilância. O empresário acaba aceitando a redução, porque não quer perder o contrato. A gordura ele a queimou, está no osso há muito tempo. Vivemos disso. Hoje, a palavra de ordem é reduzir custos, mas os tributos permanecem no mesmo patamar. Como podemos ser competitivos, se considerados todos esses aspectos operacionais? É muito difícil.

Para concluir, quero dizer aos senhores que o Governo ganhou muito com a terceirização; muito mesmo. Temos na nossa federação dados que comprovam que, depois da terceirização, houve uma redução de custos da ordem de 40%. O Governo ganhou, porque o setor público é o maior contratante. O discurso de não aceitar a terceirização não procede. É aquela história do sujeito que começa a falar daquilo que não entende. Hoje, sabemos, na prática, que a redução é real tanto no setor público quanto na atividade privada.

Agradeço aos senhores esta oportunidade, principalmente ao Deputado Marcos Cintra, um defensor da causa. Tenho lido as matérias publicadas na imprensa e estou certo de que, amanhã ou depois, com muita insistência e determinação, chegaremos lá.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Muito obrigado.

Peço aos participantes que, por favor, se identifiquem.

O SR. ANTÔNIO NETO - Sr. Presidente, Deputado Gerson Gabrielli, sou Vice-Presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Previdência - ANFIP.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - O senhor será um dos nossos expositores nos próximos seminários.

O SR. ANTÔNIO NETO - Exatamente. Agradeço antecipadamente o honroso convite, Sou ex-Presidente da entidade e venho acompanhando esses debates desde 1997, época da implantação do Simples, Toda semana estou aqui, talvez mais assíduo que alguns parlamentares, porque o debate me apaixona.

Tenho um estudo feito sobre essa questão, que posso deixar à disposição da Comissão, mas, se me concedem dois minutinhos, não quero furtar-me a comentar o que foi dito aqui. Aproveito a honrosa presença do Prof. Pastore, a quem peço considere esta minha intervenção como se estivéssemos em ambiente acadêmico, como se eu fosse um aluno seu, alguém que tem estudado e bebido muito as suas informações, Peço a máxima vênica para discordar de S. sa Se me permite, tome-me por uma pessoa que o respeita como fosse seu filho,

Ontem, na discussão do projeto da CLT, foi explorado um artigo do jornalista Clóvis Rossi, em defesa do projeto, O jornalista diz que o PT esqueceu o que escreveu e o que disse. Clóvis Rossi questiona muitas posições do PT e da própria CUT em relação ao projeto. Pois bem.

Recentemente, fazendo pesquisa na Internet, li na *Folha da Unicamp* um artigo de Clóvis Rossi intitulado "Voltam as falácias", O artigo se refere exatamente ao Prof. Pastore.

Abro aspas para citá-lo:

"Depois das provas publicadas nesta Folha (...) a respeito do verdadeiro peso dos encargos sociais.

Santa ingenuidade. Ontem, no jornal 'Gazeta Mercantil', três membros da equipe econômica voltam à carga. São José Roberto Mendonça de Barros, Gesner José de Oliveira Filho e César Mattos. Os três citam o Prof. Pastore (USP) para dizer que os encargos sociais atingem, no Brasil, '81,9% da folha de pagamento - hoje já são 103% -, contra 60% na Alemanha, 58,8% na Inglaterra e 51% na Holanda'.

Tudo errado. Repita o que já se escreveu neste espaço tempo atrás: o prof. Pastore eleva, incorretamente, os encargos sociais a 102,06%"- já subiram um ponto - "da folha por uma razão simples: inclui como encargos as férias, o repouso semanal, o 13º, etc.

Não são encargos. São direitos mínimos do trabalhador; a menos que se pretenda revogar a Lei Áurea, o que ainda não entrou na agenda das reformas.

O certo é que uma empresa que pague um salário de R\$ 100,00 a um trabalhador gasta com taxas e contribuições mais R\$ 36,00, conforme Demian Fiocca provou usando os dados do próprio Pastore, ou R\$ 26,00, se forem excluídos o FGTS e os acidentes de trabalho. O resto, cedo ou tarde, o trabalhador leva para casa em dinheiro. É um direito e não um encargo.

Já atei tais dados, extraídos do folheto 'Custo Brasil'. editado não pela CUT ou pelo PT; mas pela CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Ainda bem que já se avançou algo. Mendonça de Barros, Gesner e César Mattos pelo menos não repetem a barbaridade dos 102,06%, só não entendo como, citando Pastore, podem ter chegado aos 81,9%. que, de qualquer forma, também não é uma cifra correta. Além disso, o mais elementar bom senso indica que os encargos sociais na Europa superam os brasileiros porque custeiam uma proteção social infinitamente superior: Repito, apesar de ser inútil: só se pode discutir a redução de encargos a partir de números corretos e não de falácias".

Apresento essa matéria até para que o professor possa explicá-la. Desculpe a insolência do aluno, mas o professor enfocou o discurso da exclusão, e este tem de caminhar no sentido de combater efetivamente a exclusão, e não de aprofundá-la. Se já começamos a debater inclusão social tentando culpar determinado segmento, acho que estamos desfocando a questão.

Quero aproveitar a bela exposição do professor e ex-Deputado Luís Roberto Ponte sobre seguridade social para fazer um comentário. Segundo dados do balanço de 2000, 120 bilhões de reais foram arrecadados, ou 12% do conjunto. A Constituição, em seus arts. 194 e 195, foi muito clara ao determinar que a seguridade social é um conjunto integrado de ações da Saúde, da Previdência e Assistência Social, e esses dispositivos foram mantidos pela Emenda Constitucional nº 20.

O Brasil gasta hoje 93 bilhões de reais com despesas..fim da seguridade social. No Orçamento para 2000, 27 bilhões da seguridade social foram desviados para outras finalidades. Temos de começar a discutir esses dados em conjunto.

Nossa entidade tem participado de todos os debates em torno dessa questão e tenta deixar claro que, mesmo que incluíssemos nas despesas da seguridade social os 20 bilhões de aposentados e pensionistas do serviço público, ainda assim haveria algo em torno de oito bilhões de reais de superávit - e, na verdade, isso não é despesa da Seguridade.

A desoneração da folha da Previdência precisa ser melhor discutida. Tenho dados que mostram que, em 1999, a renda média dos trabalhadores em empresas optantes pelo Simples era de 389 reais; em 2001, essa renda caiu para 355 reais.

Nossa entidade nunca vai adotar um discurso contra o Simples. O Simples foi uma das idéias mais originais que já vimos neste Brasil, hoje exportada para outros países, mas a Previdência perdeu com esse sistema, de 1997 para cá, nove bilhões de reais. Hoje a Previdência arrecada 96 reais por trabalhador de empresa optante pelo Simples, e o benefício é de 180 reais. Esse custo alguém vai pagar.

No próximo seminário vou abordar novamente essas questões todas, para ressaltar a importância da proteção social no Brasil. Queremos discutir desoneração da folha, reforma tributária e combate da informalidade não para aprofundar desigualdades, retirar direitos ou criar obstáculos para o trabalhador, mas para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro.

É preciso estar bem claro que quem protege a relação entre o forte e o fraco é a lei. Todos os avanços na área de direitos sociais alcançados nos séculos XIX e XX são conquistas sociais. Não podemos começar o século XXI aprovando um retrocesso histórico tanto para trabalhadores quanto para empresários.

Eu sou auditor da Previdência. Para mim, o que existe de mais caro é a preservação das empresas. das boas empresas. A lei serve justamente para proteger o trabalhador do mau empresário, daquele que sonega, daquele que é desleal e não cumpre suas obrigações.

Bem. quanto à questão maior, teremos ainda de discutir a melhor forma de aprimorar a legislação visando à cidadania. É esse o nosso papel.

Eu não poderia ficar calado diante do que ouvi aqui. Como sei que o Deputado Gerson Gabrielli conduz esta Comissão com espírito amplamente democrático, faço esta intervenção para apresentar uma contraposição. O Deputado Gerson Gabrielli tem espírito debatedor, provocador. Sabe que é do debate democrático, do conflito salutar de idéias que haveremos de tirar uma solução para o País. Respeitando a cidadania e o direito de trabalhadores e empresários, construiremos um País justo, fraterno e solidário.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Muito obrigado. Desde já quero confirmar sua presença no dia 5 de dezembro. quando realiza- remos nosso quinto seminário sobre desoneração da folha de pagamentos - no to- tal serão doze seminários, parte este ano e parte no ano que vem. Sei que a participação do senhor será enriquecedora, até porque será provocadora.

Mas, como o senhor citou o querido professor Pastore e o Vinícius, eu faculto a palavra aos dois. lembrando a todos que, se quiserem enriquecer o debate do próximo dia 5, serão bem-vindos.

O SR. JOSÉ PASTORE - Obrigado, presidente. Já é um prazer estar participando desta reunião.

O Sr. Antônio Neto, ao fazer a pergunta, fez uma palestra cheia de assuntos controvertidos, com muitas indagações. Precisariamos de muito tempo para dialogar. Vou procurar ser sintético, tendo em vista o horário.

Sr. Antônio Neto, quanto à discordância com o número 103,46, devo dizer que esse é o total de despesas que uma empresa tem para contratar legalmente um trabalhador. Se o senhor não gosta da palavra "encargo", não precisa usá-la. mas não pode deixar de usar a palavra "despesa", porque ela existe, a menos que o senhor me prove que nesta tabela distribuída, cujo nome é "Despesas de Contratação", alguns fatores são imaginários. Há muito tempo eu tento que o jornalista Clóvis Rossi me prove que essas despesas são uma criação. Para contratar um trabalha- dor, esse é o mínimo. Aqui só estão as despesas mínimas. Se considerarmos outras despesas legais, esse valor sobe ainda mais. O senhor sabe que há licenças que não estão incluídas aqui, como licença para tirar título de eleitor, licença para doar sangue, licença para isso. licença para aquilo. E há outros itens mandatórios, como vale-refeição e vale-transporte, que não estão incluídos, apesar de serem legais. Eu só não os incluo porque eles não atingem todo o universo de trabalhadores. O funcionário que é vizinho da fábrica, por exemplo, não precisa de vale-refeição nem de vale-transporte. Se a fábrica tem restaurante, também não precisa fornecer vale-refeição. As despesas consideradas atingem toda a força de trabalho brasileira.

Estou muito interessado em que o senhor me demonstre que nesta tabela há despesas irreais. Vou fazer um grande esforço para estar aqui no dia 5 de dezembro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Pela ordem, Sr. Coordenador.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Tem a palavra V.Ex^a.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu não gostaria de interromper a seqüência do seminário, mas, se o Prol: Antônio Neto tiver condições de contraditar, seria interessante que ele fizesse esse esclarecimento posteriormente.

É a minha solicitação.

O SR. JOSÉ PASTORE - Há ainda uma segunda questão que eu gostaria de abordar sobre o projeto que está causando esse clima de guerra na Câmara dos Deputados, como disse o Deputado Luís Roberto Ponte.

No fundo, o projeto mantém tudo o que está aí, toda a legislação, e ainda diz que quem quiser pode negociar algo melhor. Bem lembrou o Deputado Luís Roberto Ponte que isso já vale. O problema é que o acordo ou a convenção hoje não podem contrariar a lei. O projeto vai simplesmente permitir que, se as partes encontrarem alguma vantagem mais interessante, terão liberdade para acordar. Quem não quiser negociar não negocia. Quem não quiser optar por isso não opta. Ninguém é obrigado. Se alguém imagina que o empresário vai coagir o empregador, não leu direito o projeto, porque a negociação é coletiva, feita com a mediação do sindicato de trabalhadores. É preciso haver um acordo coletivo, uma convenção co- letiva, a menos que todos os sindicatos do Brasil, surpresos com essa lei, sejam trai- dores dos trabalhadores. E sindicato traidor não se reelege. A diretoria não vai reelegê-lo.

Por que se pode, então, dentro de uma opção a mais, sem alterar absoluta- mente nada do que está aí, falar tanto contra a exclusão? O que acarretará exclusão é a rejeição desse projeto. Por quê? Porque dois terços da força de trabalho brasileira não conseguem ser contratados nem superar as dificuldades. E não será com fiscalização que isso será resolvido, porque será preciso muito fiscal, inclusive para entrar nas residências, onde empregadas domésticas são contratadas sem carteira assinada.

(Não identificado) - O senhor me permite um aparte?

O SR. JOSÉ PASTORE - Não, prefiro concluir. Então, há uma desigualdade social neste País criada pelo neocorporativismo daqueles que são incluídos, daqueles que não admitem que entrem em seu território, daqueles que vivem do conflito, daqueles que ganham com o conflito, daqueles que aparecem na manchete com o conflito. Essa é a realidade: uma desigualdade social que é legal, porque tem apoio da Constituição e da lei.

No momento em que você pretende mudar a lei para dar opção voluntária, não compulsória, democrática, gradual, essa mesma minoria dos incluídos se põe em um lobby democrático e bem organizado para manter os excluídos na exclusão.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Tem a palavra o Dr. Antônio Neto para fazer o contradito.

Tenho muitas expectativas com relação ao dia 5.

O SR. ANTÔNIO NETO - Quando o professor comentou a questão da exclusão social, afirmou que temos hoje, em relação à população economicamente ativa do Brasil, cerca de 60 milhões de trabalhadores sem nenhuma proteção social. Sessenta por cento desse número, dá algo em torno de 30 milhões.

(**Não identificado**) - Não, 60% de 70 milhões parece-me que é 42.

O SR. ANTÔNIO NETO - Pois é, 40 milhões. Isso, para o senhor ter idéia, professor, é como se a exclusão social pudesse ser resolvida num passe de mágica: aprova-se esse projeto da CLT e no outro dia combate-se a exclusão social. Da mesma forma com a reforma tributária. Imaginemos que ela seja aprovada num dia e que, no outro, tudo se resolverá.

Pois bem, sou representante de uma entidade de classe. Quando o Ministro Waldeck Ornellas assumiu - e tenho o maior respeito por S.Ex^a. -, chamou-nos e fizemos um debate. Ele me disse que existiam 40 milhões de trabalhadores sem nenhuma proteção social e que seriam incluídos na Previdência. Tenho aqui o projeto da estabilidade social.

Nosso ex-Presidente Álvaro Sólón de França foi escolhido como coordenador desse projeto. Qual o objetivo do projeto? Trazer para o guarda-chuva da Previdência esse grande segmento de trabalhadores que estão fora do mercado. Sabe qual a descoberta que fizemos? Desses 40 milhões, 13 milhões não têm renda. São pessoas que não ganham praticamente nada ou menos de 2 dólares por dia. Se descermos, encontramos outras que ganham um, dois salários mínimos, na informalidade.

Aí caímos na real. Qual é o trabalhador que ganha 50, 70 reais por mês, ou seja, um ou dois reais por dia, que tem condições, no final do mês, de pagar 23 reais à Previdência? Então, a questão, professor, é muito mais profunda.

Conheço seu trabalho, sou aluno e tenho estudado seus livros com o maior carinho, mas a questão é mais ampla. Duvido que algum empresário neste País consiga sobreviver ou fazer política com juros em torno de 19%.

Algo em torno de 20% das contribuições da seguridade social estão sendo utilizadas para outras finalidades. Então, o art. 195 da Constituição, que permite alíquotas diferenciadas por atividade, precisa ser regulamentado. Acho correto que aquele empresário que emprega mais mão-de-obra tenha compensação. Temos de discutir um conjunto. Da mesma forma que condenamos o neocorporativismo, o corporativismo insalubre, também condeno o neocorporativismo empresarial daquele segmento que não quer pagar imposto de forma alguma. Assim, temos de induzir nesse debate as duas vertentes.

Tenho acompanhado o trabalho dos Deputados Marcos Cintra e Gerson Gabrielli nesta Comissão, voltado a encontrar solução tanto para a brutal concentração de renda quanto para a extremamente alta carga tributária em vigor no Brasil, horrorosa do ponto de vista da distribuição. Esse o grande problema. Precisamos de políticas públicas. Não podemos ter a ilusão de que o lobo virou vegetariano da noite para o dia.

Por isso, o debate deve ser franco e aberto. Respeito a posição do Prof. Pastore. Mas com um debate mais aprofundado conseguiremos construir nova alternativa para tirar o País desta crise, a fim de que os médios e pequenos empresários, assim como a microempresa e os grandes segmentos, possam gerar emprego, produção e renda. É o que desejamos.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Convidamos as Centrais Sindicais e o DIEESE, mas, devido ao adiantado da hora, já são 14h, foi sugerido que, sem prejuízo das contribuições finais para o encerramento deste trabalho, as pessoas que participaram deste enriquecedor seminário voltem no próximo dia 5. Já que são doze seminários, poderíamos remanejar a participação dos outros convidados que gostaríamos de incluir. O Dr. Neto oxigenou o debate, e precisaríamos conhecer melhor o tema e aprofundá-lo.

A visão da Comissão é de que devemos não só contaminar os Parlamentares com essa discussão, já que deles não sentimos tão acentuado interesse pelo tema, o qual consideramos recorrente e de relevância intransferível, mas também contaminar a sociedade.

Existe um trabalho que objetiva conhecer o tema e que foi realizado por setores da sociedade que manipulam com muita competência a mídia quando seus interesses corporativos são atingidos. Queremos, de alguma forma, estender os debates da Casa, principalmente nesta Comissão, cujo pressuposto é o enriquecimento de determinados temas, e levá-los à comunidade e à compreensão do povo.

Assim, sem que haja prejuízo da conclusão deste trabalho, proponho que as pessoas que participaram do seminário estejam conosco, claro que de acordo com suas respectivas agendas, no próximo dia 5, quando começaremos mais cedo, às 10h30min, para ter mais tempo de aprofundar o tema. Tudo o que é falado e proposto aqui está sendo gravado, pois estamos formando um memorial, com o objetivo de levar esses assuntos a entidades laborais e patronais, a instituições e universidades.

Desejamos que, num futuro próximo, diante da compreensão da urgência de gerar empregos no Brasil, possamos todos juntos usar a lei do bom senso, que muitas vezes falta a esta Casa, para chegarmos a um patamar de equilíbrio social no País.

Passo a palavra ao Dr. Vinícius, que também foi nominado.

O SR. VINÍCIUS LUMMERTZ SILVA - Apenas gostaria de deixar consignadas algumas questões que serão debatidas no dia 5. A primeira concerne à afirmação, do Sr. Neto de haver diminuído a arrecadação da Previdência com o SIMPLES. Abordo a questão de outra maneira, com a seguinte pergunta: devido ao aumento de arrecadação de 26% para 35% sobre o Produto Interno Bruto ocorrido nos últimos anos, e o SIMPLES, a partir de sua implantação, saiu de dois pontos para três pontos e alguma coisa, significa dizer que a Fazenda brasileira conseguiu arrecadar muito mais da sociedade por meio do SIMPLES? Essa é uma tese nossa.

Ao mesmo tempo, legalizou - objetivo colocado no estudo que o senhor detém - conjunto enorme de brasileiros que passaram para o trabalho formal nas em- presas que se motivaram a empregar por conta do chapéu do Simples. Não seria uma distribuição interna, na Fazenda, nas cotas internas do Simples, que poderiam ser distribuídas para a Previdência? Não pode haver uma conta interna? Não significa sacrificar o Simples. Isto é, aumentou para a Fazenda, ficou ruim para a Previdência, e se acaba com o Simples. Como pode ser isso? Se é bom para a sociedade. por que o Governo não conversa e faz um remanejamento?

Não sei se diminuiu a arrecadação da Previdência nesse sentido. Por isso minha pergunta. Sei que lá na frente a obrigação vai aumentar. Mas a Previdência é uma questão bem maior, bem mais ampla.

O segundo ponto que menciono é mais de formatação. Alguns aspectos abordados neste debate entre professor e aluno possuem um formato e uma postura legalistas de direitos de um lado e uma postura - perdoem-me minha inferência relacionada ao Prof. Pastore - da questão econômica e de competitividade. fazendo alusão ao que foi dito por Roberto Ponte, o que aumenta a iniquidade por conta da sonegação.

Assim. espero que no próximo debate consigamos distinguir o que é legal, de direito, do que é impacto econômico, porque isso esclarece as possibilidades de entendimento. Se compararmos coisas incomparáveis ou estabelecermos conflito entre conceitos incomparáveis, a discussão tende a caminhar para impasses.

Essas as minhas observações, no intuito de levantar questionamentos para o próximo debate e não suscitar nenhuma dúvida acerca do ponto a que chegamos hoje.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Antes da resposta, passo a palavra ao Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIR CARNEIRO - No tocante ao raciocínio do Sr. Vinícius, gostaria apenas de levantar a questão por acréscimo. Mesmo que tenha ocorrido perda real de arrecadação - vamos admitir essa hipótese -, o Prol: Pastore manifestou-se sobre o ingresso de milhares de cidadãos no mercado formal de trabalho em função do Simples. Para a sociedade e para todos os efeitos de avaliação numa relação custo/benefício. o que é mais importante para o País: a perda de arrecadação monetária ou a criação de milhares de empregos formais? São importantes a sensibilidade do Dr. Neto para a questão, no instante em que reconhece a pesadíssima carga tributária existente, e sua opinião sobre esse ponto.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Embora possa contribuir de maneira mais extensiva no próximo dia 5, Marcos Silva, diretor da Anfip, deseja fazer uma observação.

O SR. MARCOS SILVA - Perfeitamente. Sou Vice-Presidente de Política Salarial da Anfip. Pelo que percebi desses debates, a intenção dos Parlamentares e de todos os envolvidos nessa questão é a melhor possível. Conforme foi dito, temos 3 milhões de ações trabalhistas. Se temos esse volume de ações trabalhistas, é sinal de que o empresariado não quer e não reconhece o direito do trabalhador no patamar hoje existente. Fica o questionamento da credibilidade: por que se briga tanto? Não é questão de excluído ou incluído, porque quem está excluído vai continuar assim diante desse quadro. E o incluído tem medo de se tornar excluído. Então, talvez, caiba discussão mais ampla quanto à credibilidade em dar mais segurança às pessoas com relação a esse projeto. Poderia falar mais, mas o tempo é curto.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO ROBERTO ARGENTA - Gostaria de fazer importante observação. Em São Sebastião do Caí, um senhor tinha uma floricultura que gerava doze empregos, e seus empregados trabalhavam há três ou quatro anos na empresa. Falei com ele esse final de semana. Um dos empregados, que trabalhou lá seis meses, entrou na justiça contra o patrão. Este, que não soube se defender no Ministério do Trabalho, teve de demitir os doze empregados por não conseguir pagar a ação.

O problema não é pagar o que manda a lei, mas como levar o processo. Os pequenos e médios empresários não têm advogados capazes de provar que o fato não era verdadeiro. Em outras palavras, a pessoa afirma que trabalhou 24 horas por dia para a empresa, e a interpretação da lei depende muito de como é apresentada a situação perante a justiça. A maioria das empresas ficou com medo porque a notícia se espalhou por todos os produtores de flores do Rio Grande do Sul. Alguns resolveram não empregar mais ninguém, além dele próprio e de sua mulher.

Essa é a questão. Muitas empresas resolveram demitir o empregado e não pagaram nada para fazer um acordo na justiça porque há o interesse de quem ganha com o conflito. Este é mais importante do que o trabalhador, do que o emprego. É mais importante o interesse de quem ganha com o conflito! Esta a prioridade hoje: quem ganha com o conflito, pois a interpretação da lei é extremamente oscilante, ou seja, a lei diz que dois mais dois pode ser igual a quatro.

O SR. VINICIUS LUMMERTZ SILVA – Deputado, quem ganha é a indústria advocatícia e não necessariamente o trabalhador. A indústria advocatícia é a maior ganhadora, pois é quem faz as negociações, leva a parte do Leão.

O SR. DEPUTADO ROBERTO ARGENTA - Não é o trabalhador que ganha; não é o povo brasileiro que ganha; não é a Nação brasileira que ganha. Por que ninguém mais quer ser empresário? Por que o filho do empresário hoje quer ser médico e não seguir a carreira de empresário?

O SR. ANTÔNIO NETO - Deputado, preciso de apenas um minuto para mostrar a posição da nossa entidade, a Anfip, que não é contra o Simples. Reconhecemos o Simples, a questão da formalização e da simplificação, até porque o Simples veio regulamentar a lei e implementar decisão constitucional do tratamento diferenciado para pequena e microempresa. É questão constitucional; é um pacto firmado no País. Temos de preservar a concorrência do pequeno com o grande empresário.

Temos enfatizado esse aspecto da Previdência a que o Dr. Vinícius se reportou anteriormente. Na minha próxima intervenção, incluirei o da redistribuição, uma vez que aí reside um dos focos que precisamos resolver do ponto de vista da distribuição, além de outras questões que precisam ser mais bem trabalhadas.

Quero deixar patente que jamais poderemos ser contra projeto ou lei que visa melhorar a eficiência ou acabar com a burocracia. Tenho amigos empresários e sei disso. É extremamente saudável o Simples. Se o excluir, estarei na contramão da história e contra o avanço ocorrido.

Apresentarei, no debate do próximo dia 5, a questão da Previdência, que envolve outros aspectos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. COORDENADOR (Deputado Gerson Gabrielli) - Agradeço a presença a todos e convido-os para o debate do próximo dia 5. Torço para que, algum dia, este País entenda que empresário não pode ser problema de oficial de justiça nem de polícia. Do contrário, não resolveremos o problema da falta de empregos no Brasil.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos da presente reunião.